



Pág. 12

Um aspecto do comício realizado no Pavilhão dos Desportos contra a ameaça fascista

Contra a ameaça fascista

UNIDADE!

Editorial

A «OPERAÇÃO CEE» E OS PERIGOS DO FASCISMO EM PORTUGAL

O nosso Povo não precisa de ser esclarecido por via de uma propaganda mais ou menos convincente e justa acerca da natureza política e de classe do fascismo: fomos suficientemente «esclarecidos» na própria carne por quase meio século de experiência viva, uma experiência que estes três anos de liberdade não conseguiram ainda apagar da memória dos portugueses. Precisamos, sim, é de estar vigilantes e atentos às formas pelas quais se adensa o perigo fascista, aos caminhos por onde avança.

Em Abril de 1974 o fascismo foi derrotado e despojado do poder político, a sua base económica foi decisivamente atingida com o fim do império colonial, com a nacionalização das principais empresas monopolistas e a extinção da propriedade latifundiária sobre uma sexta parte da superfície agrícola do País.

No decurso destes três anos mais do que uma vez as instituições democráticas estiveram em perigo. Incitando à subversão e à violência quiseram repossar-se de novo do poder político mas voltaram a conhecer o travor da derrota.

Apesar disso as raízes do fascismo não foram totalmente arrancadas da vida nacional. Protecções invisíveis, estranhas complacências, poderosos apoios externos, à mistura com erros graves, reanimaram os agentes do passado no nosso país democrático e agora ei-los de novo imponentes de audácia, de arrogância, como sempre entregues às suas actividades de subversão da ordem democrática. E ainda com as mesmas protecções, as mesmas complacências, os mesmos apoios do exterior.

(Continua na pag. 2)



Milhares de trabalhadores agrícolas desfilaram pelas ruas de Beja após o comício de protesto pelas ilegalidades do MAP

TRINTA MIL TRABALHADORES MANIFESTARAM-SE EM BEJA

Defender a Reforma Agrária é lutar consequentemente na defesa de todas as outras conquistas da Revolução, ameaçadas pelos avanços da direita e pela política de recuperação capitalista do actual Governo.

Pág. 8

CAMPANHA NACIONAL DOS 50 MIL CONTOS

Comissão Coordenadora Central	736 597\$70
OR dos Açores	1 907\$00
OR do Alentejo	235 044\$10
OR do Algarve	91 514\$90
OR das Beiras	97 524\$50
OR de Lisboa	1 579 600\$50
OR do Norte	253 089\$80
OR do Oeste e Ribatejo	116 842\$10
OR de Setúbal	583 068\$30
Emigração	28 697\$10
UEC	115 477\$60
UJC	45 767\$20
Por classificar	654 553\$50
TOTAL	4 539 648\$20

É preciso alargar a adesão à iniciativa dos camaradas da CUF de oferecer um dia de salário para a Campanha por ocasião do aniversário do Partido



Páginas centrais

A FIL voltou a encher-se durante a Festa de Carnaval que o Comité Local de Lisboa ali realizou. A alegria e o entusiasmo que reinou prolongou-se até altas horas da madrugada

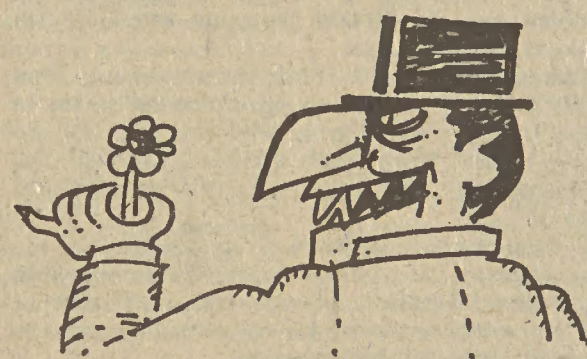


Pág. 10

Assinalando o 46.º aniversário do «Avante!» o comício na Incrível Almadaense foi um dos muitos que se realizaram e onde esteve presente o camarada Dias Lourenço

ANIVERSÁRIO DO «AVANTE!»

Como conspira o grande capital monopolista



Os trabalhadores da CUF divulgam documentos sobre as manobras da recuperação capitalista.

Pág. 4

AS PROVOCAÇÕES ANTICOMUNISTAS DA IMPRENSA REACCIONÁRIA

1. Com pretexto em diversos acontecimentos susceptíveis de impressionar a opinião pública — nomeadamente, os registados numa unidade militar de Estremoz e a mutilação sofrida por um cidadão residente na vila de Cuba — intensificou-se nos últimos dias a campanha de especulações sobre a situação no Alentejo, acompanhada de novas calúnias e insinuações lançadas pela imprensa reaccionária contra o PCP.

Nota da SIP

Pág. 12

Editorial

A «OPERAÇÃO CEE» E OS PERIGOS DO FASCISMO EM PORTUGAL

(Continuação da pág. 1)

Portanto, o fascismo em Portugal tem a sua substância própria mas tem também o seu campo de cultura. Actualmente entre nós o perigo fascista pode adubar-se com a política de recuperação capitalista, agrária e imperialista, desenvolvida com toda a insensatez pelo governo do PS, pode crescer com a divisão e o debilitamento interno das componentes motoras da Revolução — a militar e a popular — pode ganhar terreno com o demissionismo dos democratas e antifascistas portugueses diante das provocações e arrogâncias das forças de direita.

Quer dizer: o aumento do perigo fascista em Portugal não advém de qualquer acréscimo significativo de influência e poder das forças reacçãoárias entre o Povo, não decorre de uma maior audiência entre as massas populares dos cantos de sereia dos «redentores» do fascismo, mas sim das distorções, dissensões e recuos inadmissíveis no seio das forças democráticas.

Os fascistas, todos os elementos da direita reacçãoária, as suas estruturas organizadas e actuações, clandestinamente ou protegidas pela legalidade constitucional, beneficiam à larga destes factores favoráveis para a sua acção dissolvente e envolvente com a qual procuram abrir caminho para a conquista do poder.

Há muito de equívoco na força do fascismo em Portugal. A correlação de forças aqui e no mundo é favorável ao avanço e à consolidação da democracia; o nosso Povo não quer mais regressar ao passado recente de exploração e miséria e tem a força suficiente para garantir a sua liberdade. Somente que a decisão não virá pela simples arrumação estática das forças em presença.

Para enfrentar e vencer a ameaça fascista é necessário organizar, mobilizar e unir as forças largamente maioritárias da democracia portuguesa, é necessário criar as condições políticas para que aquilo que nos divide não anule aquilo que nos une.

★★★

O erguer de uma barreira intransponível à ameaça do fascismo passa actualmente por uma alteração da política do governo do PS. Não se pode enganar o povo português apontando-lhe o socialismo e ao mesmo tempo metendo o capitalismo por todas as fissuras.

A operação «Mercado Comum» é uma parte, e uma parte importante, de toda uma política virada para a recuperação capitalista em Portugal.

A «operação CEE», do dr. Mário Soares, é uma falsa perspectiva de desenvolvimento que aponta à economia portuguesa. É enganar o povo português dizer que a «Europa do Mercado Comum» caminha para o socialismo» que «vai deixar de ser a Europa dos capitalistas para ser a Europa dos trabalhadores». Sim, a Europa capitalista irá para o Socialismo mas não por tendência natural de instituições como as da CEE.

O Primeiro-Ministro sabe que a «Europa do Mercado Comum» é a Europa dos grandes monopólios, a Europa das multinacionais que ditam leis às pequenas e médias empresas privadas, impõem preços de monopólio e salários de miséria, que sufocam a independência dos pequenos países e os amarram ao carro do imperialismo.

É com este «projecto CEE» que o Primeiro-Ministro pensa «dinamizar, entusiasmar e galvanizar as energias do povo português»?

Como conciliar os propósitos do dr. Mário Soares de «levar para a área da Comunidade uma experiência original constituída pelas nacionalizações, Reforma Agrária, legislação revolucionária do trabalho» com a prática das entregas de grandes e médias empresas aos antigos patrões que as sabotaram, com operações como as de Santa Suzana e da Lobata, contra os obreiros da Reforma Agrária, com uma política de austeridade que aperta cada vez mais o cinto aos trabalhadores e às outras camadas pobres e médias do povo e favorece os grandes possuidores, a muitos dos quais são pagas chorudas indemnizações, com o conjunto de leis antioperárias levadas pelo governo do PS à Assembleia da República?

E como se pode dizer que «A originalidade de experiência que nós temos realizado aqui em Portugal é uma das vantagens que nós temos e que levamos para a Comunidade» quando se sabe da oposição irredutível dos grandes grupos multinacionais que dominam a CEE ao nosso «original» processo revolucionário? Como conciliar a dinâmica dos monopólios com a dinâmica da revolução portuguesa?

Não é rigorosamente verdade que nas circunstâncias actuais, a integração na CEE representaria a ruína da indústria e da agricultura portuguesas, que, sem protecções alfandegárias não estão em condições de competir com os produtos dos países desenvolvidos?

Não se poderá dizer que as «vantagens» da integração, tão repetidas pelo dr. Mário Soares e tão aplaudidas pela reacção e pelo capital, constituem uma miragem a pretexto da qual se pretende justificar a liquidação das estruturas económico-sociais alcançadas desde o 25 de Abril?

★★★

Precisamente, uma das «vantagens» da «originalidade da nossa experiência» é a de garantir-nos uma posição de independência nas relações económicas com todos os países incluindo naturalmente os da CEE. O PCP nunca defendeu uma política de isolamento económico, nunca ignorou a realidade que é a CEE nem as vantagens reais que adviriam para a economia portuguesa de relações económicas com os países da CEE numa base de independência e vantagens mútuas.

A integração, tal como é pedida agora pelo governo do PS, colocaria porém a nossa frágil economia à mercê da agressividade dos grandes monopólios e colidiria com a «originalidade da nossa experiência», quer dizer, implicaria de facto a destruição das conquistas fundamentais

da nossa revolução — as nacionalizações, a Reforma Agrária, o controlo operário.

Aliás, há ano e meio, o dr. Mário Soares em entrevista concedida ao jornal «A CAPITAL», manifestando uma opinião diametralmente oposta à que hoje defende, afirmou que se Portugal fosse integrado na CEE «a nossa economia ficaria arruinada a curto prazo, seria totalmente colonizada pelas grandes firmas multinacionais e o nosso País, possivelmente, despovar-se-ia».

E hoje? Quem ignora que o mundo capitalista atravessa a sua crise mais aguda desde a grande bancarrota de 1929/32? Quem ignora que a Europa capitalista, e em primeiro lugar os principais países da CEE, se debate numa profunda crise de desemprego, de estagnação ou mesmo queda da produção, de acirramento de concorrência em que os mais fortes procuram sair-se das dificuldades à custa dos mais fracos? É neste barco a meter água por todos os lados que se pretende embarcar o nosso país a braços também com uma crise sem precedentes?

Não é mais de temer hoje do que em Agosto de 75 os efeitos apontados então pelo dr. Mário Soares? Que factores determinam hoje uma viragem de 180 graus na posição do dr. Mário Soares?

Não é exactamente porque a «operação CEE» constitui uma parte, e uma parte muito importante, como atrás dizemos, da política de recuperação capitalista, activamente conduzida pelo governo do PS?

Se a esta «operação CEE» acrescentarmos a progressiva integração de Portugal nos planos dos sectores mais agressivos da NATO, às crescentes idas e vindas a Portugal de altas patentes militares da NATO, que dão ordens à nossa oficialidade patriótica como se Portugal fosse uma caserna dos Estados Unidos e os nossos oficiais fossem faxinas dos altos comandos da NATO, não é caso para considerarmos totalmente vazias de conteúdo as tiradas «socialistas» do senhor Primeiro-Ministro?

É sintomático que a prática política do dr. Mário Soares o leve agora à significativa «teoria» de harmonização do seu «socialismo democrático» com a social-democracia.

É naturalmente nesta «harmonização» ideológica e, sobretudo, de objectivos que deve encontrar-se a causa do entusiasmo com que os senhores Sá Carneiro e Freitas do Amaral apoiam a «operação CEE» do dr. Mário Soares.

E quando vemos a imprensa fascista e fascizante embebedar em arco com a «opção europeia» do governo do PS é inteiramente justa a prevenção de que tal política é um factor de acréscimo dos perigos do fascismo em Portugal.

★★★

A questão da unidade de todos os democratas e antifascistas civis e militares é vital para a democracia portuguesa. A consciência do perigo fascista está a determinar mudanças de comportamento que urge aprofundar e desenvolver.

Os velhos ressentimentos entre companheiros de luta, as posições sectárias que nos fecham horizontes e audiências na luta comum pela defesa e consolidação da democracia, devem ser resolutamente superados se queremos de facto preservar as liberdades conquistadas em 25 de Abril.

As duas componentes motoras do nosso processo revolucionário sofreram erosões e atravessaram dificuldades, mas são ainda o estelo da democracia portuguesa cuja Constituição aponta ao socialismo.

Entre os partidos democráticos, principalmente entre o PS e o PCP, há um contencioso, mas um contencioso que não é insuperável e impeditivo de um caminho comum que não pode ser naturalmente o da recuperação capitalista.

Este contencioso tem influência mas não tem expressão determinante ao nível do movimento de massas. Comunistas, socialistas, portugueses sem partido, unem-se em várias frentes de luta em defesa de aspirações comuns.

Os dirigentes dos partidos democráticos dos movimentos e organizações de esquerda, os militares patriotas, têm uma rica fonte de inspiração na crescente unidade do movimento popular de massas e no movimento operário organizado.

A unidade do movimento de massas é a madre e a garantia de êxito de qualquer projecto democrático que se proponha verdadeiramente o socialismo.

É uma fonte de inspiração a unidade da classe operária em tantas e tantas lutas nas formas mais diversas pela defesa das suas reivindicações imediatas, que não colidem antes coincidem com a defesa das liberdades democráticas e das conquistas fundamentais da revolução.

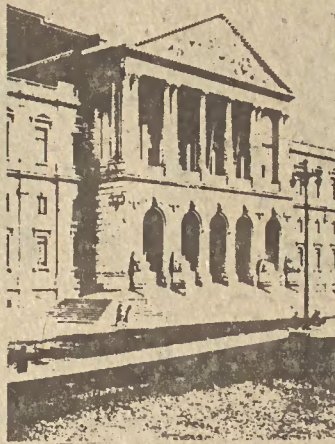
É uma fonte de inspiração a grande demonstração de unidade e coesão de classe que foi o Congresso de Todos os Sindicatos.

É uma fonte de inspiração a resistência e a unidade dos obreiros da Reforma Agrária contra a política de recuperação agrária do MAP de que é demonstrativa a grandiosa manifestação de 30 000 pessoas em Beja no domingo último.

São uma fonte de inspiração as lutas e acções de milhares de pequenos agricultores do Norte e das Beiras pelo cumprimento da Lei do Arrendamento Rural, pela imediata entrega dos baldios às populações, por uma previdência rural eficiente.

É, finalmente, uma fonte de inspiração o apelo de socialistas, comunistas e outros democratas levados à conferência de Imprensa, de 16 último, para unir esforços e vontades contra o aumento do perigo fascista em Portugal.

Neste aproximar do 3.º aniversário do triunfo do movimento dos capitães de Abril é imperioso que os sonhadores com o regresso do fascismo, os conspiradores fascistas que trabalham activamente para derrubar a ordem democrática, sintam erguer-se diante de si a barreira sólida e intransponível da vontade organizada e actuante de todos os portugueses patriotas.



Ratificada por unanimidade a criação do Instituto António Sérgio

Com a presença do ministro de Estado e eminente cooperativista professor Henrique de Barros, a Assembleia da República ratificou por unanimidade, na passada semana, o decreto-lei que cria na Presidência do Conselho de Ministros o Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo (abreviadamente Inscoop).

O pedido de ratificação foi apresentado pelo PPD que, depois na votação, veio a aprová-la; permanecendo no mais denso mistério os motivos que levaram aquele partido a pedir tal ratificação. Por outro lado, e no decorrer do debate, foi nítida a tentativa dos deputados do PPD de se «apropriarem» da figura desse eminente cooperativista e antifascista que foi António Sérgio.

Mas os mistérios não ficaram por aqui. Até os deputados «personalistas» do CDS não deixaram de dar o seu apoio — estranho e inesperado apoio — às teses do cooperativismo...

A posição do Partido Comunista Português foi clara. Aprovou a ratificação do decreto e, através das intervenções dos deputados Carreira Marques e Veiga de Oliveira, não deixou de justificar coerentemente tal posição.

Dizia, a determinado passo da sua intervenção e depois de recordar a estreita ligação entre a luta antifascista das massas trabalhadoras e o movimento cooperativista, o deputado Carreira Marques:

A criação do Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo pelo Decreto-Lei 902/76 é, no quadro do condicionalismo que referimos, uma medida positiva, que importa saudar na medida em que procura criar as condições para o cumprimento do n.º 1 do art.º 84.º da Constituição da República, segundo o qual ao Estado incumbe o dever de fomentar a criação e a actividade de cooperativas.

Saudamos ainda a feliz designação dada ao Instituto. Associar o nome de António Sérgio ao esforço de desenvolvimento do movimento cooperativo, trazer um nome de democrata e antifascista à actividade e ao sector pelo qual mais pugnou é homenagem justa, a que nós comunistas nos associamos.

Lembraremos ainda que por feliz coincidência o diploma é assinado com o nome doutro antifascista e cooperativista, Henrique de Barros, merecedor de igual respeito pelo combate que ao longo da sua vida desenvolveu pelos ideais cooperativos e democráticos.

Ratificado na generalidade o decreto que cria o Inscoop, a Assembleia da República decidiu, igualmente por unanimidade, remeter para a Comissão Parlamentar de Economia, Finanças e Plano, a sua discussão na especialidade, bem como a das propostas de alteração apresentadas pelo PCP e pelo PPD/PSD.

Para justificar a apresentação de propostas de alteração do PCP, usou da palavra o deputado Veiga de Oliveira que salientou que, com elas, se pretende alcançar três objectivos:

Em primeiro lugar, garantir o pleno funcionamento do Instituto dentro da estrita fronteira da não ingerência e do respeito pela plena autonomia do movimento cooperativo.

Quanto a nós, nem a actual debilidade do movimento, sobretudo se comparada com o movimento pujante que desejamos, seja realidade a médio prazo, pode constituir argumento bastante para consentirmos em que, com o remédio, se mate o doente.

Em segundo lugar, trata-se para nós de dar o máximo de agilidade ao Inscoop com vista a possibilitar a necessária coordenação dos vários departamentos da Administração Pública para o objectivo central de acarinhar, apoiar e superar as carências que afectam o desenvolvimento do movimento cooperativo, e contribuir simultaneamente para a defesa dum verdadeiro cooperativismo.

Em terceiro lugar, visam as nossas propostas assegurar a participação adequada do movimento cooperativo no Inscoop, quer directamente, quer pelo direito a ser ouvido, participação essa que será afinal a melhor garantia do funcionamento democrático do Instituto e da defesa real do verdadeiro cooperativismo.

Mais ilegalidades do MAP denunciadas por um deputado

Os deputados comunistas continuam a denunciar na Assembleia da República as ofensivas contra a Reforma Agrária que as forças da direita, a coberto das ilegalidades do MAP, têm vindo a desenvolver.

Na passada semana, o deputado Américo Leal tomou a palavra para referir mais alguns aspectos do já numeroso e justamente apelidado «dossier das ilegalidades do MAP».

A intervenção daquele deputado do PCP teve como causa a marcação de um pedido de reserva na Cooperativa do Carvalhal, em Alvalade-Sado, executada a coberto de um poderoso dispositivo de 200 praças da GNR, e que Américo Leal classificou como uma ilegalidade e uma farsa.

Depois de referir circunstanciadamente mais este atropelo, demonstrando a sua ilegalidade, Américo Leal acentuou: O que se está a passar em Alvalade, que não é caso único, é perigoso, é ilegal e não pode deixar de ser interpretado como uma tentativa para destruir a própria Reforma Agrária.

E o deputado do PCP narrou alguns desses casos:

Em fins de 1976, o MAP entregou as herdades de Martinhanes e Sapalinho, de Santiago do Cacém, que então faziam parte da Unidade Colectiva «União Faz a Força», aos respectivos proprietários, sob a justificação de dependência da exploração dessas herdades para viver. Que assim não era, sabiam-no os trabalhadores e trataram de elucidar o MAP de que essas herdades estavam por explorar e com uma várzea de 100 hectares de mato havia 11 anos.

As herdades foram entregues. O senhor Simões, proprietário de Martinhanes, continuam sem cultivar a terra, a várzea continua abandonada, tratando até de alugar as pastagens, contra o que ficou acordado no CRRA. Distó são os organismos competentes informados. Resposta não há. Onde está a lei? Onde está a defesa da economia, traduzida em maior produção e aplicação de mão-de-obra?

Na zona de Alvalade-Sado e Ermidas, há cerca de uma centena de rebanhos e seareiros que necessitam de um pouco de terra para que possam viver das suas explorações. Da parte do Estado, como se na área não houvesse herdades com pontuação e em condições de expropriação de acordo com a Lei da Reforma Agrária, não se dá ouvidos à sugestão dessas pessoas, preparando-se para as apontar, pela via da força, para as cooperativas, como se estas não estivessem legalizadas e reconhecidas pelo próprio MAP.

Aliás, o caso da Cooperativa do Carvalhal narrado na Assembleia da República pelo deputado do PCP Américo Leal é suficientemente elucidativo e dispensa comentários. O caso aqui fica como mais um registo de ilegalidade:

António Augusto Panza, ex-rendeiro e cooperante desde o início da formação da Cooperativa do Carvalhal, resolve mais tarde sair e pedir o direito de reserva, através da Comissão de Gestão do Perímetro de Camphias e Alto Sado que, sem ouvir a cooperativa, determina a localização da área

Os Comunistas na Assembleia da República

apenas na parte do sequeiro, através de um despecho em que dava apenas 10 dias para que isto fosse consumado.

A Cooperativa do Carvalhal nunca se opôs ao direito de reserva do ex-rendeiro António Augusto Panza. O que contestou e tem o direito de contestar, é que a área de reserva seja imposta, quanto esta afecta o equilíbrio da exploração da cooperativa. Foi tendo isto em conta, que a cooperativa, de acordo com a determinação do MAP, enviou a sua contestação, justificando-a, sugerindo como solução uma área à base de sequeiro e regadio, defendendo o diálogo como caminho que leva à solução.

E o deputado do PCP pergunta: Então não é evidente a boa vontade da Cooperativa do Carvalhal para uma solução justa, assenta no respeito pela lei? Quem age contra a lei e a Constituição, impondo pela força, fugindo ao diálogo e provocando situações de forte tensão das populações?

Preocupações dos trabalhadores das empresas intervencionadas levadas à Assembleia

Os graves problemas que afectam os trabalhadores das empresas intervencionadas foram levadas à Assembleia da República pelo deputado comunista Jerónimo de Sousa, que depois de referir as circunstâncias que levaram à salvaguarda dos postos de trabalho de mais de 40 mil trabalhadores, salientou:

Duzentas e sessenta empresas, distribuídas por dez ramos de actividade, conseguiram ultrapassar a fase de degradação ou a perspectiva do encerramento, através de uma gestão democrática onde a acção das comissões de trabalhadores, dos próprios trabalhadores, e de muitas comissões administrativas transformaram empresas sem a mínima possibilidade de sobrevivência (numa perspectiva capitalista) em empresas prósperas e rentáveis.

Após ter sublinhado devidamente aquilo que classificou como a persistência patriótica dos trabalhadores destas empresas — traduzida em muitos casos na abdicção de regalias sociais, na prestação de muitas horas extraordinárias sem retribuição, na procura de novos mercados pelas comissões de trabalhadores, na prática do controlo de gestão —, Jerónimo de Sousa salientou que os postos de trabalho foram mantidos e nalguns casos aumentados, tendo beneficiado a economia nacional.

Mas, apesar de tudo isto e conforme sublinhou o deputado do PCP, o Governo, através do Ministério da Tutela, mandou chamar cerca de uma dezena de comissões de trabalhadores, a fim de as informar de que as suas empresas, intervencionadas ao abrigo do 597/75, iam ser desintervencionadas e devolvidas ao patronato. Duma forma directa, e sem oferecer alternativa, o Governo não veio apenas trazer a insegurança e a apreensão aos 4300 trabalhadores visados por esta medida. O empolamento dado a esta questão através da imprensa, provocou logicamente o aumento da tensão dentro de todas as empresas intervencionadas, o que de imediato pode agravar a desestabilização social, a baixa de produtividade, e o receio quanto ao futuro.

Depois de ter justamente sublinhado que o patronato sabotador e reacçãoário seria o único a colher os frutos desta situação, caso não houvesse discernimento por parte do Governo de dialogar com os interessados, Jerónimo de Sousa disse:

Ninguém acredita que aqueles que abandonaram as empresas depois de praticarem a depilação de bens, depois das fraudes cometidas, venham animados de ideais construtivas e democráticas. Se o Governo se demitir das suas responsabilidades constitucionais, a arrogância e o espírito de revanche do patronato irão recair sobre aqueles que mais conscientemente denunciaram as situações existentes nas empresas, aumentando os despedimentos individuais ou colectivos, provocando a justa resistência e a luta dos trabalhadores, cujas consequências irão aumentar a tensão social já existente.

Depois de ter citado alguns exemplos — LP Mendonça, Guérin, Joaquim Francisco dos Santos e Corame — o deputado do PCP finalizou a sua intervenção acentuando:

Estes, e outras centenas de exemplos, tornam necessário o encontrar das soluções para os variados problemas que se colocam no sector das intervencionadas.

A desramatização da situação passa pelo acolhimento da opinião dos trabalhadores numa perspectiva de que a plataforma a encontrar será possível se o diálogo se mantiver entre os órgãos do Poder e as organizações dos trabalhadores.

Se forem predominantes, o sector intervencionado, as nacionalizações, as cooperativas e as empresas em autogestão são determinantes para encaminhar para a sociedade nova que a Constituição da República Portuguesa preconiza e aponta claramente.

Fascismo?—Não há! Separatismo?—Também não! Então o que há? —Social-democracia!

A maioria dos deputados da Assembleia da República ouviu, com um misto de espanto e de indignação, a intervenção do deputado do PPD Fernandes Loja que não constituiu mais do que uma tentativa frustrada de «atirar poeira para os olhos» sobre o grave problema do separatismo.

Para este deputado — e para o seu partido, a comprovar pela forma ruidosa como a bancada do PPD apoiou a sua intervenção — o separatismo não existe. Ou melhor, existe, mas é um problema local. Tese aliás extremamente próxima, perigosamente próxima, daquela outra que um colega de bancada expôs aos gritos no meio da discussão: «quem manda nos Açores são os açorianos»...

Em pouco menos de um mês, o PPD vem pela segunda vez à Assembleia da República tentar demonstrar que o fascismo e o separatismo não constituem ameaças para o povo e a democracia. Para o PPD nada disso existe ou, se existe, não se lhes deve ligar importância...

Que o partido liderado por Sá Carneiro tente, a todo o custo, defender semelhantes teses, não é grave porque não constitui surpresa. O que é grave é que classifique de demagógicas e alarmistas as denúncias da ameaça fascista e das actividades separatistas feitas tanto pelas forças democráticas como pelo próprio Governo...

Conforme salientou Carlos Brito num protesto proferido no final da discussão, a intervenção do deputado do PPD, desarmando perante o fenómeno do separatismo dá-lhe efectivamente cobertura. E acentuou ainda o deputado comunista:

«Quem subestima os separatistas, encoraja os separatistas!»

A ASSEMBLEIA DO CONSELHO DA EUROPA E A POSIÇÃO DOS COMUNISTAS PORTUGUESES

• Entrevista com o camarada Aboim Inglês, membro da delegação da Assembleia da República que participou na recente reunião, em Estrasburgo, da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa.

No passado mês de Janeiro deslocou-se a Estrasburgo uma delegação da Assembleia da República, a fim de assistir a uma sessão da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa. Nessa delegação ia integrado o camarada Carlos Aboim Inglês, vice-presidente do Grupo Parlamentar do PCP que, em declarações prestadas a «Avante!», se referiu ao modo como decorreu essa reunião, bem como à sua importância.

A POSIÇÃO DO PCP

A nossa ida à Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa — começou por nos afirmar Aboim Inglês — decorre da entrada de Portugal nesse organismo e do facto de o Partido Comunista ser uma das forças com forte representação parlamentar em Portugal. Como é sabido, o nosso Partido votou na Assembleia da República contra a adesão de Portugal ao Conselho da Europa. A razão fundamental desse voto negativo foi o facto de a nossa entrada se integrar num conjunto de medidas de política externa que afluíram num único sentido essas relações, agravando por isso os laços de dependência tradicionais que foram, e são, altamente prejudiciais ao nosso Povo, em vez de caminhar firmemente no sentido da diversificação das nossas relações, que é essencial para defender e reforçar a independência nacional e o progresso económico e social do nosso Povo.

Entretanto, apesar deste voto negativo, o PCP desde logo manifestou a resolução de, entrando Portugal para o Conselho da Europa, participar nos trabalhos. Para quê?

Responde Aboim Inglês: Pensamos que, apesar das nossas críticas e apreciações fundamentadas, ainda assim o Conselho da Europa é um lugar onde há que trabalhar pela nossa cooperação com os países aí representados e pela cooperação entre todos os países da Europa, contra a divisão da Europa filha da guerra fria e pelo respeito, nessa cooperação, pela independência e soberania das nações. Essa é a razão da nossa participação nos trabalhos.

O PRETEXTO: INAUGURAÇÃO DA FORTALEZA

Mais adiante, referindo-se mais concretamente acerca destes trabalhos realizados no passado mês e nos quais participou, Carlos Aboim Inglês disse: «Esta sessão realizada em Janeiro não tinha uma ordem de trabalhos de especial importância. Foi mais pretextada pela inauguração do novo edifício do Conselho da Europa que por uma especial acuidade ou urgência dos assuntos tratados».

Prosseguindo, Aboim Inglês disse-nos algumas palavras bastante elucidativas acerca de tão imponente edifício que justifica a realização de uma sessão do Conselho da Europa.

O novo edifício inaugurado em Estrasburgo tem exteriormente um aspecto muito rebarbativo. Parece uma fortaleza, uma espécie de bunker muito pouco aberto e arejado aos ventos pacíficos...

Interiormente — descreveu ainda o deputado comunista — podemos sentir-nos numa espécie de nave espacial que costumamos ver nas séries televisivas de ficção científica. A Europa à vista é bem cinzenta, monótona e sem diversidade, sem calor humano, de um cosmopolitismo desenraizado.

Depois de ter salientado os espantosos meios técnicos que se acumulam nas instalações de tal fortaleza europeia, o que provocou que as despesas ultrapassassem em mais do dobro o orçamento inicialmente previsto — o que está a envolver os seus problemas — Aboim Inglês adiantou que parece ter havido a ideia de aí concentrar igualmente o Parlamento Europeu da CEE, mas as rivalidades são muitas e nada de certo se sabe quanto ao futuro.

criação do grupo comunista no CE

No decorrer desta sessão em Estrasburgo foi criado o grupo parlamentar comunista e eleito para seu primeiro vice-presidente um deputado comunista português: o camarada Carlos Carvalhas. Aboim Inglês refere-nos seguidamente a importância da criação do grupo parlamentar comunista da Assembleia do Conselho da Europa.

Nesta sessão foi modificado o artigo do regimento que previa a constituição de grupos políticos. Doravante, podem formar grupos políticos pelo menos 15 representantes na Assembleia Parlamentar — anteriormente eram vinte — de pelo menos três nacionalidades. Esta modificação, que aproxima o regimento da Assembleia do Conselho da Europa das condições ainda mais permissivas do Parlamento Europeu da CEE, veio a permitir, nesta mesma sessão, a criação de um novo grupo político — o comunista».

Prosseguindo, o deputado do PCP acentuou: Importa esclarecer que a constituição do

Grupo Parlamentar comunista não envolve qualquer disciplina de voto nem limitação à plena independência de apreciação política sobre qualquer questão. Isto é, não foi criado qualquer partido europeu comunista, e importa sublinhar isto porquanto, ao invés, é notório e mesmo explícito o movimento para a criação de partidos europeus supranacionais por parte das forças políticas burguesas, reforçando assim tendência para a perda da independência e autonomia nacionais, e de subordinação aos interesses multinacionais dos partidos burgueses.

Analisando ainda a questão da criação do grupo comunista do Conselho da Europa, o camarada Aboim Inglês sublinhou: Os comunistas portugueses, franceses e italianos no Conselho da Europa coincidirão naturalmente na sua apreciação e no seu voto em muitas questões e, também naturalmente, divergirão noutras. As nossas relações com os nossos camaradas foram, como é hábito, muito boas e fraternais, não tendo surgido qualquer questão, antes pelo contrário tendo em comum resolvido fácil e unanimemente os problemas que havia a resolver.

CRÍTICAS E RESERVAS À CONVENÇÃO SOBRE TERRORISMO

De acordo com o que foi noticiado na altura, uma das resoluções tomadas em Estrasburgo respeitava à convenção sobre terrorismo, a propósito da qual muitas especulações foram lançadas na imprensa reaccionária, bem como acerca da posição assumida pelo representante dos deputados comunistas. Aboim Inglês esboçou a questão.

De facto, houve conhecimento de alguns títulos e de um outro comentário em jornais de direita portugueses que pretendiam especular com o nosso voto contrário. Devo, no entanto, dizer, que os representantes de outros partidos portugueses também se pronunciaram de uma maneira cautelosa relativamente a esta convenção, e representantes de muito várias tendências políticas de vários países, no debate, fizeram igualmente críticas, reservas, dúvidas e prevenções, não só acerca do modo como esta convenção foi elaborada como quanto a alguns aspectos do seu conteúdo.

A convenção sobre terrorismo foi elaborada pelos ministros do Conselho da Europa, à margem da Assembleia Parlamentar, e se não fosse a intervenção de um parlamentar, seria assinada sem qualquer debate.

A discussão foi, pois, realizada apenas na véspera da assinatura, tendo sido portanto superficial. A este propósito, comentou o camarada Aboim Inglês: É este um procedimento bastante estranho por parte de quem se

quer fazer passar por campeão da democracia parlamentar...

Em concreto sobre a convenção — acrescentou Aboim Inglês — é evidente que estamos inteiramente de acordo com a necessidade de tomada de medidas eficazes para combater a multiplicação de actos de terrorismo que, como é sabido, os comunistas sempre consideraram estranhos e prejudiciais à sua ideologia e métodos de luta.

Prosseguindo, salientou: A primeira crítica que temos a fazer ao texto da convenção é precisamente que ela não define devidamente o terrorismo — critica que muitos outros fizeram. Em contrapartida, as definições excessivamente vagas de vários artigos deixam a porta aberta às acções políticas arbitrárias dos governos contra os seus oponentes políticos, mesmo não terroristas.

Explicitando as posições tomadas no plenário, o nosso camarada disse ainda: Não é por acaso que alguns dos mais acérrimos defensores deste artigo foram conservadores, ingleses, enquanto que a Irlanda se recusou a assinar a convenção. Aliás, explicitamente houve quem defendesse a convenção com o argumento de que ela ajudava a combater a guerrilha urbana dos nacionalistas irlandeses... É pena que a convenção não ajude também a combater o terrorismo colonialista que se tem abatido sobre o povo irlandês.

Mais algumas críticas foram formuladas pelo camarada Aboim Inglês: Suscita-nos igualmente forte dúvida o articulado da convenção, na medida em que facilita largamente a extradição, inclusivamente por motivos políticos, sem que aos acusados sejam dadas garantias de defesa dos seus direitos. Com efeito, muitos países não reconhecem o direito de asilo, como aliás foi referido com preocupação por alguns representantes. Finalmente, no nosso voto, tivemos na devida conta a existência da Constituição da República Portuguesa que não só proíbe a extradição por motivos políticos como reconhece o direito de asilo.

Resumindo, afirmou ainda o deputado do PCP — Estas são as razões das nossas fortes reservas a esta convenção, que devem vir a ser cuidadosamente ponderadas quando da sua necessária ratificação pela Assembleia da República. Ponderação que não foi possível fazer, como já referi, por um debate democrático e responsável na Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa.

«VOTO PIO» SOBRE DIREITOS DOS TRABALHADORES EMIGRANTES

No decorrer dos trabalhos foi discutido um relatório sobre a situação no que respeita a direitos e estatutos políticos dos estrangeiros nos países que fazem

parte do Conselho da Europa. Sobre ele, disse-nos Aboim Inglês:

Nesse relatório propõem-se recomendações, que foram adoptadas e às quais votámos na generalidade, que apontam para a necessidade de ampliar os direitos políticos dos trabalhadores emigrantes, nomeadamente os seus direitos sindicais, e a sua participação em eleições para as autarquias dos locais onde vivem.

Salientando que os direitos políticos dos trabalhadores emigrantes são muito reduzidos nos países que pertencem ao Conselho da Europa, o camarada Aboim Inglês acentuou que o nosso voto corresponde a reivindicações já há muito feitas junto de outras organizações internacionais e, particularmente, através dos próprios trabalhadores emigrantes.

Considerando positivo o sentido geral da resolução adoptada — acrescentou ainda Aboim Inglês — não podemos deixar de ter em conta que ela é muito tímida, uma espécie de voto pio que a nada obriga e apenas recomenda o estudo ulterior da questão. Será a acção organizada dos próprios trabalhadores emigrantes e das forças políticas democráticas dos respectivos países que conseguirá forçar governos representativos de interesses burgueses à satisfação destas legítimas reivindicações e direitos.

UMA VERDADEIRA CONSTATAÇÃO DE FRACASSO

As iniquidades pelo futuro do Conselho da Europa, da sua Assembleia Parlamentar e, de um modo geral, de toda a ideia europeia foram, podemos dizer, unânimes e constantes — disse-nos ainda Aboim Inglês. Acrescentou:

O relatório sobre a política geral do Conselho da Europa, com o título de *Solidariedade Europeia*, está recheado de palavras e ideias como *crise, desequilíbrio, diferendos, desordem, guerra, conflitos, dificuldades, atrasos, divisões, afrontamentos*, etc. Podemos dizer, para resumir, que esse relatório, de que foi relator um social-democrata suíço mas que foi adoptado unanimemente pela Comissão de Questões Políticas, é uma verdadeira constatação de fracasso. Analisando criticamente a situação, o deputado do PCP acentuou: É claro que uma tal visão limita-se a constatar factos e de modo algum intenta buscar-lhe as causas — pois as causas são a crise geral do capitalismo, a realidade de uma Europa dos monopólios a quererem comer-se mais e mais uns aos outros e todos a pretenderem lançar o peso da sua crise sobre os ombros dos trabalhadores e dos povos.

REFORÇO DA SUPRANACIONALIDADE

Da constatação da crise — prosseguiu — passam à busca das saídas — mas também aí o pessimismo e a falta de realismo são as tónicas que avultam.

Seguidamente, Aboim Inglês referiu-nos as duas grandes linhas que avultam de todos os trabalhos a que teve ocasião de assistir. As soluções que sobressaem tanto dos relatórios e debates como dos discursos pronunciados na cerimónia da inauguração do edifício são, sem dúvida, por um lado, o reforço ainda maior da supranacionalidade e, por outro, o reforço do autoritarismo. Diz-se que no Conselho da Europa, pelos seus estatutos, não havia supranacionalidade. Mas, nesta sessão, os apelos à supranacionalidade foram constantes. Pretende-se anular os interesses nacionais de cada povo e país pela imposição de decisões supranacionais.

Também segundo nos referiu Aboim Inglês, o relatório sobre a «Evolução das Instituições Democráticas da Europa» aponta no mesmo sentido: autoritarismo dos governos e supranacionalidade dos parlamentares, dos governos e dos partidos. Afirma Aboim Inglês:

Podemos dizer que, longe de nos tranquilizar, este panorama nos dá ainda mais motivos para nos preocuparmos com a sorte da independência nacional e da democracia na Europa. As tendências autoritárias e imperialistas tendem a reforçar-se, com a crise geral do capitalismo. Não foi no Conselho da Europa que encontramos o caminho real para a satisfação das aspirações de paz, segurança e progresso dos trabalhadores e dos povos da Europa.

E mais adiante: Hoje, a situação da Europa e no Mundo não é favorável ao imperialismo, à reacção, aos grandes monopólios multinacionais. Hoje, os trabalhadores e os povos da Europa têm uma consciência muito mais elevada, pela sua própria experiência, de que será apenas pela luta pelos direitos democráticos contra a monopólio, pela paz e a cooperação em pé de igualdade entre todos os Estados, contra os que pretendem renovar a guerra fria e intensificar a corrida aos armamentos, que poderão todos caminhar para uma vida melhor e mais livre, aproximando-se da sua libertação definitiva da exploração do homem pelo homem.

E a concluir as suas declarações acerca do Conselho da Europa, Aboim Inglês acentuou: Ideias realistas e desejo sincero de cooperação pacífica, independentemente da diferença dos regimes económico-sociais entre os Estados, fazem-se hoje também ouvir no Conselho da Europa. Também aí os comunistas, campeões mais decididos dos interesses dos trabalhadores, da democracia e da independência nacional, não estão sós. Outras vozes e forças se lhes juntam e estamos convictos de que a voz do bom senso e da paz ganhará, ao fim e ao cabo, a última palavra na solução dos graves problemas que a actualidade encerra.

Algumas instituições europeias

CEE — Comunidade Económica Europeia, também conhecida pela designação de Mercado Comum ou Europa dos Nove. Fundada em 1957 pela França, República Federal Alemã, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo. Em 1973 vieram juntar-se a estes seis países mais três: Grã-Bretanha, Irlanda e Dinamarca.

PARLAMENTO EUROPEU — Instituição autónoma da CEE, com os estatutos aprovados em 1958. É composta por membros eleitos por cada um dos parlamentos dos países membros da CEE.

CONSELHO DA EUROPA — Organismo criado em 1949 e composto pelos ministros dos Negócios Estrangeiros dos seguintes países: Áustria, Chipre, Islândia, Malta, Noruega, Suécia, Suíça, Turquia, Portugal, França, República Federal Alemã, Itália, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Grã-Bretanha, Dinamarca e Irlanda.

ASSEMBLEIA PARLAMENTAR — Organismo do Conselho da Europa, composto por parlamentares de cada um dos países, e em que Portugal já foi admitido (ver entrevista com Aboim Inglês).

ASSIM VAI A CEE...

Quando da criação da CEE os dirigentes políticos fizeram grandes promessas acerca da «recuperação económica», do fim do desemprego, etc. Mas não é a associação de países capitalistas que consegue acabar com os males crónicos do capitalismo. A realidade concreta dos países da CEE é bem diferente daquilo que os fundadores prometiam. Assim vai a CEE:

● **JOVENS** — A situação dos jovens que procuram emprego pela primeira vez, dentro dos países da CEE, é das mais dramáticas. É entre eles que a taxa de desemprego é mais elevada: atingiu nos países da CEE os 30,7%, em 1974, os 35,3%, em 1975, e os 36%, em 1976 (Novembro).

● **ITALIA** — Segundo informação da revista italiana «L'Espresso», «se todos os desempregados italianos que têm formação profissional superior, viessem simultaneamente pedir emprego, uma bicha dupla seria tão longa como a estrada que liga Roma a Nápoles». A taxa de desemprego total, na Itália, passou de 3,5 em 1962/73, para 5,7 em Novembro de 76. Entretanto, na construção civil, mais de cem mil operários perderam o emprego no ano passado. A crise agrava-se neste sector, onde o nível de emprego baixou constantemente.

Segundo os dados fornecidos pelo Instituto Central de Estatísticas, no ano passado, os preços por grosso aumentaram 22,9 por cento em relação a 1975. Nos últimos meses a inflação afectou particularmente os produtos alimentares, os combustíveis e outros bens de consumo corrente. O preço do leite vai subir 15 por cento.

● **RFA** — A taxa de desemprego total aumentou de 0,6 por cento em 1962/73 para 4,3% em Novembro de 1976. Também aqui os jovens são os mais atingidos. O número de desempregados com menos de 20 anos aumentou, no mês de Janeiro, em 7 mil pessoas, atingindo actualmente as 110 mil.

Cerca de 34 mil empregados dos caminhos-de-ferro da RFA foram despedidos durante os últimos dois anos a pretexto da «racionalização capitalista da produção».

Uma das formas de subemprego mais graves — a semana de trabalho reduzida com uma diminuição proporcional de salários — está a expandir-se neste país. Segundo os dados oficiais, em Janeiro, o número de trabalhadores nestas condições atingiu os 268 800. É contra esta situação que lutam os trabalhadores da RFA. Cerca de 900 trabalhadores da fábrica pertencente ao grupo electrónico «AEG» paralisaram para protestar contra a decisão do Conselho de Administração de encerrar esta empresa. Os operários estão assim em risco de perderem o emprego. Em Berlim-Oeste o número de desempregados eleva-se a 38 mil pessoas.

● **FRANÇA** — A taxa de desemprego total aumentou de 2,2 em 1962/73 para 5,6 em Novembro de 1976. O número de desempregados, em Janeiro, era de 1 467 000 pessoas, o que constitui um novo «record». Metade dos desempregados são jovens com menos de 25 anos.

O problema do desemprego nunca foi tão grave — declarou George Segui, secretário-geral da CGT durante uma conferência de Imprensa em Saint Etienne. Nesta cidade, milhares de trabalhadores manifestaram-se exigindo o direito ao trabalho e garantia de emprego.

● **GRÃ-BRETANHA** — A taxa de desemprego total aumentou

de 3,1 em 1962/73, para 6,1 em Novembro de 1976. O número de desempregados ultrapassa, todos os meses, o milhão, o que não sucedia desde 1939.

O número de falências de companhias privadas em 1976 foi um número «record». Segundo os dados publicados pelo Ministério do Comércio, no ano passado, 6070 companhias, ou seja, 12 por cento mais que em 1975, faliram.

Para protestar contra as arbitrariedades do patronato, os trabalhadores da fábrica «Daffrey Peters», em Leeds, fizeram greve. Violando os direitos sindicais, a Direcção tinha suspendido uma operária que apelava para a sindicalização dos trabalhadores.

● **BÉLGICA** — Uma multidão de homens e mulheres de todas as idades junta-se diariamente na Bolsa de Trabalho de Bruxelas, na esperança de conseguir emprego. Segundo os dados do Partido Socialista Belga, existem, no país, 300 mil desempregados, ou seja, 10 por cento de toda a população activa. Este índice é um dos mais elevados de toda a Europa Ocidental. O Partido Comunista protesta contra a política de despedimentos sem justa causa, que tende a agravar ainda mais o desemprego no país.

● **DESEMPREGO** — Em 1976, o número de desempregados nos países do Mercado Comum continuou a aumentar, atingindo actualmente 5,2 milhões de pessoas.

● **PREÇOS** — No ano passado os preços aumentaram 11,3 por cento, em média, nos países do Mercado Comum. O Centro de Estatísticas da CEE sublinha que foi na Irlanda, na Itália e na Grã-Bretanha que esse aumento foi mais rápido. Na Irlanda os preços aumentaram 18 por cento.

SOBRE A INTEGRAÇÃO DE PORTUGAL NA CEE

1. Acompanhando as iniciativas do Governo do PS no sentido de promover a *integração plena* de Portugal na Comunidade Económica Europeia, tem vindo a ser desenvolvida uma vasta operação de propaganda que tende a distorcer o verdadeiro significado e reais consequências de tal decisão.

Através de afirmações grandiloquentes, superficiais e, nalguns casos levianas, procura-se convencer a opinião pública de que o futuro de Portugal se decide na chamada «ofensiva diplomática» do Governo e que a *integração* na CEE seria a solução milagrosa para os problemas económicos e financeiros do País. Ao mesmo tempo, como resultado de inquietantes propensões autoritárias, procura-se insinuar veladamente que seriam inimigos do interesse nacional e da democracia aqueles que criticam tal orientação política e económica.

O PCP adverte que a falta de bom senso, o exagero e artificialismo que caracterizam esta operação de propaganda, apenas podem provocar novas e perigosas ilusões, desviar as atenções dos problemas mais prementes do País e adiar a mobilização de forças e energias necessárias para erguer o grande esforço nacional, sem o qual não será possível ultrapassar as graves dificuldades actuais da economia portuguesa.

2. Apesar de inúmeras

e constantes declarações emitidas sobre o assunto, nem o Governo, nem o PS, nem os partidos de direita que o apoiam, nesta decisão, foram capazes até agora de justificar minimamente as pretensas vantagens da *integração* de Portugal na CEE, de demonstrar concretamente como pode tal integração dar resposta a qualquer dos problemas fulcrais da economia portuguesa: défices da balança comercial e de pagamentos, dívida externa, diferença entre a produção e o consumo nacional.

Limitando-se, no essencial, a fundamentar o pedido de integração na CEE em razões políticas que dificilmente serão compatíveis com as disposições constitucionais, na circunstância de Portugal ser um país europeu e de depender comercialmente da Europa capitalista, o PS e o seu Governo estão iludindo os problemas fundamentais, não acautelam os interesses da economia nacional, estão invocando as actuais dependências, não como justo motivo para as reduzir, mas como pretexto para as ampliar e agravar.

3. A *integração* de Portugal na CEE não só não permitirá resolver nenhum dos principais problemas da economia nacional — antes podendo vir a ser fonte de novas dificuldades globais e sectoriais — como pode comprometer o seu desenvolvimento independente na perspectiva do socialismo,

consagrada na Constituição.

A *integração* na CEE, não tendo em conta o diferente nível de desenvolvimento económico de Portugal e dos países da CEE, não tendo em conta a falta de competitividade da maioria dos produtos nacionais, implicaria sérias dificuldades para numerosos sectores económicos — refinação de açúcar, vidros, cerâmica, metalomecânica ligeira, máquinas-ferramentas, calçado de segunda qualidade, produtos têxteis, electrodomésticos, agricultura e pescas — que se veriam esmagados pela livre concorrência no mercado interno de produtos estrangeiros, comprometendo numerosos projectos de reconversão defendidos pelos trabalhadores, acarretando a sombria perspectiva da rápida liquidação de centenas de pequenas e médias empresas, agravando o desemprego e a situação do próprio sector nacionalizado.

O pedido de *integração* na CEE não tem ainda em conta que o desenvolvimento económico de Portugal, onde os monopólios sofreram golpes mortais foi liquidado o capitalismo monopolista de Estado, realizada a Reforma Agrária no Sul do País, conquistado o controlo operário, não é compatível com a *integração* plena num espaço económico comandado pelos monopólios europeus e estreitamente

dependente do imperialismo americano. A *integração* de Portugal na pequena Europa dos monopólios apenas serviria para reforçar as ingerências externas nas decisões que só aos portugueses competem, para ampliar a ofensiva do capitalismo internacional contra as nacionalizações, a Reforma Agrária, o controlo operário e os direitos dos trabalhadores.

4. O PCP não defende, nem nunca defendeu, uma política de isolamento nacional. O PCP pronuncia-se firmemente — no âmbito de uma política externa independente e diversificada — pelo desenvolvimento de relações de amizade e cooperação com os países capitalistas, em todos os domínios e com particular importância no campo económico, onde aliás se torna necessário conseguir a diminuição dos saldos comerciais altamente desfavoráveis para Portugal. O PCP, manifestando-se contrário à adesão, à *integração* económica ou política na CEE, é expressamente favorável à realização de acordos com a CEE, considerando ser esta a fórmula mais adequada a o nível de desenvolvimento da economia nacional e à salvaguarda da sua defesa contra o domínio dos monopólios internacionais.

O PCP sublinha que a Europa não se esgota nem na CEE nem nos monopólios europeus e seus representantes

políticos, que têm manifestado reconhecida hostilidade às conquistas da revolução portuguesa. Da Europa fazem parte também numerosos países socialistas e na Europa vivem milhões de homens e mulheres que aspiram à paz, ao progresso social e à independência nacional, que lutam activamente pela segurança e cooperação europeia, que são solidários com a revolução portuguesa e as suas conquistas. É o fortalecimento dos laços de amizade com todos os povos dessa Europa que é do interesse da democracia e do povo português.

5. O PCP regista com apreensão a campanha orquestrada por alguns órgãos de informação estatizada que, com apoio em diversas declarações oficiais, procura combater e denegrir o legítimo exercício pelos trabalhadores dos seus direitos constitucionais, a pretexto de incomodarem os governos dos países da CEE e dificultarem a sua receptividade ao pedido de adesão formulado pelo Governo. Trata-se de uma lamentável atitude de subserviência que, sendo lesiva da dignidade e da independência nacional, apenas comprova que a «amizade» da Europa Capitalista não é nem tão «desinteressada» nem tão «democrática» como algumas forças políticas apregoam.

A subordinação aos interesses dos monopólios, a resignação perante a ofensa dos seus direitos e conquistas, a demissão

na sua luta por uma sociedade liberta da exploração do homem pelo homem, pela democracia e pelo socialismo, é um prego que a classe operária e os trabalhadores portugueses não estarão dispostos a pagar em troca de uma *integração* na CEE que não corresponde aos seus interesses e aspirações.

A nova imagem de Portugal no mundo é hoje, graças à luta do povo e dos militares patriotas, de um país democrático onde se realizaram grandes transformações progressistas que abrem a perspectiva do socialismo.

O regime consagrado na Constituição Portuguesa não teme comparação quanto ao seu carácter democrático com qualquer país da CEE, onde as forças de esquerda frequentemente denunciam discriminações políticas e graves atentados às liberdades democráticas. A tendência de alguns governos de países da CEE para se arvorarem em juizes do carácter democrático do regime português é absolutamente inadmissível e nalguns casos carece completamente da autoridade moral que perderam em virtude de boas relações políticas e económicas mantidas com o fascismo e de significativos apoios materiais à guerra colonial.

6. Ao contrário do que afirma o Governo, não é o interesse nacional que leva o PPD, o CDS e a CIP, a apoiar a *integração* plena de Portugal na CEE,

mas sim a esperança de retirarem daí vantagens políticas que os aproximem do exercício do Poder, mas sim a sua convicção de que tal *integração* virá a favorecer a recuperação capitalista e agrária e o restabelecimento do poder dos monopólios em Portugal.

Os persistentes elogios do PS ao PPD e ao CDS e a extrema gratidão que publicamente lhes está manifestando, longe de darem credibilidade nacional ao pedido de *integração* na CEE, longe de reforçarem o Governo, apenas o distanciam mais e mais dos interesses e aspirações dos trabalhadores, apenas o expõem a renovadas pressões do imperialismo para que concretize no plano do Governo as alianças com a direita que vem praticando.

Também com a sua orientação perante o problema das relações com a CEE, o PS e o seu Governo, desmonstram continuar a não querer compreender que não é da direita, dos monopólios internacionais e do imperialismo que podem vir apoios para sair da crise mas sim das energias, da intervenção e capacidade criadora dos trabalhadores portugueses, do poder mobilizador da cooperação entre as forças da liberdade, do progresso social e do socialismo.

Lisboa, 18 de Fevereiro de 1977

A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

Faça a sua reserva já, nas Populares Livrarias
ou na CDL - Departamento de Venda directa



Será que só os ricos têm direito a um lar condigno? É preciso adoptar medidas urgentes e eficazes para começar a resolver o problema da habitação!

HABITAÇÃO CONDIGNA: UM DIREITO OU UM PRIVILÉGIO?

Mais de dois milhões de portugueses não têm uma habitação condigna, vivendo em condições de subalojamento, sem um mínimo de conforto e higiene. Porquê?

A política habitacional do regime fascista, como é fácil de adivinhar, limitou-se a assegurar o mais possível elevados lucros aos capitalistas e ao Estado, nomeadamente através da especulação na venda de terrenos, nas construções e nas rendas de casa. Para ilustrar essa política basta dizer que em cada 100 casas construídas apenas 5 eram de rendas económicas.

Os magros recursos da grande maioria dos trabalhadores portugueses, agravados pela quase inexistência de bairros de renda económica — os que existem estão em grande parte ocupados por sectores da população menos necessitados — provocaram, ano após ano, a crescente degradação das condições de habitação no nosso país.

Com o derrube do fascismo algo mudou, ainda que o problema esteja longe de ser resolvido, para não dizer mesmo que se agravou sob muitos aspectos, não só devido ao regresso à Portugal de milhares de famílias que se encontravam nas ex-colónias, como também devido à sabotagem verificada no sector da construção civil e, sobretudo, pela falta de uma correcta e consequente política habitacional.

O que mudou, foi a atitude das massas populares face ao problema — factor que apesar de fundamental é por si só insuficiente organizando-se e avançando com experiências que em muitos casos se revelaram extremamente positivas. Mas é ao Estado que compete a resolução global do problema.

O que se tem feito ou, melhor dizendo, o que não se tem feito, é reconhecido em diversos relatórios oficiais ou oficiosos, como se pode constatar pela transcrição que se segue:

«Não tem o país assistido, até agora, a uma tomada de posição clara do Estado, na definição de uma política habitacional, que permita que aquele direito seja exercido por um quarto das famílias portuguesas».

«Este número elevadíssimo tenderá a aumentar se não houver uma intervenção do Estado neste sector».

desta condição que se «associaram» para poder fazer face a essas rendas. Há muitas dessas associações de quatro famílias a viverem em habitações de quatro assoalhadas!

Se não se cuidar convenientemente deste grave problema outros não menos

outro ministro a ter que arranjar verbas para a substituição das barracas. Segundo as informações que colhemos contam-se, de entre os programas onde se foi retirar verbas para o referido projecto, os Contratos de Desenvolvimento, as Cooperativas de Habitação Económica e SAAL.

Esta medida, assim como a anunciada revisão da lei sobre arrendamento de casas (que está a ser feita no segredo dos gabinetes) e o recente despacho conjunto dos Ministérios da Habitação e Urbanismo

populares em luta pela concretização dos seus direitos constitucionais, cabe aqui perguntar-se o embargamento de obras sociais iniciadas sob o projecto do SAAL e com o aval do Fundo de Fomento da Habitação faz parte das soluções que tanto foram anunciadas. Como aconteceu, por exemplo, com a obra da Cooperativa de Habitação «Unidade do Povo» que mais não pretendia do que dar uma habitação condigna aos 4000 moradores dos bairros de lata da Quinta da Calçada e das FONSECAS.

ALGUNS DADOS DO QUE FOI FEITO

Quadro N.º 1

N.º de fogos	ENTIDADE	Valor total (contos)	1975		1976	
			2.º TRIM.	3.º e 4.º TRIM.	1.º SEM.	2.º SEM.
35 000	FFH (vários)	11 700 000	1 950 000	3 500 000	3 300 000	2 950 000
30 000	FFH (C.D.)	12 500 000	1 000 000	3 500 000	4 000 000	4 000 000
12 000	SAAL	1 250 000	150 000	400 000	400 000	300 000
6 000	Cooperat.	3 000 000	50 000	450 000	1 000 000	1 500 000
2 000	Organ. vár.	800 000	200 000	200 000	200 000	200 000
15 000	Inic. Prv.	10 500 000	1 500 000	3 000 000	3 000 000	3 000 000
100 000	—	39 750 000	4 850 000	11 050 000	11 900 000	11 950 000

graves poderão vir a surgir, pois cada família a viver naquelas condições que consiga de algum modo resolver «o seu problema» provocará situações difíceis ou mesmo insolúveis aos seus «associados».

Entretanto, sem qualquer planeamento ou disposição disciplinadora, continua a verificar-se a construção maciça de edifícios de alto custo e uma insignificante percentagem de construções económicas.

Por outro lado — e ainda que consideremos que a construção clandestina não é de modo algum a forma de resolver o problema da habitação — não se pode deixar de fazer a comparação entre a complacência que é dada pelas autoridades responsáveis às especulações desenfreadas que continuam a verificar-se neste sector e às acções repressivas que se anunciam contra a construção clandestina.

e Administração Interna que põe termo ao SAAL são exemplos do que vem sendo a actual política habitacional.

Política essa, aliás, cada vez mais contestada pelas massas populares. Exemplo flagrante disso é a contestação popular de que tem sido alvo o despacho ministerial já referido, que faz transitar para as autarquias locais uma importante parte das tarefas relativas à resolução do problema das zonas de habitação degradada e construção clandestina.

Segundo o mesmo despacho o processo SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local) passa a depender exclusivamente das autarquias locais, que sobre ele exercerão o seu controlo. Tal medida apareceu justificada por pretensos desvios de algumas brigadas do SAAL dos objectivos para que foram criadas e pela «ineficiência» daquele organismo.

As graves acusações feitas provocaram, de imediato, um movimento de protesto das mais diversas camadas populares, e em especial de comissões de moradores de bairros da lata.

AS «SOLUÇÕES» DO GOVERNO

Criado por despacho do II Governo Provisório, o SAAL tomou-se da «necessidade de dar o máximo de prioridade às operações de reabilitação dos bairros insalubres». A sua acção deveria caracterizar-se por «um apoio técnico local através de brigadas técnicas, que actuariam em estreito diálogo com as populações», competindo às autarquias locais um efectivo apoio, às iniciativas populares através da obtenção de terrenos a ceder às Associações de Moradores ou Cooperativas, e através da execução dos necessários planos e obras de infra-estruturas.

Toma-se desde logo evidente que um programa deste tipo só poderia ser levado a cabo se se tomassem outras medidas mais globais a nível governamental, nomeadamente no que se refere a medidas legislativas que permitissem a rápida expropriação dos terrenos; uma clara definição do esquema de financiamento a adoptar e, também, que o SAAL tivesse capacidade para vencer todos os condicionamentos de uma máquina governamental altamente burocrática e não poucas vezes corrupta.

Apesar destas condições não se terem verificado os trabalhadores do SAAL realizaram trabalho e é com os resultados obtidos que hoje respondem às acusações que lhes são feitas. Os números que transcrevemos no quadro n.º 2 estão já ultrapassados, mas mesmo assim servem para ilustrar qual foi a actuação daquele organismo.

No citado despacho, que na prática serviu para liquidar o SAAL, afirmava-se que os problemas das populações neste sector seriam resolvidos quando as brigadas do SAAL passassem para o controlo das câmaras municipais democraticamente eleitas. Para além da demagogia de uma tal afirmação, que visa claramente desmobilizar as organizações

O consentimento da especulação no sector da habitação, o contínuo desalojamento de inquilinos pobres para satisfação da voracidade dos senhorios, o embargamento de obras sociais, a não tomada de quaisquer medidas que visem de facto resolver este grave problema revelam a aparente desinteresse do governo pelo que vem consagrado na Constituição quanto ao direito à habitação e pelo esforço, desenvolvido por milhares de moradores.

Recentes disposições governamentais respeitantes às empresas intervenientes vêm agravar ainda mais o panorama habitacional no nosso país. Como efeito, o Decreto-Lei 907/76, de 31 de Dezembro, que prevê a cessação das intervenções na próxima segunda-feira e admite expressamente a devolução das empresas aos patrões que as abandonaram e/ou sabotaram, vai atingir, entre outras, empresas de construção civil e obras públicas, sendo assim em causa não só os postos de trabalho de inúmeros trabalhadores mas também a sua actividade em prol da resolução do gravíssimo problema da habitação.

Não só os trabalhadores das empresas intervenientes não foram ouvidos quanto ao futuro das empresas, como por outro lado o governo preferiu devolvê-las aos patrões que no passado demonstraram por demais a sua capacidade especulativa, sem tentar sequer procurar com os trabalhadores outras soluções que estejam de acordo com os interesses das populações.

Entretanto, não deixa de ser estranho que o Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção informe que «irá pôr à disposição das autarquias locais os meios financeiros necessários à instalação e estruturação» dos Serviços Municipais de Habitação, os quais serão apoiados tecnicamente por «um grupo de trabalho» criado junto da Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo, sem fazer a mais leve referência ao SAAL que, conforme foi anunciado quando da sua famosa «reestruturação», ficaria a depender directamente das autarquias locais. Se o então foi dito correspondia à verdade porque então este novo «grupo de trabalho»?

Outro aspecto preocupante da nota agora divulgada pelo MHUC diz respeito à afirmação de que as ditas habitações sociais a contruir serão distribuídas pelos Serviços Municipais de Habitação, «segundo critérios objectivos, por forma a atingir as necessidades habitacionais da população mais carecida», quando em lado nenhum da referida nota se prevê sequer o diálogo directo com as populações. Em que bases serão então definidos esses «critérios objectivos»? E com que objectividade, se os interessados não forem ouvidos?

Não será possível alojar condignamente mais de dois milhões de portugueses sem a colaboração activa das massas populares. As barracas prometidas pelo sr. ministro da Habitação não resolverão coisa nenhuma. Uma habitação condigna não pode ser um privilégio numa sociedade democrática. Tem de ser um direito a que todos tenham direito.

DAS PROMESSAS ELEITORAIS À PRÁTICA ADMINISTRATIVA

Enquanto continuam a tomar posse as Assembleias Municipais dos diferentes concelhos e se vão reafirmando, nas respectivas cerimónias, as melhores intenções de trabalho conjunto ao serviço dos legítimos interesses das populações, começam desde já a notar-se profundas diferenças de actuação entre os membros eleitos que de facto estão dispostos a servir as massas populares e os que na verdade mais não aspiram do que servir-se delas.

Assim, enquanto a Assembleia Municipal de Oeiras, na sua primeira reunião, saudou a população do concelho, «assumindo o compromisso de, na prática, por todos os meios ao seu alcance, em íntima e leal cooperação com os outros órgãos de poder local, organizações populares e todo o povo em geral, lutar para que se torne efectiva a democratização e para que a doutrina expressa na Constituição da República seja sempre cumprida e respeitada».

Enquanto na reunião ordinária da Câmara Municipal de Oeiras se discutem problemas de interesse para as populações (problemas financeiros, apoio às cooperativas, o mau estado dos arruamentos, medidas a tomar relativamente à venda ambulante, etc.) e se estabelece por maioria que a Câmara deve apoiar, «por todos os meios ao seu alcance, e dentro da medida das suas possibilidades, todas as iniciativas de carácter cooperativista que já existem, venham a existir ou desenvolvam a sua acção no âmbito do concelho, num contexto em que também desempenha um papel importante a iniciativa dos pequenos e médios empresários do comércio, da indústria e da agricultura que cumpre defender da concorrência desigual do grande capital».

Enquanto as Comissões de Trabalhadores da CUF e da Fisipe fazem chegar à Assembleia Municipal do Barreiro as suas saudações e total apoio;

Enquanto na Assembleia Municipal de Almada se aprova por unanimidade uma proposta de repúdio pelos crimes da ditadura fascista brasileira;

Enquanto na Moita o governador civil de Setúbal, do PS, sublinha a importância de «as autarquias estarem nas mãos do povo, para que possamos agora, num esforço conjunto, construir o País desejado de modo que se acabe com a exploração do homem pelo homem»;

Enquanto isto e muito mais acontece nas autarquias em que os democratas se unem na defesa dos interesses da comunidade, na Assembleia Municipal de Lisboa impera o «sectarismo estreito, a prepotência, o desinteresse pelo decorrer dos trabalhos». Tal facto é denunciado num recente comunicado da Frente Eleitoral Povo Unido, que sublinha a incompetência e arbitrariedade com que foram conduzidos os trabalhos numa reunião daquele órgão, em que foi impedida a discussão e aprovação de várias propostas, incluindo uma saudação ao povo de Lisboa que repudiava o avanço da reacção, e uma outra proposta de critério de constituição da mesa.

Saltitando que actuações semelhantes em nada contribuem para o prestígio das novas instituições democráticas, a FEPU realinha a sua intenção de cooperar com todos os democratas no exame dos problemas e soluções que afectam a cidade de Lisboa, o que não a impedirá, contudo, de denunciar com firmeza ao povo de Lisboa práticas antidemocráticas, tendentes a retirar

importância e significado político ao funcionamento da Assembleia Municipal.

Assim como não pode deixar de se denunciar as constantes alianças do PS com o PPD e mesmo com o CDS; e também a actuação do presidente da Câmara de Alcanena, do PS, que sem ouvir ninguém despediu vários trabalhadores e cujo primeiro acto de gestão foi comprar móveis novos e mandar alcatifar a sua sala de trabalho (?).

Igualmente preocupante é a actuação do ministro da Habitação, eng.º Eduardo Pereira, que na primeira reunião da Assembleia Municipal de Sesimbra abandonou a sala quando o dr. Aurélio de Sousa, da FEPU (lista mais votada), foi eleito para a presidência da mesa daquele órgão.

A Assembleia Municipal de Sesimbra fora convocada por Aurélio de Sousa, como legalmente lhe competia, dado ser «o cidadão que encabeça a lista mais votada». A presidência foi assumida provisoriamente por aquele mesmo membro da FEPU, tal como estabelece o Art.º 23.º do Decreto-Lei n.º 701/-A/76 de 29 de Setembro. Para secretariarem os trabalhos foram escolhidos o eng.º Eduardo Pereira (PS) e Rosa Sousa Gomes (FEPU). Feita a eleição, Aurélio de Sousa e Eduardo Pereira contavam ambos com 6 votos cada. Usando o voto de qualidade que lhe confere o § 2 do Art.º 46.º do citado decreto, o representante da FEPU optou pelo seu nome para a presidência.

Considerando a decisão ilegal, o ministro da Habitação abandonou a sala, após apresentar um requerimento. Dado que pertence ao partido que está no Governo, não deixa de ser curiosa esta atitude do eng.º Eduardo Pereira, que quando as coisas não lhe correm a favor considera ilegal o próprio articulado da lei...

Entretanto, é de assinalar que nem em todo o lado os socialistas se aliam às forças da reacção, ou lhe dão cobertura. Como se pode constatar, por exemplo, na Câmara Municipal de Resende, em cuja última sessão um dos vereadores do PS fez aprovar uma moção de censura e desconfiança ao respectivo presidente, dr. Brito de Matos, actualmente do PPD/PSD e ex-PIDE/DGS e ex-ANP.

Já por diversas vezes afirmámos que a composição política diferenciada dos órgãos de poder local pode e deve ser um factor de unidade das massas populares e de todas as forças antifascistas. Mas para que tal seja uma realidade é imperioso que as populações participem activamente na vida das autarquias, façam ouvir a sua voz, exijam o cumprimento dos programas e das promessas daqueles que elegeram, denunciem todas as acções que atentem contra a democracia. Como aconteceu recentemente, por exemplo, em Santarém, em que os trabalhadores da Federação dos Municípios do Ribatejo, ao tomarem conhecimento da admissão de um elemento da ex-PIDE/DGS (Jordão), sem o conhecimento da Comissão de Trabalhadores, decidiram em plenário repudiar a atitude da direcção e exigir a expulsão do referido elemento.

Está nas mãos das populações conseguir que os órgãos de poder local o sejam de facto. Participar nas actividades das autarquias, nomeadamente através da participação nas sessões públicas das Câmaras e Assembleias Municipais é não só um direito mas sobretudo um dever de todos os cidadãos.

Para 1977-1978, a nível de Associações de Amizade

PREVISTA AMPLA ACTIVIDADE DE COOPERAÇÃO ENTRE A UNIÃO SOVIÉTICA E PORTUGAL

As comemorações do 60.º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro, em Portugal e do 25 de Abril — 3.º aniversário da Revolução Democrática Portuguesa — na União Soviética são o ponto mais saliente do plano de cooperação e intercâmbio para 1977-1978, recentemente assinado em Moscovo entre a União das Associações Soviéticas de Amizade e Relações Culturais com outros Países e a Associação de Amizade URSS-Portugal, por um lado, e a Associação de Relações de Amizade URSS-Portugal-URSS, por outro.

Depois de assinalar que o plano de cooperação para 1975-1976 «foi cumprido no fundamental», o referido documento sublinha que «a actividade das associações contribuiu para um conhecimento mútuo mais profundo da história e da realidade actual dos povos da União Soviética e da República Portuguesa», e para «o desenvolvimento das relações de amizade e culturais entre ambos os povos».

As duas partes opõem-se «determinantemente às tentativas de propagação do anti-sovietismo».

da URSS à luz das resoluções do XXV Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Por seu turno, a União das Associações Soviéticas de Amizade (UASA) e a Associação URSS-Portugal «aplicarão todos os seus esforços» para que o povo português possa conhecer o novo Portugal.

BOLSAS DE ESTUDO PARA JOVENS PORTUGUESES

Segundo o presente plano de

ano à Associação URSS-Portugal 15 bolsas de estudo para jovens portugueses interessados em estudar em escolas especializadas de ensino superior e secundário da URSS.

De acordo com o referido plano de cooperação, as duas partes «estimularão contactos e relações entre as secções urbanas e distritais da «Portugal-URSS», por um lado, e as associações republicanas de amizade com os povos de países estrangeiros, por outro, e empenharão «todos os esforços para o ulterior melhoramento qualitativo da sua actividade e o desenvolvimento das relações culturais entre a URSS e Portugal».

A UASA, a «URSS-Portugal» e a «Portugal-URSS» trocarão igualmente livros e brochuras dedicadas à vida cultural dos dois povos, revistas e jornais do tipo geral e especiais, exposições de fotos, filmes, documentários desportivos, sobre a natureza e o ambiente, e de divulgação científica, materiais de consulta sobre a URSS e Portugal para conferencistas e investigadores, discos e gravações de música, manuais, material didáctico e «discos destinados às pessoas que estudam o russo e o português».

INTERCÂMBIO DE DELEGAÇÕES

Durante 1977-1978, a UASA e a «URSS-Portugal» convidarão para visitar a União Soviética uma delegação de dirigentes da «Portugal-URSS» que irá examinar os planos de trabalho relacionados com a actividade daquelas organizações de amizade; uma delegação de secretários das secções locais e activistas da Associação Portugal-URSS para trocarem experiências com representantes das associações republicanas de amizade com países estrangeiros («estão previstas visitas às Repúblicas da Arménia e Moldávia; uma delegação de católicos de esquerda; uma delegação de correspondentes da revista «Paz e Amizade» (órgão da «Portugal-URSS») para prepararem reportagens referentes ao 60.º aniversário do Grande Outubro; um grupo de «personalidades da cultura portuguesa para estabelecerem contactos profissionais e conhecerem a realidade soviética»; uma delegação de um grupo artístico para participarem nos Dias de Portugal na URSS».

A convite da Associação Portugal-URSS, estarão no nosso País para assistirem às comemorações do 60.º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro delegações da UASA e da Associação Ucrânia de Amizade, um conjunto artístico e «um grupo especial turístico da UASA e da Associação «URSS-Portugal» (20 pessoas para doze dias), além de acompanhantes de exposições, conferencistas — que vão abordar (as realizações do povo soviético na edificação económico-social, nos diferentes domínios, durante os 60 anos do Poder Soviético —, delegações da

UASA e da Associação Arménia de Amizade e ainda um grupo especial turístico da União das Associações Soviéticas de Amizade e da «URSS-Portugal».

A terminar, o acordo de cooperação e intercâmbio salienta que «as partes concordam em que o número de membros e os prazos de permanências de delegações, conferencistas, conjuntos artísticos, personalidades da ciência e da cultura e grupos de turistas a serem enviados em 1978, serão coordenados pelas partes complementarmente, através da troca de cartas». De destacar, também, que as referidas organizações de amizade «cooperarão na elaboração dos programas de estada dos grupos turísticos» especializados que as associações enviam, a fim de os seus participantes conhecerem a vida económica, política e cultural de ambos os países, e estabelecerem contactos com representantes da opinião pública.

DEMOCRACIA SOCIALISTA

Integrada nas habituais realizações das sexta-feiras da Associação Portugal-URSS, realiza-se amanhã uma conferência subordinada ao tema «Democracia Socialista». Usará da palavra o dr. Stefan Mamontov, conselheiro cultural da Embaixada da União Soviética no nosso país.

A sessão realiza-se às 21 e 30 na sede da Associação, na rua de S. Caetano, n.º 30.

VIAGEM À URSS

A partir de Abril até Dezembro a Associação Portugal-URSS promoverá uma série de viagens à União Soviética, especialmente destinadas a jovens entre 16 e 35 anos. A primeira dessas viagens, que estão a despertar grande interesse entre a juventude, será de 1 a 8 de Abril, com visitas às cidades de Moscovo e Leninegrado. O preço é de 12 070\$00, estando previstos encontros com a juventude e visitas de carácter social a empreendimentos industriais e outros. Mais informações serão fornecidas na sede da Associação.

Quadro N.º 2

fogos concluídos até Dez. 76	320
fogos novos concluídos	136
fogos recuperados	151
fogos novos em construção	2301
fogos em recuperação	7
fogos novos em construção em 31 de Dez. 76	3304
fogos novos a iniciar no 1.º trimestre de 77	3551
recuperações a iniciar no 1.º trimestre de 77	545
número de pessoas interessadas na operação SAAL	132 000
n.º de Associados beneficiados	172

QUE POLÍTICA, SR. MINISTRO?

Socorrendo-nos de dados oficiais, podemos ter uma ideia da gravidade das actuais carências no sector da habitação, que se têm vindo a agravar nos últimos anos: — Já em 1966 (...) o Inquérito habitacional (...) apontava para uma carência total de 483 000 fogos (...) Nas conclusões deste inquérito recomendava-se que a construção anual de alojamentos não descesse dos 65 000 fogos, como única possibilidade para vir a ser eliminada, no prazo de 20 anos, a situação de carência detectada.

Ainda segundo relatórios oficiais, o ritmo de construções preconizado não foi atingido em nenhum dos anos seguintes e, deste modo, as carências detectadas veio adicionar-se o saldo negativo acumulado ano após ano.

Acresce ainda que no número atrás citado não se contava com a possibilidade de virem a realizar-se as demolições que nesses anos se verificaram, de habitações em perfeito estado de utilização, para fins meramente especulativos.

Por tudo isto, as carências então existentes passaram, em dez anos, dos 483 000 para um número muito superior a 700 000 fogos. Destes, cerca de 200 000 são de carácter absolutamente urgente pois destinam-se a substituir barracas, habitações degradadas e a alojar famílias que vivem em regime de subarrendamento.

Mas os restantes 500 000 deverão ser construídos para famílias de fracos recursos financeiros. Isto porque grande parte das casas de rendas altas, estão hoje ocupadas por famílias

Como pensa o Governo resolver este grave problema é a pergunta que se coloca aos mais de dois milhões de portugueses que não têm casa e a quantos lutam pela melhoria das condições de vida do nosso povo.

Consultando os planos de construção do Fundo de Fomento da Habitação (ver quadro n.º 1) verifica-se que para os anos de 1975/76 se previa a construção de 85 000 fogos, dos quais nem sequer 25% chegaram a ser construídos. Entretanto, a iniciativa privada, no que se refere à construção de rendas elevadas, ultrapassou os 15 000 fogos previstos no plano. Porquê? Será que o Governo não encara sequer a possibilidade de disciplinar os investidores levando-os a construir o que o país e o povo precisam dentro das suas disponibilidades económicas?

Entretanto, também, o ministro da Habitação anunciou a construção de 15 000 fogos pré-fabricados entre Setembro de 1976 e Março de 1977, dos quais, segundo pudemos apurar, cerca de 92% são barracas de madeira ou cimento, sem o mínimo de condições de habitabilidade. Para a realização de tão «espectacular» projecto foi o sr. ministro retirar dinheiro em princípio destinado a outros programas que se encarregou de travar, quer criando dificuldades de acesso aos terrenos quer bloqueando os financiamentos.

Não se pode deixar de pensar com preocupação na utilidade de tal medida a qual, inevitavelmente, dentro de poucos anos obrigará



CAMPANHA NACIONAL DOS 50 MIL CONTOS CAMPANHA NACIONAL DOS 50 MIL CONTOS

ASSIM VAI A CAMPANHA

COMISSÃO COORDENADORA CENTRAL

Transporte	452 373\$80
Coupons	6050\$00
«Clube dos Mil»	2000\$00
Mealheiro CT António Serpa	258\$90
«Comunistas são sempre jovens»	500\$00
«25 de Abril»	5540\$00
«Viva o 25 de Abril»	2300\$00
«Uma comunista que já nasceu comunista»	1500\$00
«Vitória pela Unidade» — 2.ª entrega	12 000\$00
«Vitória pela Unidade» — 3.ª entrega	3000\$00
«Em memória de Manuel Rodrigues da Silva»	8500\$00
«Em memória de José Moreira»	8500\$00
«Em memória de Militão Ribeiro»	8500\$00
«Um anónimo (entregue no «Avante!»)	10 000\$00
«Amigo Louro»	100\$00
«M. F. Pereira»	500\$00
«Galo na tola»	55\$00
«Em memória de José Dias Coelho»	5000\$00
«Conto Livre»	5000\$00
«De um velho militante do Partido em homenagem a Alvaro Cunha»	200 000\$00
«Vitória Socialista no Mundo»	500\$00
«Casimiro Tristão»	2120\$00
«António Pedro, pescador reformado» — Setúbal	500\$00
«Rogério de Jesus Ribeiro» — Alameda, Gavião	1000\$00
«Valentina de Jesus, uma simpaticante de Amieiro do Tejo»	500\$00
«Luís Ribeiro» (vale postal)	300\$00
Total	736 597\$70

OR Alentejo

Transporte	35 382\$50
Autocolantes	972\$80
Coupons	20 700\$00
Donativos diversos — Reguengos	287\$40
Donativos diversos — Montemor	22 839\$70
Donativos diversos — Portel	262\$00
Donativos diversos — V. Vicoso	304\$50
Leilões — Montemor	15 073\$50
Sorteios — Reguengos	250\$00
Sorteios — Estremoz	124\$50
Sorteios — Montemor	402\$00
Sorteios — Beja	750\$00
Sorteios — Vila Viçosa	750\$00
Sorteios — Arraiolos	500\$00
Festa em Campo Maior	23 720\$00
Festa em Avis	19 260\$00
Festa realizada em 5 de Fevereiro (Beja?)	20 000\$00
Sessão de cinema na «Capricho» em 1.º Fev.	2084\$30
Sessão de cinema na sala de S. Matias	568\$50
Sessão de cinema em Figueira das Cavaleiras	505\$50
Rubricas diversas — Montemor	65\$50
«Sai sempre» — V. Vicoso	1654\$30
«Trabalhadores de Fias»	1072\$50
«Trabalhadores de Ourique»	3840\$00
«Trabalhadores de A. do Pinto»	183\$00
«Família dos 1 de mil escudos» — Portalegre	11 000\$00
Listas:	
13396 — CC V. Novas	4782\$00
13423 — CT Arraiolos	362\$50
13430 — CT Arraiolos	300\$50
13508 — Beja	3570\$00
13910 — Beja	3680\$00
13914 — Beja	965\$00
13944 (ou 13999?) — Beja	1150\$00
14141 — CC Avis	2480\$00
14169 — CC Avis	1505\$00
14170 — CC Avis	1274\$00
14191 — CC Rio Maior	800\$00
14192 — CC Rio Maior	820\$00
14274 (parte) — CC Portalegre	3860\$00
S/n.º — Portel	545\$00
S/n.º — Montemor	22 267\$80
Total	235 044\$10

OR Açores

«Um jantar de convívio»	1907\$00
-------------------------	----------

OR Algarve

Autocolantes	1292\$50
Coupons	40 250\$00
Donativos diversos (CC Lagos)	144\$50
Mealheiro — CT Lagos	460\$00
Festa — CC Faro	5000\$00
Festa — CT Lagos	2995\$00
Sessão cinema — Faro	156\$00
Sessão cinema — Lagos	1301\$00
Sessão de cinema — Silves	789\$40
Leilão — CC Portimão	3590\$00
Leilão — URSA	150\$00
Leilão bolo — Faro	645\$00
Sorteio — Alcoutim	500\$00
Sorteio — URSA	4530\$00
Vendas — CC Portimão	275\$00
Vendas — CC Silves	2200\$00
Listas:	
7537 — CC Lagos	1100\$00
8012 — CC Portimão	5060\$00
8162 — CC Silves	1220\$00
8231 — Albufeira	2086\$50
8354 — Faro	1870\$00
8382 — Loulé	15 000\$00
S/n.º — S. Brás de Alportel	900\$00
Total	91 514\$90

OR Beiras

Transporte	48 850\$00
Autocolantes	50\$00
Coupons	13 350\$00
Vendas de poster — Guarda	40\$00
Listas:	
7306 — CD Guarda	2000\$00
7307 — Reunião de quadros D. Guarda	1220\$00
7778 — SIP Coimbra	32 014\$50
Total	97 524\$50

OR Lisboa

Transporte	1 210 248\$10
Autocolantes	5521\$50
Coupons	111 970\$00
Coupons (Sector publico)	47 850\$00
Donativos diversos	500\$00
Donativos diversos — Transportes	1605\$00
Donativos diversos — CC Sintra	10 000\$00
«Clube dos 500» — S. Público	2500\$00
Festa — Montelavar	3528\$70
Leilões (Transportes)	4205\$50
Projeção de um filme (Cascais)	1206\$10
Sorteio de livros (Alverca)	6890\$00
Sorteio busto Lenine (Marchil)	1410\$00
Sorteio serviço jantar oferecido (Cascais)	20 000\$00
Sorteios (Transportes)	14 805\$00
Listas:	
8915 — Manuel Guedes	4500\$00
8948 — Joaquim Campino	15 000\$00
11925 — CC Sintra	1600\$00
12306 — Loures	2752\$50
12421 — Loures	970\$00
12423 — Loures	1360\$00
12606 — Loures	860\$00
14414 — CC Sintra	1642\$00
14417 — CC Sintra	995\$00
14418 — CC Sintra	380\$00
14421 — CC Sintra	1220\$00
12908 — CC Sintra	500\$00
12913 — CC Sintra	415\$00
12991 — CC Sintra	1830\$00
12991 — CC Sintra	630\$00
12993 — CC Sintra	350\$00
14522 — CC Cascais	185\$00
14523 — CC Cascais	40\$00
14525 — CC Cascais	65\$00
14623 — CC Cascais	180\$00
14650 — CC Cascais	550\$00
17616 — CC V. F. Xira	5020\$00
17722 — CC V. F. Xira	1330\$00
17724 — CC V. F. Xira	325\$00
17725 — CC V. F. Xira	1095\$00
17727 — CC V. F. Xira	11 050\$00
17745 — CC V. F. Xira	1700\$00
17804 — CC V. F. Xira	345\$00
17806 — CC V. F. Xira	2410\$00
17812 — CC V. F. Xira	1700\$00
17824 — CC V. F. Xira	3090\$00
17833 — CC V. F. Xira	1787\$50
17834 — CC V. F. Xira	2200\$00
17838 — CC V. F. Xira	2423\$50
17840 — CC V. F. Xira	2564\$50
17904 — CC V. F. Xira	1482\$00
17906 — CC V. F. Xira	785\$50
17922 — CC V. F. Xira	785\$00
17932 — CC V. F. Xira	990\$00
17933 — CC V. F. Xira	465\$00
18001 — Transportes	1250\$00
18002 — Transportes	1050\$00
18057 — Transportes	1240\$00
18097 — Transportes	500\$00
18247 — Transportes	630\$00
18429 — Transportes	325\$00
18435 — Transportes	340\$00
18443 — Transportes	1105\$10
18474 — Transportes	680\$00
18554 — EDP	127\$00
18649 — JAE (S. Máquinas)	110\$00
18692 — MEIC — II	2590\$00
18748 — DOS — II	605\$50
18756 — Alameda de Lisboa	4140\$00
18702 — DOS — I	828\$50
18704 — MAP — DOS I	250\$00
18705 — DOS — I	384\$00
18736 — SEP — DOS I	570\$00
18741 — Comissão Centro Alfama	490\$00
18823 — Estação Agronómica Nac.	750\$00
18834 — DOS — I	1365\$00
Rubricas:	
«Ivan o Terrível»	10 000\$00
«Um Acoreano»	20 000\$00
«Um engenheiro progressista»	1000\$00
«António Dias Ferreira»	320\$00
«Luís Correia»	200\$00
«As portas que Abri abri ninguém as pode fechar» — CC Sintra	10 000\$00
«Viva o PCP»	1000\$00
«Anónimo (Transportes)»	5000\$00
«De um ex-anticomunista»	500\$00
«Maria Rosa Heitor»	500\$00
«Um casamento do S. Público»	380\$00
«De um reformado do Concelho de Almeida/Guarda»	50\$00
Total	1 579 600\$50

OR Norte

Transporte	111 530\$00
Autocolantes	1210\$00
Coupons	50 910\$00
1.ª Reunião da Comissão Coordenadora D. Braga	200\$00
Quele no bar do CT de Viana do Castelo	1300\$80
Sorteios — CD Viana do Castelo	1427\$50
Vendas — CD Viana do Castelo	1000\$00
Listas:	
652 (parte) — 658 — 659 (parte) — 661 — 695 (parte) — 702	
708 — S. Têxti DORN	4036\$50
860 — Sector Têxti DORN	610\$00
861 — Sector Têxti DORN	90\$00
901 — Sector Têxti DORN	50\$00
1032 — Gaia — «Velho Amigo do Partido»	20 000\$00
1057 — Gaia — «Sousa (Sob. J.)» — Rumo ao Socialismo»	1075\$00
1103 — Gaia — N. Lago — Rumo a Vitória	700\$00
1103 (?) — «Uma família comunista»	500\$00
1302 — 1303 — 1312 — 1315 — 1331 — 1336	
1386 — 1389 — CC de Gondomar	2410\$00
1354 — CC Gondomar	1060\$00
1357 — CC Gondomar	340\$00
1406 — CC Gondomar	2090\$00
9554 — CC Mirandela («Alexandre Sales»)	20 000\$00
9914 — 9924 — 9929 — CC Vila Real	740\$00
9915 — CC Vila Real	500\$00
S/n.º — CC Gondomar	3480\$00
«Anónimo» (CD V. do Castelo)	20\$00
«Simpatizantes» (V. do Castelo)	120\$00
«José Marques» (V. do Castelo)	40\$00
«José Castro» (V. do Castelo)	2150\$00
«João Costa» (V. do Castelo)	5000\$00
«Valdeaz» — 1.ª prestação (Viana do Castelo)	500\$00
«Sousa Fernandes» (V. do Castelo)	20 000\$00
Total	253 089\$80

OR Oeste e Ribatejo

Transporte	15 147\$10
Autocolantes — Venda de 20 autoc. M. Grande	710\$00
Coupons	11 450\$00
«Clube dos Mil» (Peniche)	3000\$00
Mealheiro Peniche	500\$00
Leilões Peniche	1000\$00
Cabaz da Inflação (Peniche)	3500\$00
Listas:	
5002 — Marinha Grande	2000\$00
5003 — Marinha Grande	14 000\$00
5005 — Marinha Grande	6500\$00
5006 — Marinha Grande	15 000\$00
5007 — Marinha Grande	3800\$00
5011 — Marinha Grande	1060\$00
5012 — Marinha Grande	20 880\$00
5013 — Marinha Grande	3500\$00
5261 — Peniche	220\$00
5311 — Caldas da Rainha	4090\$00
5313 — Caldas da Rainha	2285\$00
5315 — Caldas da Rainha	70\$00
5317 — Caldas da Rainha	120\$00
5318 — Caldas da Rainha	1250\$00
5319 — Caldas da Rainha	1000\$00
5352 — Leiria	1000\$00
5414 — Bombarral	8600\$00
5417 — Bombarral	1300\$00
5441 — Nazaré	2600\$00
Total	116 842\$10

OR Setúbal

Transporte	248 092\$50
Autocolantes	5032\$50
Coupons	74 350\$00

Donativos diversos — CC Almada	621\$00
Donativos diversos — CT Grândola	200\$00
Donativos diversos — CC Montijo	1774\$00
Donativos diversos — Célula Automática	550\$00
Donativos diversos — Célula Indelma	62\$50
Donativos diversos — Célula Wicander	263\$00
Donativos diversos — Célula Siderurgia Nac.	233\$00
Vendas — CC Montijo	482\$50
Vendas — CT Sines	1100\$00
Mealheiro Garrafão — CC Almada	4454\$50
Mealheiro Garrafão — CC Moita	1560\$00
Pequenas iniciativas diversas — CC Barreiro	1854\$50
Iniciativas culturais — cinema e reuniões — CC Almada	5800\$00
Campanha dos vinhos — CC Almada	620\$00
Banca de rua — CC Moita	697\$10
Pedilório em Vale de Guizo	668\$50
Aumento de 1500 por bica — CC Barreiro	4734\$00
«Totofundos» — CC Montijo	1202\$50
«Poço da Morte»	1000\$00
Aumento da bica — CC Montijo	597\$50
Excursão a Almada, ao Teatro	1129\$70
Circulars aos militantes para mil escudos (CC Seixal)	10 820\$00
Idem, Siderurgia Nacional	4270\$00
Venda de fava frita — CT Paio Pires	200\$50
Espectáculo — CC Barreiro	8150\$00
Baile no Canal Caveira — Grândola	757\$50
Sessões de filmes em 13 Fev. — CC Sant. Cacém	1319\$50
Leilões — CC Almada	3578\$70
Leilões — CC Moita	1905\$00
Leilões — Vale de Guizo	1060\$00
Leilões — CC Barreiro	10 784\$50
Leilões — CC Montijo	440\$00
Sorteios — CC Almada	3771\$00
Sorteios — Quermesse Grândola	4270\$00
Sorteios — CC Montijo	20 534\$50
Sorteios — «Cabaz Familiar» — Org. P. e M. Empr.	375\$00
Sorteios — «Cabaz Familiar» — C.F. Seixal	562\$50
Sorteios — «Cabaz Familiar» — Sid. Nacional	187\$50
Sorteios — Napeiros — Célula Automática	700\$00
Dia de Salário — CC Setúbal	22 200\$00
Listas:	
2957 — 2961 — 2963 — 2964 — 2965 — 2966 — CC Almada	17 355\$00
3547 — 3548 — CC Almada	670\$00
3657 — CC Almada	1020\$00
3746 — CC Almada	332\$50
3770 — CC Almada	271\$50
3792 — CC Almada	1097\$50
3809 — CC Almada	4000\$00
3810 — 3844 — CC Almada	10 686\$20
2501 — Urbisado — Setúbal	5500\$00
2525 — AC Troia — Setúbal	1540\$00
2572 — 2573 — Movauto — Setúbal	1058\$50
10216 — C.F.S. Lourenço — Setúbal	2502\$50
10259 — Apanhadores de peixe — Setúbal	650\$00
10260 — CC Setúbal	1916\$00
10293 — IMA Setúbal	1870\$00
10299 — Entraposto — Setúbal	1800\$00
10313 — Com. Sala Convívio — Setúbal	162\$50
3001 — CC Moita	3190\$00
3018 — CC Moita	1271\$50
3026 — CC Moita	717\$00
3040 — 3041 — CC Moita	1266\$50
3055 — CC Moita	560\$00
3101 — 3102 — CC Moita	4500\$00
10121 — Bento Gonçalves — CC Alc. Sal	3420\$00
10161 — Joaquim Oliveira — CC Alc. Sal	3860\$00
10164 — Joaquim Oliveira — CC Alc. Sal	1110\$00
10169 — Joaquim Oliveira — CC Alc. Sal	957\$50
4081 — 4083 — CC Barreiro	1550\$00
4102 — CC Barreiro	762\$50
4279 — CC Barreiro	2300\$00
4638 — 4650 — 4651 — CC Barreiro	1755\$50
4810 — CT Grândola	2770\$00
4811 — CT Grândola	220\$00
4820 — CT Grândola	500\$00
4823 — CT Grândola	2300\$00
4832 — CT Grândola	3000\$00
10664 — 10665 — 10672 — 10738 — CC Sant. Cacém	7730\$00
10673 — CC Santiago Cacém	2200\$00
10693 — 10694 — 10695 — CC Sant. Cacém	5840\$00
10698 — 10699 — 10700 — CC Sant. Cacém	5927\$50
10717 — CC Sant. Cacém	125\$00
11006 — CF Seixal	150\$00
11007 — CF Seixal	1290\$00
11013 — CF Seixal	1470\$00
11035 — CF Seixal	1150\$00
11291 — CF Seixal	20\$00
11292 — CF Seixal	500\$00
11293 — CF Seixal	60\$00
10824 — «Grupo dos Mil» — CT Sines	2450\$00
10833 — CT Sines (Engloba recolha de fundos comemoração «Dia do Avante!»)	2630\$00
10834 — «Grupo dos Quinhentos» — CT Sines	3100\$00
10839 — «Grupo dos Dois Mil» — CT Sines	2000\$00
Total —	583 068\$00

DIA DE SALÁRIO PARA O PARTIDO

A proposta apresentada pela célula da CUF de um dia de salário para a Campanha Nacional de Fundos continua a registar inúmeras adesões por parte dos trabalhadores dos mais diversos pontos do país.

Nas mais diferentes empresas, os trabalhadores comunistas, e não só, têm manifestado a sua intenção de contribuírem com o salário de um dia para a Campanha dos 50 000 Contos.

Revelando-se um factor de unidade contra o regresso do fascismo e pela defesa dos interesses de todos os trabalhadores, a iniciativa proposta pelos comunistas da CUF congrega todos os dias novos apoios — os apoios de todos aqueles que a sabem não ser em vão a tarefa a que se propõem.

Quem durante estes anos tem lutado abnegadamente para defender as conquistas alcançadas após o 25 de Abril; quem durante estes três anos tem aguentado as investidas crescentes da reacção que pretende recuperar novamente o poder político e económico; quem durante estes três anos tem contribuído com o seu trabalho e o seu esforço para construir um Portugal novo, onde finalmente todos possam exercer a sua profissão sem estarem sujeitos à exploração desenfreada dos monopolistas — todos estes, sejam militantes comunistas ou simples antifascistas sentem que o sacrifício de um dia de salário para ajudar o grande Partido da classe operária não é demais.

Por isso, a iniciativa dos operários da CUF,

outros trabalhadores têm respondido com a sua adesão. É o que se passa com os trabalhadores agrícolas das Cooperativas de Produção Agrícola do Mouchão do Inglês e da Quinta de S. João, em Alpiarça. No norte, várias células de empresas têxteis aderiram igualmente ao dia de salário para a Campanha Nacional de Fundos, nomeadamente da Empresa Fabril do Norte, da Mondex, da Nacitex, da Somarida e da High-Light. Também a célula dos empregados de Santarém decidiu aderir e apela para que todos os simpatizantes participem com um dia de salário.

Entretanto, no concelho do Barreiro, várias iniciativas estão a ser desenvolvidas e outras programadas, nomeadamente a campanha de um dia de salário para o Partido que mobilizará milhares de trabalhadores daquele concelho e a oferta de um dia de lucro no comércio para a Campanha, que está a suscitar um desusado interesse, contando já com um largo número de adesões não só de militantes como de simpatizantes.

Neste último caso o Organismo dos Pequenos e Médios Comerciantes e Industriais do Barreiro do PCP lançou já um apelo, pois como referem no seu comunicado, «tal como os outros trabalhadores estamos dispostos a fazer os sacrifícios que nos forem exigidos».

Um dia de salário para o Partido é uma iniciativa que alastra de semana para semana revelando o interesse dos trabalhadores em contribuírem para tornar ainda mais forte o Partido da classe operária.

Aumentam as adesões!

CENTENAS DE INICIATIVAS PARA A CAMPANHA DE FUNDOS

A organização do nosso Partido do concelho de Cascais levou a efeito na passada semana, no Pavilhão dos Congressos, no Estoril, um plenário-convívio, onde esteve presente o camarada Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do PCP. A sessão — que teve como principal objectivo a mobilização de todos os militantes, simpatizantes e amigos do nosso Partido para as tarefas da campanha dos 50 mil contos — foi dirigida por camaradas das seis freguesias e das empresas mais importantes do concelho, por militantes directamente ligados ao trabalho de dinamização da campanha e por membros dos secretariats da UEC e da UJC do concelho. Também presentes na mesa os camaradas Luis Santos, da DORL e Conceição Casero, responsável da comissão do concelho para a campanha dos 50 mil contos.

A abrir o plenário, que contou com a participação entusiástica de cerca de 600 pessoas, o camarada Luis Santos falou sobre o trabalho de organização no concelho, tendo referido que a DORL daria todo o apoio possível a essa actividade. Salientou ainda a necessidade de regularizar o pagamento das quotas, de aumentar os fundos do Partido através de diversas iniciativas e de intensificar o trabalho de ligação do Partido às massas, desenvolvendo a acção das células e de todos os outros organismos. É neste sentido, que se vão realizar brevemente assembleias das organizações das freguesias de Cascais, Alcábaldeche, Estoril, S. Domingos de Rana, Parede e Carcavelos. Será ainda promovida uma assembleia de todo o concelho para balanço da actividade nas diferentes freguesias e eleição dos seus organismos. Referin-

do-se às três principais frentes de acção que neste momento mobilizam a actividade dos militantes comunistas — o reforço do Partido, a ampliação do movimento unitário contra as manobras da reacção e o desenvolvimento da campanha nacional de fundos —, o camarada Luis Santos salientou que a organização de Cascais do Partido, depois de vencidas algumas dificuldades, poderá, através do empenhamento dos militantes naquelas tarefas, sair reforçada. O camarada Manuel Feio, em representação da Comissão do concelho para a Campanha, falou do seu significado, das iniciativas previstas e da preparação do Dia de Salário para o Partido, no qual vão participar os militantes, simpatizantes e amigos do PCP, e ainda outros trabalhadores com e sem filiação partidária.

UNIDADE PARA DEFENDER A DEMOCRACIA

«É necessário que todos os homens e mulheres democratas se esforcem para, ombro a ombro, poderem, em unidade, defender as conquistas da democracia» — acentuou o camarada Octávio Pato, no decorrer do plenário-convívio. Detendo-se em aspectos relacionados com a campanha dos 50 mil contos, apontou a necessidade de a levar a todos os democratas, a todos os antifascistas, a todos os portugueses que lutam por um futuro melhor. Tal como referiu Octávio Pato, esta jornada nacional de fundos insere-se numa luta pelo reforço da democracia. Fortalecer o Partido dos trabalhadores é possibilitar o alargamento da sua acção, da sua influência no seio das massas. Fortalecer o PCP é garantir a defesa organizada das conquistas revolucionárias. «Num passado recente, durante a clandestinidade, fazer uma campanha de fundos representava um risco para a liberdade e até para a própria vida» — afirmou o camarada Octávio Pato, que mais adiante, dizia que o PCP pretende transformar a presente campanha de fundos numa iniciativa aberta à participação de todos os democratas. A título de exemplo foi assinalada a contribuição de dezenas de militantes socialistas para a campanha dos 50 mil contos.

Abordando a actual situação política, referiu-se, em particular, às questões relacionadas com a adesão do nosso País ao Mercado Comum, tendo considerado que uma integração pura e simples de Portugal na CEE seria desastrosa para a nossa economia, pois não é por acaso que partidos e organizações acçãoistas como o CDS, o PPD, a CAP e a CIP apoiem tão acaloradamente o projecto do PS de integração no Mercado Comum.

A segunda parte do plenário foi preenchida com um espectáculo onde actuaram José Jorge Letria, Daniel Garcia, Sérgio Baptista, Fernando Simões e Henrique Manuel.

NA COSTA DA CAPARICA E NA FONTE DA TELHA

Tendo como principal objectivo «criar condições para que os comunistas da Costa de Caparica conjuguem os seus esforços e a sua energia revolucionária, reforcem a sua unidade e saibam encontrar no trabalho colectivo com outros camaradas e amigos a força para vencer todas as dificuldades que a luta pela consolidação da democracia e a construção do socialismo nos vai apresentando», realizaram-se nos passados sábado, domingo e segunda no Centro de Trabalho da Costa da Caparica e na terça num salão da Fonte da Telha grandiosas festas de Carnaval organizadas por comunistas e amigos do Partido.

Os programas destas jornadas de convívio popular — que proporcionaram a largas dezenas de pessoas momentos de grande alegria e entusiasmo — incluíram sessões de Canto Livre, bailes e espectáculos para crianças com os Pioneiros do Monte da Caparica. Foram feitos vários leilões de objectos oferecidos por camaradas e simpatizantes do nosso Partido e sortearam-se rifas. Os participantes nestas festas tiveram também ao seu dispor um excelente serviço de «comer e beber» com os mais afamados petiscos.

Os camaradas do Centro de Trabalho da Costa realizam, entretanto, no próximo sábado, à noite, o tradicional Baile da Pinha para o qual estão convidados todos os democratas e antifascistas, toda a população trabalhadora da zona.

NO COUÇO

«Os militantes comunistas e os simpatizantes do nosso Partido estão plenamente integrados nas tarefas da Jornada Nacional de Fundos, na campanha dos 50 mil contos — a grande batalha da hora presente. Dinamizar a actividade de esclarecimento sobre os objectivos da campanha, recolher fundos através de várias iniciativas de carácter unitário e promover a realização de leilões, são tarefas que procuramos por todos os meios desenvolver» — afirmou-nos um camarada da realização do baile popular, onde se realizou no passado dia 19, à noite, um animado baile popular, cuja tônica dominante foi a alegria e o convívio. Além desta iniciativa — que decorreu na

fábrica do Tabaco, no Monte Couço — os camaradas organizaram uma recolha de ofertas para leilão e de fundos, que prosseguirá até anteontem.

EM TORRES NOVAS

A Comissão de Torres Novas da Campanha Nacional de Fundos do PCP promoveu na passada segunda-feira, à noite, na Alcaidaria do Castelo, uma grande festa de Carnaval que contou com a presença de algumas centenas de pessoas. Esta jornada de convívio e de unidade — que se estendeu pela noite fora, num ambiente de grande animação e entusiasmo — teve também vários atractivos e iniciativas, a começar por um espectáculo com os grupos de Canto Livre de Torres Novas e o «Estrela Vermelha», da Marinha Grande. Houve ainda um grande bailorico que se prolongou pela noite fora.

EM COIMBRA

Promovida pelas organizações locais do nosso Partido, da UEC e da UJC, decorreu na passada segunda-feira no Pavilhão Gimnodesportivo das Palmeiras, em Coimbra, uma grandiosa jornada de convívio que reuniu, num ambiente de entusiasmo e vibração, cerca de 1700 pessoas. Foram vendidas inúmeras rifas «Sai-Sempre», sendo de salientar a presença de muitos jovens, alguns deles participando pela primeira vez numa iniciativa organizada pelos militantes comunistas. Actuaram vários agrupamentos musicais, entre eles o «Consciência», muito aplaudido pelos presentes. Jornada de unidade e de convívio, a festa realizada em Coimbra constituiu, também, uma importante manifestação de confiança na vitória da democracia e do socialismo. Para o nosso Partido, foi uma das mais importantes e belas iniciativas até agora promovidas na região.

EM GRÂNDOLA

A confraternização e o convívio foram as notas mais salientes da festa de Carnaval que se efectuou também na passada segunda-feira, à noite, no Desportivo Grandolense, por iniciativa da Comissão Concelhia do Partido para a Campanha Nacional dos 50 mil contos. Durante a festa — onde não faltou a música e um completo serviço de bar — actuaram o conjunto «Estrela Vermelha», de Grândola (grupo que se formou de propósito para a campanha), e os Pioneiros de Canal Caveira.

EM ALVALADE-SADO

Os problemas relacionados com a Reforma Agrária, os

boicotes e as provocações que têm sido montados contra esta conquista do 25 de Abril e contra os camponeses do Sul, a situação política actual e a campanha dos 50 mil contos, foram os temas dominantes da intervenção feita na passada segunda-feira pela camarada Hermenegilda Pacheco, no decorrer do convívio-festa, que se realizou no Cinema do Povo, em Alvalade-Sado. A sessão, organizada pela Comissão de Freguesia local do PCP, contou com a presença de centenas de pessoas, que aplaudiram calorosamente as exposições do Grupo Coral «Unidade dos Trabalhadores», dos Pioneiros de Alvalade e de vários artistas amadores.

Foram leiloados diversos artigos oferecidos por camaradas e simpatizantes do nosso Partido.

OUTRAS INICIATIVAS

No Centro de Trabalho de Vila Franca de Xira, no último sábado foi organizada uma sessão de convívio, cuja receita, de mais de 40 contos reverteu a favor da Campanha. No período de intervenção política verificou-se a participação do camarada Octávio Pato. Em Sacavém, o camarada Dias Lourenço participou numa sessão organizada pela Comissão de Freguesia de S. Julião do Tojal. A festa que ali decorreu fez uma receita de mais de dez mil escudos.

Em Cascais, a Comissão Concelhia levou a efeito o sorteio de um serviço de jantar, oferecido por um camarada. O sorteio, muito animado, veio a proporcionar mais de 20 mil escudos. Por outro lado, em Carcavelos uma sessão de cinema angariou também fundos para a Campanha.

Nam Amadora o Carnaval foi pretexto de festividades integradas na Campanha. Assim, a célula da Sorfame do PCP, a UEC e a UJC promoveram o «Carnaval Popular da Amadora». Na sexta-feira houve animado baile com os «Saaba Sitta» e outro conjunto da Guiné Bissau. Participaram centenas de pessoas. No domingo a «Cegada de Combate» reuniu a participação de Mário Castrim e José Viana. Foi representada a peça «Muralha de Ombros», pelo Grupo de Teatro Ensaio. Também o Canto Livre não faltou. Nem as poesias declamadas. Nem os leilões de ofertas para a Campanha. O domingo findou com um grandioso baile.

Em Alverca, na segunda-feira, o filme «Vida e Morte de Lénine». E uma sessão de fados com Carlos do Carmo e Fernando Farinha entre outros.

O Comité Local organizou para quarta-feira uma grande festa popular, no Teatro Adôque, e ainda um passeio de barco pelo Tejo.

Tomar nota na agenda!

Dezenas, centenas de iniciativas estão a propagar-se por todo o país, mobilizando milhares de militantes, de simpatizantes, de amigos, atraindo milhares de democratas e antifascistas que participam a seu modo na Campanha Nacional de Fundos. A diversidade de iniciativas, grande parte delas levadas a cabo já, outras programadas algumas das quais temos noticiado, constitui um bom exemplo de que a Campanha dos 50 mil contos para o Partido encontrou um eco entusiástico, uma compreensão profunda junto de amplas massas de trabalhadores de que é esta mais uma tarefa política a realizar para engrandecer o Partido que mais firmemente e consequentemente tem contribuído para a defesa das conquistas da Revolução, depois de ter sido o grande impulsionador político delas. Os exemplos das actividades chegam. Aqui vão mais algumas das actividades programadas para os tempos mais próximos:

FESTAS

Em **Palhais**, no dia 22 de Fevereiro, «Cavalhadas», uma **Festa** com início às 15 horas.

Na **Fonte do Feto**, dia 19 de Março, **Festa com convívio e baile**.

Em **Colna**, no dia 27 de Março, **um dia de Festa**, com Torneio de futebol de Salão, Canto Livre, Almoço, Convívio e Baile. Quermesse todo o dia.

Em **Almada**, nos dias 1, 2 e 3 de Abril, **Festa do Barracão**, com a Feira do Bolo, Leilão e Quermesse. Em 29 e 30 de Abril e 1 de Maio a Feira do Pombal.

Em **Pombal**, dia 4 de Março, pelas 21 horas, **noite de convívio**, com passagem de filmes, canto livre, tómbola e mercados.

Em **Leiria**, no dia 5 de Março, **festa da Inauguração do Centro de Trabalho**, com tarde infantil, canto livre e um baile. Surpresas...

Em **Santarém**, dias 19 e 20 de Março, **festa com baile e os conjuntos SOLIDO, Canto Livre com o MANIFESTO**. Um filme e um colóquio sobre Soeiro Pereira Gomes. De salientar que esta festa se realiza na freguesia de Pernes, onde o camarada viveu.

Em **Alpiarça**, **um baile** no dia 5 de Março.

Em **Almeirim**, a **festa** começa no dia 6 de Março com um jogo de futebol, seguindo-se o almoço, o baile e a projecção de um filme.

No **Cartaxo**, Valada do Ribatejo, no dia 10 de Abril, **Vacada com piquenique**.

Em **Torres Novas**, dias 5 e 6 de Março, comemora-se o aniversário do Partido, com sessões e Canto Livre e a pintura de um mural gigante.

ESPECTÁCULOS

Em **Santo António**, freguesia de Palhais, Barreiro, no dia 10 de Março, um espectáculo de **Teatro**.

Em **Peniche**, no dia 26 de Março, **Grande Noite do Fedor**, festival com fadistas de Peniche. Inscrições para os artistas. O tradicional caldo-verde.

No **Entroncamento**, no dia 5 de Março, **baile e petiscos** na Cantina dos Ferroviários.

Em **Alpiarça**, em 6 de Março, **Teatro e Ilusionismo**.

DESPORTO

Em **Vieira de Leiria**, a UJC e a UEC realizam uma **grande tarde desportiva** em 28 de Março, dia Mundial da Juventude. Concentração às 14.30 no Ribeiro da Tabua. Abertas as inscrições no Centro de Trabalho do PCP.

Em **Colna**, dia 27 de Fevereiro, **Atletismo** pelas 10 horas da manhã para ambos os sexos, rapazes e raparigas dos 8 aos 15 anos.

Em **Penafiel**, de 5 a 12 de Março, **Torneio de Futebol** para «Veteranos» e «Jovens».

Em **Santo António** do Barreiro, dia 19 de Março, **moto-crocs** pelas 15 horas.

Em **Alpiarça**, dia 6 de Março, **provas de ciclismo** na Pista das Águias.

No **Entroncamento**, dia 6 de Março — Mini-Puzzle — **Circuito Automóvel** com peripécias e no dia 12 um baile nos 11 Unidos para a distribuição dos prémios do Mini-Puzzle.

PATUSCADAS

Na **Marinha Grande**, dia 6 de Março, **caldeirada** e sardinha assada pelos camaradas pescadores, numa grande confraternização comemorativa do aniversário do Partido. Chouriço e morcelas de Leiria, bifanas, frango, etc. Folclore da região e actividades diversas. Quermesse.

Em **Peniche**, no dia 17 de Abril, **almoço com caldeirada**, sardinha assada e morcela caseira. A seguir baile com o conjunto Surpresa da Marinha Grande.

Na **Caldeia da Rainha**, **almoço com sardinha** de Peniche, no dia 24 de Abril.

Na **Tomar**, dia 6 de Março, **almoço de confraternização**, com baile nos Bombeiros.

No **Vale de Santarém**, também dia 6 de Março, um **almoço**, leilão de ofertas e projecção de um filme.

Em **Seta**, **feijoadade convívio**, seguindo-se à Assembleia de Militantes.

Finalmente em **Portimão**, no dia 26 de Fevereiro, pelas 13 horas haverá uma grande **caldeirada à frigateira**, cozinhada pelos camaradas pescadores. Quem quiser aproveitar para ir ver as amendoadeiras em flor e não ficar mal servido de caldeirada pode telefonar para o CT de Portimão, 23266.

DIVERSOS

No próximo sábado, festa popular na Colectividade «1.º de Agosto», em **Santa Iria da Azóia**.

Em **Camarate**, também no sábado, sessão de Cinema no Centro de Trabalho, pelas 18 horas, com o filme «Lénine em Outubro».

Ainda no **concelho de Loures**, no domingo dia 27 do corrente, sairá para rua uma brigada de recolha de fundos, acompanhada de banda popular, na **freguesia da Apelação**, às 9 da manhã. Às 16 horas **baile** na colectividade local, com leilões, sorteios e Feira do livro.

UM RALLY

A Campanha Nacional de Fundos assume em várias organizações aspectos de maratona; em muitos lugares se corre entusiasticamente para a meta. É assim, com esta linguagem desportiva, que vos anunciamos hoje uma iniciativa da célula da Escola Industrial Fonseca Benevides, da UEC. Os camaradas preparam nada mais nada menos que um RALLY.

A realizar no próximo dia 20 de Março, a terminar em local MISTÉRIO, os participantes confraternizarão depois num almoço.

O RALLY PAPER DA UEC, assim se denomina a iniciativa que está integrada na Campanha dos 50 mil contos para o Partido. Quem quiser inscrever-se para o Rally ou para o almoço poderá fazê-lo nas bancas do CT em Alcântara e em Alfama ou na sede da UEC, Rua Sousa Martins, n.º 8.



Campanha de Fundos e na qual actuou, juntamente com outros artistas, Carlos do Carmo

PEQUENOS AGRICULTORES DE VISEU RESPONDEM À CAP

A CAP, cujas tentativas demagógicas para arrastar pequenos e médios agricultores pouco esclarecidos têm ultimamente sofrido sérios reveses, utiliza muitas vezes como tática o relato de problemas reais que afectam gravemente o pequeno e médio campesinato. No entanto, como é óbvio, a CAP não lhes dá solução e fica-se no agitar das questões sem expor o seu programa que, se um dia se concretizasse, apenas poderia trazer ainda maior miséria e exploração para as já sacrificadas camadas de pequenos e médios agricultores dos diversos pontos do país.

Num ritmo lento mas seguro, os pequenos agricultores que a CAP visa enganar para conseguir uma mínima base de apoio, vão abrindo os olhos e clamam: «Basta de enganar!» Como exemplo desta consciencialização progressiva surgiu recentemente um documento de um grupo de pequenos e médios agricultores do distrito de Viseu dirigido aos seus companheiros de classe no qual respondem a questões demagógicamente lançadas no ar pela CAP.

PERGUNTAS DA CAP RESPOSTAS DE PEQUENOS E MÉDIOS AGRICULTORES

P — Porque vendes barato aquilo que produzes?

R — Porque os grandes intermediários que fazem e apoiam a CAP pagam aos pequenos e médios agricultores e rendeiros preços de miséria pelos

produtos agrícolas para depois os irem vender aos trabalhadores das fábricas e serviços pelos preços que querem.

P — Porque compras caro adubos, rações e sementes?

R — Porque os grandes intermediários e monopolistas que fazem e apoiam a CAP só vendem adubos, rações e sementes a preços que os façam enriquecer depressa.

P — Porque não tens assistência técnica

efectiva por parte do Estado?

R — Porque os grandes latifundiários e monopolistas que fazem e apoiam a CAP tudo têm feito para que se não cumpra a Constituição, designadamente, onde se diz «socializar os meios de produção e a riqueza, criar as condições que permitam promover o bem estar e a qualidade da vida do povo, especialmente das classes trabalhadoras e abolir a exploração e a opressão do homem pelo homem».

P — Porque não tens creches, escolas e cantinas para os teus filhos?

R — Porque os grandes latifundiários e monopolistas que fazem e apoiam a CAP se opõem a que a sociedade portuguesa caminhe para «uma sociedade Socialista, no respeito da vontade do povo português, tendo em vista a construção de um país mais livre, mais justo e mais fraterno» (como também se diz no preâmbulo da Constituição) onde a formação, saúde e alimentação e cuidado das crianças são um dever do Estado».

P — Porque é que teus pais e avós não têm reforma justa na velhice?

R. Porque os grandes latifundiários e monopolistas

(e seus laçaios) que fazem e apoiam a CAP tudo fizeram, durante 48 anos de fascismo, para chuparem até ao tutano, a força dos que trabalham nos campos e tudo fazem para que tudo continue na mesma.

P — Porque não tens horário de trabalho; porque não tens férias e 13.º mês; porque não tens ordenado mínimo?

R — Porque os grandes latifundiários e monopolistas (e seus laçaios) da CAP tudo fazem para que os que trabalham no campo voltem a fazê-lo de sol a sol, sem férias e ao preço da miséria, como o faziam no tempo em que os da CAP (e seus laçaios) estavam no Governo.

A concluir, o grupo de pequenos e médios agricultores alertam os seus companheiros de classe para que:

«Os pequenos e médios agricultores, os rendeiros e trabalhadores rurais têm de se unir mas não aliados a CAP» — «A CAP é a exploração nos campos! — Basta de enganar!»

«Os que trabalham nos campos têm as suas organizações de classe: O MARN e o MAPRU que lutam contra a CAP e seus laçaios, pelo bem estar dos trabalhadores rurais!»

No concelho de Coruche

SEAREIROS E PEQUENOS AGRICULTORES ANALISAM E APONTAM SOLUÇÕES

A reunião de Coruche constituiu um importante marco na construção da unidade entre assalariados agrícolas e pequenos e médios agricultores

Os problemas da agricultura no concelho de Coruche estiveram em discussão num amplo encontro de trabalhadores rurais e de pequenos e médios agricultores e seareiros do Vale do Sorraia. Iniciativa do secretariado provisório das UCPs do concelho de Coruche, a importância deste encontro foi salientada pelo nosso camarada Vítor Louro, ex-secretário de Estado da Reestruturação Agrária e deputado à Assembleia da República, na sua intervenção no decorrer dos trabalhos:

«Primeiro, porque o Encontro é a primeira grande iniciativa do recém formado Secretariado das UCPs do concelho. Segundo, porque constitui uma grande oportunidade de discussão colectiva dos problemas que se colocam a cada unidade colectiva de produção em particular e à Reforma Agrária em geral. Terceiro, porque foi um passo necessário no caminho da unidade entre operários agrícolas e pequenos agricultores e camponeses».

A prova de que as massas trabalhadoras se aperceberam do relevo desta iniciativa foi dada pela sua presença e pelo grau de participação verificado nas diferentes secções de trabalho.

Entre as conclusões da 1.ª secção relativa ao problema de reservas, desocupações, terras para seareiros e terras em poder dos agrários destacam-se: 1.ª A exigência de que o «MAP cumpra escrupulosamente as disposições legais e tenha em conta quer a vontade dos trabalhadores das UCPs quer quanto à localização da reserva, quer a viabilidade económica das UCPs atingidas, cessando imediatamente as acções ilegais desses organismos para atribuírem reservas a feitores, guardas e outros indivíduos que não têm direito a eles, e ainda de que as desocupações se façam não à força mas sim mediante o diálogo entre as partes interessadas». 2.ª A reivindicação de que na desocupação das terras, os organismos do MAP tenham em conta o direito ao trabalho dos trabalhadores que até então a exploravam, pois «as desocupações não podem pôr em risco o emprego dos trabalhadores». 3.ª A urgência da entrega das terras a seareiros e pequenos agricultores a partir das terras expropriáveis ou já nacionalizadas que ainda estão nas mãos dos agrários.

Quanto à segunda secção, que tratou problemas de crédito, comercialização, apoio técnico e organização, foram mais uma vez expostas nas conclusões as prementes

necessidades das UCPs e dos pequenos e médios agricultores sufocados, por uma política de créditos selectiva e arbitrária, que não hesita em recorrer ao corte indiscriminado do crédito com o objectivo de esmagar as UCPs, sempre sujeitos a um clima de instabilidade que se reflecte na produção porque o Governo teima em não fixar preços dos produtos agrícolas antes das sementeiras, nem assegura o seu escoamento assim como não garante o abastecimento das UCPs e das cooperativas quanto aos principais factores de produção. Foi ainda amplamente denunciado a falta de apoio técnico e financeiro que o Estado devia prestar, como aliás estipula a Constituição. Nesta secção sobressai a conclusão «da necessidade dos trabalhadores reunirem os seus esforços, no sentido de organizarem circuitos próprios de comercialização dos seus produtos, dando vida ao secretariado concelhio, que facilite o processo, nomeadamente através da CRA, e actuando junto de cooperativas de consumo, cantinas de empresas e outras organizações de consumo dos trabalhadores».

Na quarta secção, em que estiveram em discussão os problemas dos seareiros e dos pequenos e médios agricultores, concluiu-se que estes «são considerados trabalhadores da terra, tal como os trabalhadores agrícolas assalariados, e portanto com direito a beneficiar da Reforma Agrária, e por isso «deve-lhes ser atribuída uma parcela de terra nacionalizada que lhes assegure plena ocupação ao longo do ano (para eles, mulheres e filhos que com eles vivem), mas sem se transformarem em exploradores do trabalho dos assalariados agrícolas. Ainda nesta secção, denuncia-se:

«As reservas entregues a agrários expropriados (grandes rendeiros e latifundiários), que lhes atribuem terra que eles não querem e não podem trabalhar com a sua família. As entregas de terra para exploração individual, quer em propriedade, quer por arrendamento, não devem nunca ultrapassar os 8 a 10 ha de regadio. Condenam-se em especial as reservas de 40 ha. a 190 ha. de regadio feitas no concelho de Coruche. Todas as reservas de regadio que ultrapassam 8 a 10 ha. são contra os interesses dos pequenos e médios agricultores (pequenos proprietários, rendeiros e seareiros), dos trabalhadores agrícolas assalariados, em geral, e os interesses económicos do país,

e destinam-se a criar uma camada de burguesia rural exploradora.

— A CGT do Vale do Sorraia não tem entregue terras aos pequenos agricultores (proprietários, rendeiros e seareiros) nas áreas que estão ainda na posse dos agrários, apesar de estarem nacionalizadas e que são principalmente, Azervada de Cima, Santo André, Raposeira, Quinta Grande, Mata Lobos, Gravinhas, Colmeiro, Cataroeira, Agolada de Cima, Herdade dos Fidalgos, Torre do Ferrador, Courela da Misericórdia, Rebole, Herdade da Formosa, o que revela claramente que a CGT do Vale do Sorraia não tem conseguido a sua função de entregar a terra nacionalizada a quem a trabalha: pequenos e médios agricultores (proprietários, rendeiros e seareiros) e trabalhadores agrícolas assalariados.

— «A actual política do MAP, da responsabilidade do ministro Barreto, que, em vez de cumprir a legislação sobre a Reforma Agrária e do disposto na Constituição, que é a entrega dos latifúndios expropriados e nacionalizados aos trabalhadores agrícolas assalariados e pequenos agricultores (proprietários, rendeiros e seareiros), está a dar reservas a todos os agrários que as pedem na tentativa de liquidar as Unidades Colectivas de Produção e de criar uma burguesia rural exploradora e a conduzir a uma política de entrega de terras a pequenos rendeiros e seareiros, dentro das áreas das Unidades Colectivas de Produção, de forma a criar tensões e inimizades entre estes e os trabalhadores agrícolas assalariados, servindo os interesses dos latifundiários expropriados e das suas organizações contra-revolucionárias, como a CAP».

ALERTA AOS ANTIFASCISTAS

Entre as diversas moções aprovadas, salienta-se a condenação da política do MAP «de liquidação física das UCPs através da entrega de reservas e de terras a seareiros sem ter em conta a viabilidade económica das mesmas, em frontal desrespeito às leis», de «liquidação económica e financeira das UCPs através do corte de crédito e da transferência para os agrários de pertenças recuperadas com o dinheiro das próprias UCPs», responsabilizando-se o MAP pela baixa de produção dos cereais «em consequência da sua política de perturbação dos trabalhos agrícolas normais e da falta de fornecimentos pelo Instituto dos Cereais»

exigindo-se que o MAP corrija a sua política «em função das leis existentes, com respeito pelos colectivos de trabalhadores das UCPs e dotando as UCPs de meios de crédito indispensáveis para as culturas de Primavera». Exige-se, também, que o problema dos pequenos agricultores e seareiros «seja resolvido com as terras expropriadas ou já nacionalizadas que se encontram ainda nas mãos dos agrários», que se prossiga com as expropriações das terras expropriáveis e a sua entrega —, bem como das terras já nacionalizadas que ainda estão nas mãos dos agrários, aos trabalhadores agrícolas, pequenos agricultores e seareiros».

NOTÍCIAS DOS CAMPOS

Trabalhadores agrícolas em luta contra o Desemprego em Alpiarça. Na passada semana, centenas de trabalhadores agrícolas manifestaram-se nesta vila, junto da Câmara Municipal, reivindicando que o direito ao trabalho seja concretizado na prática, protestando contra o aumento de custo de vida, contra as reservas arbitrárias e exigindo a entrega de terras expropriadas e nacionalizadas que ainda se encontram nas mãos dos agrários, assim como a continuação do processo das expropriações e consequente distribuição de terras. Falaram ao povo reunido, representantes do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Santarém, o qual havia convocado a manifestação, o presidente da Câmara Municipal, Joaquim Matias, e diversos membros da Assembleia Municipal. Foram lidas várias mensagens de apoio de outros sindicatos e de UCPs. No final das intervenções, as ruas de Alpiarça foram percorridas pela multidão que vigorosamente se pronunciou contra o desemprego, gritando «Avante pela Reforma Agrária» e «Unidos Venceremos!»

Recorde-se que o número de desempregados só no concelho de Alpiarça atingiu 100 homens e 240 mulheres enquanto a maior parte dos 3000 hectares de terra expropriável estão abandonados ou subaproveitados. Por outro lado, o número de desempregados tende a aumentar em virtude da política prosseguida pelo MAP.

Castro Verde. Cerca de 700 trabalhadores manifestaram-se nesta vila, protestando contra o aumento do custo de vida e reivindicando o direito ao trabalho na prática e a defesa da Reforma Agrária. Medidas urgentes de combate ao desemprego foram aprovadas numa moção resultante deste encontro. O presidente da Câmara, Fernando Caeiros,

comprometeu-se em transmitir aos órgãos do poder as reivindicações dos trabalhadores de Castro Verde.

Moura. Também neste concelho se faz sentir um desemprego crescente que lança o sobressalto nas famílias de trabalhadores. Um



Concentração e manifestação em Beja

A REFORMA AGRÁRIA NUNCA MAIS SERÁ VENCIDA!

O Alentejo, desta vez o distrito de Beja, assistiu e participou em mais uma jornada de luta em defesa das conquistas dos trabalhadores, em defesa da Reforma Agrária. Os trabalhadores rurais, convocados pelo Secretariado da UCPs e das Cooperativas, deslocaram-se dos quatro cantos do distrito para virem concentrar-se em Beja. Logo no fim da manhã chuvosa de sábado, as estradas registavam a passagem de vários meios de transporte apinhados de trabalhadores, homens e mulheres revolucionários para quem a Reforma Agrária, durante a conquista durante a Revolução, é um bem a defender contra as arremetidas ilegais do Governo ajudado pela direita reacçãoária.

A jornada de luta, o comício de Beja, destinava-se, com efeito, a protestar contra a ofensiva fascista, contra o desemprego, contra o corte do Crédito Agrícola de Emergência, a exigir a expropriação das terras que ainda o não foram. Já a convocatória do Secretariado manifestava serem esses os objectivos a que os trabalhadores iriam dar a forma de comício e de manifestação.

Muitos milhares de trabalhadores começaram a concentrar-se no Largo dos Duques, naquela capital de distrito, muito tempo antes da hora marcada para o início do comício, às catorze horas. Galeras carregadas de trabalhadores, de todas as idades — onde a presença feminina era marcada, na sua participação, número e entusiasmo — chegaram ininterruptamente ao largo e seguiam depois, vazias, esperar os manifestantes no final. Notava-se em todos os rostos e em cada um deles

a expectativa de ouvir os dirigentes que falaria no comício, e a determinação de continuar a luta que se revela difícil e dura mas que não desmobiliza ante as manobras inqualificáveis do Governo.

Na mesa que presidiria ao comício começaram a chegar os oradores e foi chamado o velho trabalhador rural, de 82 anos, que chegou a ver a Reforma Agrária e que hoje quer continuar a lutar lado a lado com os seus mais jovens companheiros na defesa de uma conquista por que lutou durante dezenas de anos. Trata-se de Francisco Mestre, a quem no final o «Avante!» se dirigiu para trocar com ele algumas impressões.

Tomou a palavra Silvino António, membro do Secretariado Distrital das UCPs e Cooperativas. Da sua intervenção, escutada e aplaudida pelos trabalhadores salientamos alguns passos mais significativos:

A ofensiva contra a Reforma

exemplo: na freguesia de Santo Aleixo da Restauração, a grande maioria das mulheres encontra-se no desemprego. A UCP da freguesia, «Heróis de Santo Aleixo», tem excesso de mão-de-obra alimentando, assim, famílias de oito, nove e dez membros com um único salário de 180\$00. Note-se que somente nesta aldeia, existem 500 hectares de terras expropriáveis segundo a lei, mas que o MAP mantém nas mãos dos agrários, tornando-se assim directamente responsável pela onda do desemprego.

Douro. Na região do Douro, agrários exploradores que clamam que «aquí o Governo não manda, quem manda somos nós!» ameaçam despedir trabalhadores sindicalizados. Quatro trabalhadores foram já atingidos por estas medidas de violação da lei, embora continuem a comparecer nos locais de trabalho. Os trabalhadores mais conscientes sabem que esta tática do patronato visa não somente desmobilizar os trabalhadores para a actividade sindical como constitui ainda um modo de pressioná-los ameaçando-os com o desemprego se estes apresentarem as suas justas reivindicações. Mas embora muitos trabalhadores da região se sintam ainda amarrados pelo clima de terror que os agrários impõem, outros começam já a abrir os olhos, verificando que unidos, os assalariados rurais, constituem uma força que o patronato teme, e por isso mesmo, procura atemorizar. Os trabalhadores mais conscientes esperam que a classe dos assalariados rurais, constituída por trabalhadores que têm sofrido a mais negra exploração, saibam assumir a sua dignidade de homens, lutando por um futuro melhor para si e seus filhos e não se amedrontando «como ratos», no dizer de um trabalhador, «às ameaças do patronato que apenas revelam fraqueza. Tanto mais que os agrários sem os trabalhadores não podem cultivar as terras e nada são».

Coimbra. Rendeiros reunidos em Coimbra e em Condeixa manifestaram aos órgãos do poder

a sua veemente discordância com a introdução de alterações na Lei do Arrendamento Rural (alterações há muito reivindicadas pela CAP), e exigiram que o MARN seja ouvido em todas as questões relativas aos rendeiros dos quais é o movimento organizado. Na reunião foram denunciadas violações constantes à Lei do Arrendamento Rural, exigindo-se que o Governo proceda para que esta seja efectivamente respeitada.

Braga. Nesta cidade assim como em Vila do Conde, Lousada, Amarante e Felgueiras, têm-se reunido Comissões de Rendeiros estudando as formas de defesa da Lei do Arrendamento Rural e outros problemas relacionados com as suas condições de vida e de trabalho.

Espinho. Nesta freguesia de Braga, em reunião da Junta de Freguesia, Assembleia e população da freguesia, discutiu-se a recuperação de terrenos pertencentes à Junta e que haviam sido roubados durante o fascismo. No domingo seguinte, depois da missa, estes terrenos baldios foram entregues solenemente à população que assim viu satisfeito um direito cuja legitimidade se enraizava nos tempos.

Lisboa. Pequenos e Médios Agricultores do distrito de Lisboa, reunidos no III Encontro da sua Liga, realizaram uma recolha de fundos no valor de 2 922\$50 que enviaram aos trabalhadores da UCP «Margem Esquerda» em Serpa, numa manifestação de solidariedade que constitui um exemplo.

Agrária, levada a cabo pelo CDS e o PPD — partidos da CAP — e outras forças reacçãoárias, toma já a forma de uma ofensiva desesperada, fascista.

A política de direita do Governo PS não faz mais do que dar cobertura e proteger os grandes agrários contra os trabalhadores e os seus interesses.

Face a esta situação, com grande serenidade política e grande consciência de classe, os trabalhadores têm repetidas vezes procurado junto da Presidência da República, do Conselho da Revolução, do Governo e da Assembleia da República, chamar a atenção para as ilegalidades que se estão a cometer contra a Reforma Agrária.

E mais adiante, depois de ter referido um rol de ilegalidades, os casos e as unidades colectivas e cooperativas onde elas se têm desenrolado, aquele dirigente afirmou:

O desemprego e a fome já se fazem sentir. São já cerca de 6000 os nossos companheiros, no Distrito de Beja, que não têm pão, sem contarmos com as mulheres trabalhadoras, muitas das quais cabeças de casal.

Esta situação atinge também outras camadas da população como sejam os pequenos comerciantes e industriais que naturalmente sofrem os efeitos.

E mais à frente: *Enquanto é levado à prática esta política contra os trabalhadores, o Governo abre a bolsa para pagar subsídios aos grandes agrários expropriados, indemnizações aos grandes industriais saboteadores e prepara-se para devolver empresas controladas por trabalhadores, em 28 de Fevereiro, a patrões que as levaram à falência.*

Orador haveria de salientar o facto de a ofensiva contra a Reforma Agrária ter sido levada a cabo com repetidas intervenções da GNR, que nalguns casos se tem destacado pelas brutalidades de alguns dos seus elementos. E salientou:

Não podemos deixar de referir que enquanto no sul do país a GNR é empurrada contra os trabalhadores, não é utilizada no Norte e Centro para fazer cumprir a Lei do Arrendamento Rural, que defende os interesses de milhares de pequenos rendeiros, seareiros e caseiros.

Terminada a intervenção de Silvino António, aplaudida e sublinhada pelos milhares de presentes com as palavras de ordem em que sobressaia com o seu conteúdo: «Crédito agrícola sim, GNR não», tomou a palavra o representante da União dos Sindicatos do Distrito de Beja, Valverde Martins, que afirmaria a certa altura:

O que nós necessitamos fundamentalmente é que nos seja garantido trabalho para o desenvolvimento da nossa indústria, para a criação de novos postos de trabalho que possam contribuir para a sobrevivência dos mais de 500 mil desempregados que temos no país, número com tendência para aumentar.

Mas o Governo prefere estender a mão à caridade dos países capitalistas, negando-se por outro lado a firmar contratos honestos com os países do bloco socialista, como foi o flagrante caso da proposta da Polónia

que garantia trabalho por cerca de 3 anos aos trabalhadores da Lisnave e foi recusado o contrato por um ministro do VI Governo Provisório.

E neste sentido que o Dr. Mário Soares, neste preciso momento, anda a fazer uma digressão pela Europa capitalista, pedindo por esmola a esses países que deixem entrar Portugal para o Mercado Comum.

Depois de tecer considerações sobre o Mercado Comum e as desvantagens que apresentaria a integração de Portugal nesse âmbito, e ainda depois de se referir aos diversos aspectos negativos da actual governação, o dirigente sindical terminaria, confiando em que a unidade e o reforço da organização dos trabalhadores terá um peso para defender a Constituição e aplicar a Reforma Agrária.

Alice Rocha, representante da CGTP/Intersindical Nacional, que interveio a seguir, sublinhou fortemente que a Reforma Agrária deve ser defendida não apenas pelos trabalhadores que a fizeram mas por todos, pois não se trata de uma conquista isolada. E referiu-se, saudando as especialmente, às mulheres alentejanas, às trabalhadoras que nesse dia compareceram em massa e cujas vozes sobressaíam bem ao gritar as palavras de ordem de determinação e de luta.

As mulheres aletejanas transmito, como sindicalista, o abraço fraternal e a admiração de todas as trabalhadoras que sabem o valor e o sacrifício da vossa luta. A independência da mulher depende da libertação económica do nosso País. É na luta integrada de homens e mulheres organizados nos sindicatos que se abre o caminho da esperança de uma nova vida, da construção de uma sociedade socialista onde não existe a exploração do homem pelo homem.

A finalizar a série de intervenções, falou o representante do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Beja, Lino José Fezes. Os perigos que a evolução da situação portuguesa apresenta foram sublinhados por aquele trabalhador, que dirigiu o mais forte apelo que o sindicato já dirigiu aos trabalhadores, apelo à unidade e à continuação da luta, apelo que milhares de vozes responderam: *A luta continua!*

Foi apoteótica a aclamação, que os trabalhadores dedicaram ao velho lutador Francisco Mestre que, a encerrar o comício, disse de memória algumas décimas dedicadas à Reforma Agrária e cujo mote transcrevemos:

*O mundo dá-me um abraço
Vamos fazer nova vida
Temos a Reforma Agrária
Nunca mais será vencida!*

Depois, disciplinadamente, desenrolaram-se as faixas, o povo deslocou-se, repetindo as palavras de ordem, em manifestação até junto da sede da União dos Sindicatos do Distrito. Ai acabou essa jornada de luta, ai começou, quando os trabalhadores dispersaram, novas lutas nos quatro cantos do distrito. A Reforma Agrária nunca mais será vencida! Disseram milhares de trabalhadores em Beja.

CÉLULA DO PCP NA ECA ALERTA OS TRABALHADORES DA EMPRESA CONTRA A DESINTERVENÇÃO

A célula do PCP, na Empresa de Concentrados de Alvalade-Sado, ECA, distribuiu a todos os trabalhadores um comunicado no qual alerta os trabalhadores para a situação criada com o aproximar do dia 28 de Fevereiro, data marcada para o termo da intervenção do Estado na empresa.

Em nosso entender, afirma o comunicado, a indefinição quanto ao futuro da ECA por parte do Governo, assim como o facto de o Governo não ter procurado discutir com os trabalhadores e com as UCPs esse futuro, está na origem da angústia e das confusões que se vêm fazendo sentir.

Diz-se que os viveiros

não avançam, procurando-se fazer crer que as Unidades Colectivas de Produção não têm vontade de ajudar e se negam a garantir a necessária área de cultivo; tenta-se, de há muito (com o regresso dos saneados; com a dispensável ocupação da fábrica pela GNR; com os comunicados anónimos), a criação de um ambiente que impeça o regular funcionamento da empresa e favoreça a devolução da ECA aos antigos patrões saboteadores.

Camaradas Os trabalhadores das cooperativas e os pequenos agricultores estão connosco. A sua solidariedade é-nos garantida.

As cooperativas e os pequenos agricultores estão interessados em que a ECA não regresse ao passado de roubo e sabotagem e necessitam de escoar a sua produção de tomate através da empresa.

Mas, eles como nós, querem saber que futuro espera a ECA:

— recuperação capitalista com o despedimento da grande maioria dos trabalhadores, ou

— transformação numa cooperativa com a ajuda do Estado e integração plena no apoio à Reforma Agrária no nosso concelho. Este é o centro do problema! A célula do PCP apela à vigilância e à firmeza de todos os camaradas de trabalho!

Encontro das empresas intervencionadas SEM OS TRABALHADORES É IMPOSSÍVEL RESOLVER OS GRANDES PROBLEMAS NACIONAIS

As responsabilidades plenamente assumidas pelos trabalhadores organizados, por todo o movimento operário e sindical, tiveram de novo forte expressão na defesa de uma economia ao seu serviço e ao serviço do País, no Encontro Nacional de Empresas Intervencionadas que, no último sábado, reuniu no Instituto Superior Técnico, em Lisboa, 275 membros de comissões de trabalhadores e 88 delegados sindicais de 106 empresas com intervenção do Estado, de nove ramos de actividade. Estiveram representados no Encontro 58 150 trabalhadores, a quase totalidade dos 60 000 abrangidos pelas intervenções, em 70 localidades de 11 distritos do País. Nas conclusões gerais e comuns, aprovadas por unanimidade e aclamação, embora se salvaguardem «as diferenças nas soluções específicas de cada um dos sectores», reafirma-se a «recusa generalizada da devolução das empresas ao patronato», a defesa intransigente dos postos de trabalho, a unidade e firmeza dos trabalhadores na defesa das grandes conquistas da Revolução e as soluções para os grandes problemas do País que devem ser encontradas juntamente com os trabalhadores e não contra eles.

Organizado pelo Secretariado respectivo, com o apoio da CGTP-Intersindical Nacional e das Unidades dos Sindicatos de Lisboa e do Porto, o Encontro vem na sequência de outras iniciativas contra o boicote efectivo às empresas intervencionadas e, designadamente, contra a aplicação do Decreto-Lei 907/76, de 31 de Dezembro, que prevê o fim das intervenções estatais para 28 do corrente e a devolução das empresas aos antigos patrões.

Entre as posições assumidas nos últimos meses e de que foi dado conhecimento aos órgãos do Poder, ganha vulto o Encontro Nacional de Comissões de Trabalhadores e Delegados Sindicais das Empresas Intervencionadas. Levado a cabo em Outubro do ano findo, nele foram aprovadas conclusões apontando «o boicote efectivo a muitas dessas empresas, feito, nomeadamente, pelos ministérios da tutela e pelo Ministério das Finanças», o que «deu origem à existência de subemprego e ao agravamento da situação económico-financeira» de parte dessas firmas, verificando-se em algumas «uma ofensiva coordenada das comissões de gestão, dos antigos patrões, de ministérios da tutela e de alguns bancos contra os trabalhadores».

Essa situação, que se tem agravado ultimamente, traduziu-se, em alguns casos, «pela suspensão de todos ou de alguns elementos das comissões de trabalhadores, pela suspensão arbitrária de trabalhadores, por actos de pura sabotagem económica — tudo isto feito com o claro objectivo de destruir as empresas ou de as entregar aos antigos patrões».

AS RAZÕES DAS DIFICULDADES

Nas conclusões desse Encontro de Outubro, que mantém toda a actualidade, os representantes dos trabalhadores das empresas intervencionadas provaram que a responsabilidade pela «diminuição da produção ou pelo agravamento da situação económico-financeira que se verificou em algumas empresas» — ainda que na maioria os resultados da intervenção sejam satisfatórios — «não cabe aos trabalhadores», que «têm feito todos os esforços para que as empresas laborem em pleno».

As razões mais importantes das dificuldades existentes radicam na «falta de matérias-primas», na «insuficiência de meios financeiros» e na «falta de trabalho».



Mas os trabalhadores actuaram para vencer essas dificuldades a que eram alheios. Já nesse Encontro de Outubro referia que «as comissões de gestão e as comissões de trabalhadores apresentaram soluções devidamente fundamentadas para os problemas das suas empresas». Entregues nos ministérios competentes, essas propostas, frequentemente elaboradas por peritos com base em estudos aprofundados, ficaram nas gavetas, ou não mereceram qualquer resposta satisfatória.

As soluções a adoptar — esclareciam ainda os trabalhadores — dependerão da «situação concreta de cada empresa». Mas recusavam-se, como se recusam hoje, «todas as soluções que se traduzam na entrega das empresas aos antigos patrões saboteadores», assim como o pagamento de «retroativos» por parte do Governo «a antigos administradores que, na prática, nunca geriram as empresas».

O EMPREGO E A PRODUÇÃO DE 60 MIL TRABALHADORES

Na conferência de Imprensa onde foi anunciado o Encontro de sábado, o Secretariado das Empresas Intervencionadas dos distritos de Lisboa e Setúbal, num dos documentos distribuídos aos jornalistas, depois de referir que o sector intervencionado abrange

cerca de 260 empresas, distribuídas por 10 ramos de actividade, com mais de 60 mil trabalhadores, lembra que «as razões da intervenção estatal nestas empresas incidiram fundamentalmente na recusa do patronato em aceitar a legalidade democrática no que toca às reivindicações dos trabalhadores, na fuga e abandono de empresas, deixando os trabalhadores à mercê da sua sorte, na sabotagem económica com o desvio ilegal de dinheiros para o estrangeiro e nas fraudes detectadas que contribuiriam fortemente para este processo».

Entretanto, o Secretariado das empresas com intervenção do Estado divulgava um documento sublinhando que «o Governo, ao pretender devolver aos patrões empresas que estavam falidas, que foram abandonadas, em que os patrões põem condições de regresso, atenta não só contra afirmações de personalidades responsáveis, mas também contra a própria economia e desenvolvimento da produção do País».

Aconselhando o reforço da unidade de todos os trabalhadores, «serenidade e defesa das soluções por si apontadas, visando a defesa da economia, no respeito pelas conquistas do 25 de Abril», o Secretariado pergunta a dado passo do documento se os trabalhadores poderão aceitar e os órgãos de decisão permitir que empresas abandonadas e onde os trabalhadores passaram noites inteiras, sábados e domingos a trabalhar, para garantir os seus postos de trabalho, os salários e o fornecimento de produtos e outras empresas, a fim de não prejudicar outros trabalhadores sejam devolvidas ao patronato saboteador, ameaçador e vilipendiador.

Medidas desse tipo — acrescenta o documento

— «não contribuem para a unidade dos trabalhadores, não necessária para a reactivação da nossa economia, para a estabilização da vida política e social, para a defesa da democracia e da indústria» do País.

AS CONCLUSÕES

Divididos em secções, os trabalhos do Encontro do último sábado decorreram por sectores da actividade. Estiveram representadas empresas de metalurgia e metalomecânica, construção civil, têxteis, hotelaria e turismo, indústria e comércio alimentares e diversos. Além das conclusões gerais, aprovadas em plenário, foram votadas quatro moções. Por aclamação, foi exigida, nomeadamente, a revogação do Decreto-Lei n.º 907/76, que prevê as desintervenções e o cumprimento da Constituição por parte dos órgãos do Poder, apelo-se para uma «ampla barreira contra o avanço do fascismo» e manifestou-se a solidariedade para com os camaradas em luta por novos contratos colectivos.

Refatícios por aclamação no plenário final, as conclusões gerais referem:

1. Recusa generalizada da devolução das empresas ao patronato, com repúdio pela atitude recente do Governo, de comunicar pura e simplesmente às CT a devolução das empresas; 2. Que as soluções das empresas intervencionadas terão de ser analisadas tendo sempre em conta a vontade dos trabalhadores, salvaguardando os postos de trabalho; 3. Que os graves problemas do nosso País se resolvem com os trabalhadores e não contra os trabalhadores; 4. Que as grandes conquistas da Revolução, consignadas na Constituição, serão defendidas com a unidade e firmeza dos trabalhadores; 5. Que encontros deste tipo são fundamentais para unificar e organizar os trabalhadores; 6. Que os processos de intervenção estatal, ao contrário do que querem fazer crer as forças do capital, contribuíram para salvaguarda da economia nacional, no seu conjunto, e para assegurar os postos de trabalho de cerca de 60 mil trabalhadores; 7. Que as conclusões deste encontro sejam debatidas em amplos plenários, nas empresas, de forma a conseguir o esclarecimento e a mobilização necessários para a luta na defesa das soluções justas, apontadas pelos trabalhadores.

EM BARCELOS TRABALHADORES AGRÍCOLAS REÚNEM-SE

No passado domingo, dia 20, realizou-se em Barcelos, uma reunião de assalariados agrícolas do distrito de Braga na qual participaram a Comissão Directiva do Sindicato, cerca de 80 delegados de quintas da região e um representante da União dos Sindicatos do Porto.

Durante a reunião foi analisada a situação a nível sindical e definidas formas de luta a desenvolver pela conquista da legislação de trabalho. Relativamente ao Decreto-Lei 49-B/77 de 12 de Fevereiro, que estabelece o salário mínimo para trabalhadores rurais permanentes, foi aprovada uma moção na qual se exige que o Governo vigie o cumprimento rigoroso do decreto, embora os

assalariados rurais considerem que ele não corresponde às suas justas reivindicações. Nesta ocasião, os trabalhadores rurais reclamam a proibição de despedimentos sem justa causa e a aplicação ao sector agrícola da legislação nacional de trabalho.

Os activistas sindicais decidiram fomentar a realização de reuniões a nível de quintas e de aldeias, publicar mensalmente um jornal, «A Enxada», e participar numa reunião de direcções sindicais do Norte e do Centro do País, que se efectua no Porto no dia 13 de Março.

No decorrer dos trabalhos foi ainda aprovada por unanimidade uma moção dirigida a todos os órgãos do

Poder, onde os trabalhadores rurais manifestam a sua estranheza pelo facto de o Governo não ter respondido às dezenas de exposições e pedidos de audiência que lhe têm sido dirigidos pelos sindicatos e pelos trabalhadores agrícolas do Norte e Centro do País.

PESCADORES EM PERIGO

Solidário com os pescadores para a resolução dos problemas que os afligem, o Núcleo de Cabanas do Partido Comunista Português protesta contra a incúria e o desinteresse das autoridades responsáveis pela segurança da barra, que ao longo dos anos tem vitimado os pescadores da zona. De há muito assoreada e sem a sinalização conveniente, essa barra vitimou desta vez o barco dos irmãos João e Alfredo, que, depois de terem pescado, foram apanhados por tormenta, que carregou na altura, com falta de saída do salva-vidas, o que é normal em casos deste tipo.

«A embarcação deu nos baixos, pondo em perigo de vida a tripulação, assim como outros camaradas que a foram socorrer, causando danos elevados às duas embarcações», acrescenta o comunicado do Núcleo de Cabanas do PCP, lamentando que «o salva-vidas se encontre em reparação em pleno Inverno, sem que se tenham tomado as medidas necessárias de protecção aos pescadores da zona».

Há ainda outros casos deste tipo, que preocupam todos os trabalhadores da pesca artesanal, deixando muitos deles ainda em situação mais difícil do que aquela que normalmente enfrentam, lesados pelo desaparecimento das suas artes e sem meios para ganhar a vida.

Também contra a incúria e o desinteresse das autoridades se onenta a luta dos pescadores.

CGTP-IN NO MT

Congelamento da contratação colectiva, aumento do custo de vida, desemprego, despedimentos e ataques à Reforma Agrária foram problemas apresentados pelo Secretariado da CGTP-Intersindical Nacional ao ministro do Trabalho, numa audiência recente, durante a qual foi entregue ao dr. Marcelo Curto o Caderno Reivindicativo Immediato dos Trabalhadores Portugueses, aprovado no Congresso de Todos os Sindicatos.

Segundo um comunicado da CGTP-IN, o Secretariado, além de transmitir as preocupações dos trabalhadores perante a intenção governamental de devolver as empresas intervencionadas aos patrões, manifestou aquele membro do Governo «a sua posição de repúdio pelo Decreto-Lei 49-A/77 (fixação de 15% como aumento máximo da massa salarial) pela situação de desestabilização que a publicação do decreto veio trazer e a determinação do Movimento Sindical de lutar pela sua revogação».

Na Riopele

A ADMINISTRAÇÃO CHAMOU A GNR

Uma força da Guarda Nacional Republicana carregou violentamente, na última quinta-feira, em Pousada de Saramagos, sobre centenas de trabalhadores da Riopele, que aderiram em massa à paralisação nacional dos Têxteis. Em consequência daquela acção repressiva, receberam tratamento hospitalar quatro trabalhadores, dos quais três foram assistidos a ferimentos provocados por projecteis disparados por um agente que fez fogo baixo.

Esta atitude, contrária aos princípios e liberdades inscritas na Constituição, provocou larga solidariedade para com os operários daquela unidade fabril, os quais paralisaram na sexta-feira, igualmente paralisou a empresa «Carides», protestando, assim, os trabalhadores contra a repressão e solidarizando-se com os quatro camaradas têxteis feridos pela Guarda Republicana.

Por outro lado, além de numerosas moções aprovadas e telegramas, o Sindicato dos Têxteis de Delães recebeu uma mensagem da Federação Sindical Mundial. A poderosa organização manifesta a sua solidariedade a os trabalhadores da Riopele, repudia a atitude da GNR e dispõe-se a contactar o Governo no sentido de reclamar o respeito pelo direito à greve.

A propósito da condenável intervenção da GNR, a Comissão Distrital de Braga do Partido Comunista Português emitiu um comunicado salientando que os incidentes não foram provocados pelos trabalhadores. «Não houve motivos — sublinha o comunicado — que

pudessem justificar a agressão das forças militarizadas. A maioria dos trabalhadores estava, de facto, pela greve e mesmo aqueles que, por ignorância ou medo, quisessem trabalhar, podiam fazê-lo».

Após perguntar qual o objectivo da administração da empresa (de que faz parte um destacado dirigente da CIP, Aníbal Oliveira) ao chamar a GNR, o comunicado da Comissão Distrital de Braga do PCP sublinha que «ao somar-se a outras intervenções da GNR e da PSP na Cotesi, na Maconde e nas UCP do Alentejo e em muitos outros casos, sempre ao lado do patronato, sempre contra os trabalhadores, a intervenção da GNR na Riopele vem constituir mais um motivo de sério alarme e preocupação».

Mais adiante, o comunicado frisa que «é o recurso cada vez mais frequente à repressão violenta, que introduz na vida cívica nacional elementos fascizantes incompatíveis com a consolidação da democracia nos termos prescritos pela nossa Constituição».

«Os trabalhadores da Riopele soberaram dar provas da sua consciência de classe mantendo-se em luta, unidos, solidários com os seus companheiros feridos, dispostos a não permitir que, na sua empresa, haja despedimentos ou processos disciplinares contra qualquer trabalhador».

A finalizar, a Comissão Distrital de Braga do PCP, depois de denunciar as graves incidentes, alerta os trabalhadores e todos os antifascistas «para a necessidade de, junto do Presidente da República, Conselho da Revolução, Assembleia da República, se mencionarem estes factos atentatórios da legalidade

democrática, reclamando medidas urgentes que travem definitivamente o passo às manobras repressivas do patronato e ao ressurgimento da repressão brutal dos trabalhadores na vida social diária deste País».

A CGTP — IN PROTESTA

Por seu turno, a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional (CGTP — IN) logo que teve conhecimento dos actos de violência na Riopele, emitiu um comunicado condenando «com a maior veemência a intervenção das forças militarizadas».

Manifestando a todos os trabalhadores têxteis em luta a sua solidariedade activa, a CGTP — IN lembra ao Governo e demais autoridades a necessidade de desenvolver acções de acordo com a Constituição e repudia energeticamente «o recurso a formas repressivas que o 25 de Abril parecia ter afastado definitivamente da sociedade portuguesa, em especial a instrumentalização das forças militarizadas contra as massas trabalhadoras».

A CGTP — IN condena ainda outros actos de violência e repressão por parte do patronato reaccionário do sector têxtil e cita os casos da Maivest, em Santa Iria de Azoia, e da Manuel Monteiro da Costa, em Santo Tirso, onde se registaram agressões e perseguições a delegados sindicais e outros dirigentes dos trabalhadores.

A condenação de todos esses actos contrários às liberdades fundamentais e aos direitos mais elementares dos cidadãos teve uma expressão ampla e firme.

Paralisações nos têxteis

ADESÃO EM MASSA A UMA LUTA JUSTA

A adesão maciça dos trabalhadores às paralisações parciais e à greve de um dia no sector têxtil de todo o País é um facto que as mais variadas informações confirmam. Segundo o Sindicato dos Têxteis da Zona Sul, as paralisações parciais atingiram cerca de 80 % a nível nacional e a greve do dia 17 rondou os 95 por cento. Outras informações vindas do Norte referem uma ampla adesão àqueles formas de luta, com relevo para Guimarães, Santo Tirso e Barcelos. No distrito da Covilhã e em várias empresas da zona sul, os trabalhadores, em plenário, decidiram prolongar por mais uma dia a paralisação geral do dia 17. Dirigentes sindicais, em declarações à Imprensa, salientaram as adesões a 100 por cento em Castanheira de Pera, Covilhã, Porto, Tortosendo e Cebolais. Em Lisboa, Portalegre, Évora, Beja, Setúbal e Faro a adesão média foi superior a 90 por cento. Em Leiria, Coimbra e Minde as percentagens subiram a mais de 90 por cento e a 80 em Mira de Aire.

No último fim-de-semana, em plenários por todo o País, os trabalhadores alteraram o calendário das paralisações. Mediante uma proposta apresentada pela Comissão Negociadora Sindical do contrato colectivo de trabalho único e vertical para todo o sector, aprovada nessas amplas assembleias, foi decidido paralisar toda a actividade no sector privado durante uma hora em cada turno. Anteriormente, e desde o dia 8, para além da paralisação total de um dia e das paralisações de uma hora em cada turno de laboração, os trabalhadores suspenderam o trabalho por períodos de 15 minutos com intervalos de duas horas.

Hoje, dia 24, se a reunião de conciliação marcada para ontem com as associações patronais não der resultado, está prevista a paralisação total, retomando-se no dia seguinte as paragens de uma hora.

Empenhados numa luta justa e necessária, os 300 mil trabalhadores das indústrias

de têxteis, lanifícios, vestuário e cordoaria propuseram, através dos respectivos Sindicatos, a celebração de um contrato colectivo de trabalho único e vertical para todo o sector. Aceite pelo Ministério do Trabalho, a respectiva negociação tem sido boicotada pelo patronato. Nas reuniões havidas pouco se tem avançado. No entanto, as principais dificuldades podem ser vencidas, pois se resumem à validade do contrato e à data da sua entrada em vigor.

PREPOTÊNCIA

«Cinco trabalhadores dos Serviços Municipais de Viana do Castelo foram propoentemente suspensos das suas funções por terem participado numa reunião sindical», afirma num comunicado a Célula da Função Pública do nosso Partido naquela cidade, exigindo «a imediata reintegração dos trabalhadores suspensos, sem qualquer inquérito ou consequência para os mesmos».

A suspensão foi ordenada pelo director Interino, Armando da Silva Carvalho, depois de proibir uma reunião dentro das horas de trabalho, violando assim o art.º 27.º da Lei das Associações Sindicais, que permite essas reuniões até um máximo de 15 horas anuais.

Os trabalhadores, não reconhecendo a legalidade da punição, compareceram ao trabalho no dia seguinte. «Porém, a acrescenta o comunicado, depois de algumas ameaças e intimidações, a Direcção dos Serviços solicitou a intervenção da PSP, que compareceu no edifício armada de G-3 para expulsar das instalações os suspensos». Não satisfeitos com a atitude, os reacconários dos S.M., conhecidos PPDs, pretenderam levar a PSP a expulsar do pátio do edifício onde se encontravam então, os elementos suspensos, o que, correctamente, a PSP se recusou a fazer».

A NOSSA HISTÓRIA É A LUTA DO POVO

UMA COLECÇÃO DE DOCUMENTOS FUNDAMENTAIS PARA A HISTÓRIA DO NOSSO PARTIDO



NO ANIVERSÁRIO DO PARTIDO OFERECE AOS TEUS AMIGOS ESTA OBRA VER PARA CONHECER A HISTÓRIA DO PCP

1939 — Guerra Civil de Espanha. Intensa solidariedade à Espanha Republicana. A luta antifascista aderem milhares de pessoas. Marinheiros, militantes da Organização Revolucionária da Armada (ORA) fundada por comunistas, em 1935, sublevam-se em Lisboa e apoderam-se de dois navios de guerra. Quando os navios saem do Tejo são bombardeados; os revoltosos são presos e deportados para o campo-prisão do Tarrafal, que começa a receber os primeiros presos políticos. Entre 1936 e 1939 centenas de antifascistas passam pelo Campo de Concentração do Tarrafal. Ali morreram dezenas de patriotas. O fascismo intensifica os seus crimes e o movimento popular é agora incontestável e nenhuma repressão será capaz de destruí-la.

À venda nos Centros de Trabalho do PCP. Pedidos à CDL — Central Distribuidora Livreira

PARA A HISTÓRIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO

1920: PRIMEIRA MANIFESTAÇÃO DE SOLIDARIEDADE COM O POVO SOVIÉTICO POR PARTE DO OPERARIADO PORTUGUÊS

A história dos quase sessenta anos da primeira Revolução Socialista trinitária é em primeiro lugar a história dos povos soviéticos, do seu trabalho, do seu heroísmo, da sua criatividade, da sua fidelidade aos ideais do comunismo. Sonho de gerações e gerações de explorados e de lutadores, o caminho da libertação definitiva dos povos de todo o mundo foi finalmente rasgado em Outubro de 1917 pelo Partido de Lenine, que organizou e dirigiu a tomada do Poder pela classe operária, que organizou e dirigiu o povo soviético na edificação do primeiro Estado isento da exploração e da opressão — o Estado ao serviço da felicidade e do bem-estar para todos os homens.

Ao longo de sessenta anos, a URSS tornou-se o esteio, o farol e a fortaleza da luta de libertação da classe operária, dos trabalhadores e dos povos de todo o mundo; o seu exemplo e a sua solidariedade ampliaram-se na comunidade dos países socialistas, que alberga hoje um terço da Humanidade, e nos restantes destacamentos do movimento operário internacional — força determinante do desenvolvimento social da nossa época.

Mas a história dos sessenta anos do Estado Soviético é também a história exaltante da solidariedade dos trabalhadores de todo o mundo. Nela, o povo soviético sempre se fortaleceu. Homens e mulheres de todos os países foram, muitas vezes com o sacrifício da própria vida, irmãos abnegados na luta e na vitória contra a agressão imperialista nos primeiros anos da Revolução, durante a Grande Guerra Patria contra o nazismo, em todos os longos anos de guerra fria, de sabotagem, de agressão ideológica e de provocação.

Foi nessa solidariedade que os trabalhadores do mundo inteiro fizeram a sua própria aprendizagem da luta de classes. Nela ganharam forças e experiência para travar e vencer as batalhas do dia a dia em cada país. Em Portugal também.

O documento que hoje publicamos antecedeu de um ano a formação do Partido Comunista Português — a classe operária portuguesa, organizada no movimento sindical, amadurecia, os seus dirigentes aí se temperavam. Muitos dos signatários deste documento foram membros fundadores do nosso Partido e um deles, Manuel Vieira Tomé, viria a pagar com a vida a sua dedicação ao movimento operário e aos nobres ideais que abraçara: a Polícia de Informação assassinou-o em 1934.

Nos primeiros anos após a Grande Revolução de Outubro, os trabalhadores portugueses foram tomando conhecimento de forma mais rudimentar e deformada daquilo que se passava no imenso país dos soviéticos. Nos jornais da época, as notícias mais fantásticas competiam em sensacionalismo com as atoardas mais grosseiras ou com os boatos mais incríveis.

A imprensa operária, predominantemente sindicalista-revolucionária ou anarquista, identificava as grandes mutações que se processavam na Rússia com uma revolução libertária. Quando jornais como "A Sementeira", "A Greve", o "Avante!" (que nada tinha a ver com o que em 1931 seria o Órgão Central do PCP) "A Batalha", e os numerosos jornais sindicais como "O Eco do Arsenal", "O Arsenalista", "O Ferroviário", "O Construtor", e tantos e tantos outros, se referiam à Revolução revelavam um grande desconhecimento daquilo que na realidade se passava na Rússia.

Tal não impediu que largos sectores da imprensa operária e até da organização proletária levassem a efeito, por formas várias, uma grande campanha em apoio dos trabalhadores russos vítimas da contra-revolução interna e da intervenção imperialista externa.

É, porém, em 1920 que se verifica a primeira tomada de posição oficial do movimento operário e da central sindical então existente, a Confederação Geral do Trabalho, de orientação anarco-sindicalista. No dia 15 de Fevereiro desse ano, realizou-se na sede da CGT uma reunião de onde saiu um documento histórico, pela primeira vez, que se saiba, a organização operária mostrava-se solidária com a Rússia revolucionária, com a Rússia dos soviéticos.

Apesar de todos os infantilismos e desvios que ainda imperavam no movimento operário português, apesar da posterior guerra movida pelos dirigentes anarco-sindicalistas aos comunistas, este episódio tem um grande interesse histórico e aqui dele fica o devido apontamento.

Para deliberarem sobre um ofício dimanado da Federação Internacional dos Operários de Transportes, reuniram na sede da CGT, os delegados dos organismos de transportes de terra e mar, a convite do Comité Confederal da CGT.

Fizeram-se representar, por delegados directos, a Federação de Transportes, Federação Marítima, Ferroviários do Sul e Sueste, Sindicato Ferroviário, União Ferroviária, Carris de Ferro de Lisboa, Chauffeurs, Fogueiros de Mar e Terra e Inscritos Marítimos Portugueses.

A mesa foi constituída por elementos do Comité Confederal, tendo presidido Manuel Joaquim de Sousa, secretário-geral da CGT, que leu o ofício do seguinte teor:

"As organizações dos operários de transporte de todos os países. — Presados camaradas. — Tendo recebido um pedido tendente a impedir, se possível for, internacionalmente, o envio e o embarque de material de guerra para as forças contra-revolucionárias que se destinam à Rússia, o nosso Comité provisório resolveu fazer um inquérito junto das organizações de operários

de transportes de diversos países, tanto junto dos que fazem parte da Federação Internacional como junto daqueles que actualmente se encontram fora do movimento, para chegar a conhecer as suas idéas sobre o assunto e até que ponto elas estão dispostas a cooperar no impedimento de envio de armas para a Rússia e provisões para as forças militares.

"Eis porque, temos o prazer de vos pedir, pela presente, de nos prevenir no mais breve espaço de tempo, antes de 25 de Fevereiro, a vossa resposta às seguintes perguntas:

"1.º — Estão de acordo que se deve impedir o envio de armas e viveres às tropas contra-revolucionárias da Rússia?

"2.º — Se sim, está a vossa organização disposta a começar uma campanha de propaganda no vosso país entre os vossos colegas e mais particularmente entre os vossos membros?

"3.º — Está a vossa organização em estado de se prestar a impedir esses envios recusando-se a trabalhar?

"Estimamos receber as vossas respostas às perguntas acima, dentro do prazo indicado, e isto para ser presente no Congresso Internacional dos Operários de Transportes, que terá lugar em Cristiania, em 15 de Março e dias seguintes, e onde a situação internacional será definitivamente discutida.

"Certos que compreendéis como nós, a importância destas perguntas formuladas, e que satisfareis o nosso pedido o mais depressa possível, enviámo-vos, esperando encontrar delegados da vossa organização em Cristiania, as nossas fraternais saudações".

Este ofício era assinado pela Federação Internacional dos Operários dos Transportes.

Iniciada a discussão sobre o importante documento, usaram da palavra delegados da Federação dos Transportes, Marítimos, Fogueiros de Mar e Terra, Inscritos Marítimos, "Chauffeurs", etc., manifestando se todos favoráveis a uma acção, caso seja necessário, que impeça o envio de tropas ou materiais contra a Rússia dos Soviéticos.

Augusto Quintas, pelo Sindicato Ferroviário, depois de expor a solidariedade da sua classe, é de opinião que seja nomeada uma comissão pró-Rússia, apresentando nesse sentido a seguinte proposta, que é assinada também pelos restantes delegados do Sindicato Ferroviário.

"A fim de que se saia desta reunião alguma coisa de concreto e prático, propõe-se para que seja sigla, nesta reunião, uma comissão que se denominará «Comissão

pró-Rússia», composta de delegados de todos os organismos aqui representados, no intuito de se entenderem com todos os sindicatos dos trabalhadores portugueses. Da mesma comissão deve fazer parte um membro da CGT". Esta moção foi aprovada.

O delegado da União Ferroviária, Fernando Gonçalves Pereira, diz não ter vindo propositadamente a esta reunião, mas como aqui se encontra a tratar de interesses da sua classe recebeu uma nota de confiança do seu sindicato para o representar. Julga poder afirmar que a classe que representa estará disposta a manifestar-se para que se evite o esmagamento da emancipação da Rússia e, por consequência, da emancipação dos povos.

Entrado Júnior, delegado dos ferroviários do Sul e Sueste, diz estar inteiramente ao lado das deliberações tomadas, podendo garantir que transportes daquela natureza se não farão pela sua rede. Na hipótese de pretenderem ludibriar por qualquer forma, a classe pôr-se-á há-lia para evitar que tal facto se dê.

Foi aprovada a seguinte moção:

"Os organismos de transporte de terra e mar de Portugal (ferroviários, marítimos de longo curso, docas e fluviais), que mais podem influir nos embarques e transportes através do país e dos mares, reunidos por representação directa a convite da CGT para se pronunciarem sobre o questionário da Federação Internacional dos Operários de Transportes relativo à recusa do envio de tropas, munícões e viveres para as forças contra-revolucionárias da Rússia, acordam:

"a) Em colaborar com os organismos dos outros países em todas as medidas a pôr em execução no sentido de evitar o esmagamento da revolução russa.

"b) Em iniciar uma campanha de propaganda nos organismos de transportes naquele sentido.

"c) As classes de transportes portugueses não transportarão tropas, munícões ou viveres destinados às forças contra-revolucionárias da Rússia, empregando os máximos esforços para esse fim, indo mesmo até à greve se tanto for necessário.

"Este acordo será executado dentro das possibilidades da organização e será sujeito às assembleias de todos os organismos de transportes.

"Dos organismos representados nesta conferência sairá uma comissão executiva destas decisões.

"Esta comissão e o Comité Confederal enviarão às assembleias gerais dos organismos de transportes delegados para elucidar as mesmas sobre estas decisões".

Este acordo foi firmado pelos seguintes organismos, representados pelos respectivos delegados:

Pessoal da Carris, Cláudio dos Santos, Carlos Fortes e José Henriques Moreira; chauffeurs, Fernando Casimiro Manços e Manuel Franco; Federação Marítima, José Magalhães Carvalho; União Ferroviária, Fernando Gonçalves Pereira, Manuel de Sousa Pinto e António Pinto; Condutores de Carroças, Joaquim Francisco dos Santos; Fogueiros de Mar e Terra, José de Araújo; Sindicato Ferroviário, Adelino A. Ribeiro, Augusto Quintas e Manuel Vieira Tomé; Federação dos Transportes, Agostinho da Silva; Inscritos Marítimos, A. A. Machado e Luiz Morais; Ferroviários do Sul e Sueste, Manuel Martins Entrudo Júnior, Manuel Correia e António José Poloto; Ferroviários do Vale do Vouga, Salazar Palma, Manuel Martins de Almeida e Eduardo Neves.

A comissão executiva a que se refere a moção, compõe-se dos seguintes camaradas:

José H. Moreira, Carris de Ferro; Fernando Manços, chauffeurs; José Carvalho, Federação Marítima; José de Araújo, Fogueiros de Mar e Terra; Agostinho Quintas, Sindicato Ferroviário; A. da Silva, Correios e Telégrafos; Luiz Morais, Inscritos Marítimos; Entrudo Júnior, Sul e Sueste; M. J. de Sousa, CGT; Condutores de Carroças, nomeado delegado; Ferroviários do Vale do Vouga, delegam o delegado do Sindicato Ferroviário; União Ferroviária, delega o delegado do Sul e Sueste.



Assistência numerosa encheu o salão da Incrível Almادense

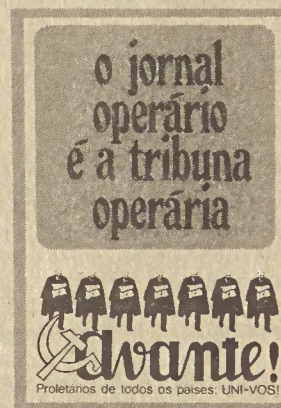
VÁRIOS COMÍCIOS ASSINALARAM O 46.º ANIVERSÁRIO DO «AVANTE!»

Muito embora tivesse sido decidido não assinalar o aniversário do «Avante!» com nenhuma grande iniciativa central, um pouco por toda a parte as organizações do Partido comemoraram os quarenta e seis anos de vida do órgão central do PCP.

Dois comícios e sessões de esclarecimento que se realizaram, alguns contaram com a presença do camarada Dias Lourenço, director do «Avante!». Assim sucedeu em Almada, na Amadora e no Tojal.

No dia 15, o camarada Dias Lourenço participou num grande comício realizado na Incrível Almادense e no qual estiveram presentes centenas e centenas de comunistas daquela cidade. No dia 17, uma reunião da célula da Sorefame, na Amadora, comemorou o 46.º aniversário do «Avante!». E, por último, no dia 19, numa iniciativa da Comissão Concelhia de Loures, o aniversário do «Avante!» foi comemorado no Tojal, no Clube Recreativo de S. Julião do Tojal.

Neste comício, antecedido por uma pequena festa



integrada na Campanha dos 50 000 Contos, o camarada Américo Aniceto, da Comissão Concelhia do Tojal, fez o seguinte apelo:

"Muitos dos camaradas presentes conhecem o «Avante!» clandestino. Liam-no com a frequência que era possível e que bem conhecem. Tojal era uma terra onde havia alguma luz — era das terras onde o «Avante!» era conhecido e lido. Mas, camaradas, ainda hoje, após quase 3 anos depois do 25 de Abril, ainda há terras em Portugal onde o «Avante!» tem que circular quase clandestinamente. Um apelo faço aos camaradas e amigos — façam chegar às pessoas vossas amigas, que vivem nessas terras, a voz do partido dos trabalhadores portugueses, o PCP. Façam lá chegar o «Avante!» o jornal onde os trabalhadores portugueses aprenderam qual a luta correcta a seguir e onde continuarão a aprender, porque estamos sempre a aprender uns com os outros".

Por seu turno, o camarada Francisco Pinto, da Comissão Concelhia de Loures, que falou a seguir, começou por afirmar que foi precisa muita coragem nos longos anos de clandestinidade e que muitos camaradas caíram para que o «Avante!» continuasse na sua tarefa, afirmando ao terminar:

"Hoje, o «Avante!» é um órgão de informação com distribuição e venda às claras, sem deixar de ser o intransigente defensor das classes mais desfavorecidas deste país, denunciando todas as manobras reaccionárias das forças da direita, que cada vez são mais arrogantes".

A encerrar o comício, o camarada Dias Lourenço, depois de ter falado dos aspectos mais salientes da

história do nosso jornal, abordou a presente situação política falando do perigo do fascismo, da política de recuperação capitalista, agrária e imperialista do Governo PS, que muito anima a direita e faz perigar as grandes conquistas da revolução. Recordou no entanto que as forças democráticas têm meios e possibilidades de pôr fim à ameaça do fascismo, desde que se unam numa plataforma comum para uma alternativa democrática que arranque

o país da crise, defenda uma política de trabalho de acordo com os interesses principais dos trabalhadores, leve por diante a Reforma Agrária, pratique uma política de independência nacional face à ingerência descarada dos monopólios e do imperialismo na nossa política interna.

Entretanto, também os camaradas de Sines assinalaram o aniversário do «Avante!» com um comício que se realizou no passado dia 15 no Instituto de Obras Sociais. Foram também projectados

filmes sobre a «Revolução Portuguesa» e a «Vida na União Soviética».

Com a exposição de uma tipografia clandestina e vários exemplares do «Avante!» publicados durante a clandestinidade, o Centro de Trabalho do PCP de Portimão comemorou o aniversário do nosso jornal. No dia 17 realizou-se uma sessão de esclarecimento em que esteve presente um camarada da redacção que respondeu às numerosas questões levantadas pela assistência.

ORGANIZAÇÕES COMUNISTAS SAÚDAM O SEU ÓRGÃO CENTRAL

Por ocasião do aniversário do «Avante!», inúmeras têm sido as mensagens de saudação enviadas não só pelas diferentes organizações do PCP, mas também pelas células existentes tanto nas grandes como nas pequenas empresas, onde a organização comunista não cessa de se fortalecer.

De entre as numerosas saudações chegadas destacamos algumas, nomeadamente a da Comissão Concelhia do Cadaval do PCP da qual transcrevemos a seguinte passagem:

Trabalhando ainda em condições que, impostas por um caciquismo reaccionário, não nos permite desenvolver toda uma actividade em condições de liberdade, temos todavia conseguido levar à prática algumas das tarefas que o nosso VIII Congresso apontava como essenciais e uma delas será a de levar a um número cada vez maior de pessoas a voz do nosso Partido através do nosso «Avante!». Isso, camaradas, será a nossa maior saudação que na passagem do 46.º

aniversário do nosso «Avante!», desenvolver ainda maior actividade para que o nosso «Avante!» chegue cada vez mais às amplas massas.

Também os nossos camaradas da UTIC, grande empresa de Lisboa, se pronunciaram através de um telegrama, que diz: Os comunistas da UTIC Lisboa saúdam o seu órgão central pelos 46 anos de luta em defesa das classes trabalhadoras e pela liberdade do Povo português.

A Secção de Informação e Propaganda da Direcção da Organização Regional de Setúbal, que tantas vezes tem colaborado na feitura do nosso jornal, também não esqueceu o 46.º aniversário.

No telegrama enviado saúdam a voz sempre presente na luta antifascista, por cuja elaboração e defesa, homens e mulheres do nosso Povo se sacrificaram.

Os camaradas da célula do Bairro Centro da Amadora enviaram igualmente um telegrama de saudação pelo aniversário. Por seu turno, a Comissão de Freguesia de

Odivelas do PCP na saudação enviada, apela, para que a comemoração do mais este aniversário do nosso «Avante!» seja, acima de tudo, uma grande jornada de luta de todos os comunistas do nosso concelho, já de tão largas tradições de luta, para a defesa e consolidação das conquistas alcançadas pelos trabalhadores após o 25 de Abril, nomeadamente o controlo operário e a Reforma Agrária, para a definitiva implantação da democracia no nosso País.

MAIS DE 100 MIL EXEMPLARES VENDIDOS!

A venda do «Avante!», na semana passada, constituiu um êxito, não só pelos resultados obtidos mas também pelo trabalho desenvolvido pelas organizações do Partido e pelas respectivas brigadas que não pouparam esforços para levar às mais amplas camadas da população o exemplar de aniversário do jornal da classe operária.

Os numerosos pedidos de remessas da nossa edição da semana passada — semana em que o «Avante!» completava 46 anos de existência — reflectiam já as grandes acções de venda planeadas e que se destinavam não só a assinalar o acontecimento mas igualmente a participar na Campanha dos 50 000 contos de fundos para o Partido.

Por toda a parte, trabalhadores e jovens saíram para a rua no entusiasmo de cumprir uma tarefa o que, sabiam, seria alcançada. Vender mais jornais. Vender ao maior número de pessoas. Levantar o jornal — o órgão central do Partido Comunista Português — a todos os trabalhadores. A tiragem da semana passada que ultrapassou os 100 000 exemplares constituía uma certeza no êxito da iniciativa. Assim sucedeu. O desejo de diminuir ao máximo o número de sobras e conseguir o aumento de vendas, que em muitos locais passou para o dobro e mesmo para o triplo, em grande parte foi conseguido.

O esforço dos camaradas que se dedicaram a essas tarefas para aumentar a venda do «Avante!» não deixará, pois, de ter influências no alargamento do «Avante!» e no reforço do Partido e dos laços que o unem às massas trabalhadoras e ao povo em geral.

REFERÊNCIAS AO «AVANTE!»

Diversos órgãos de informação assinalaram a passagem de mais um aniversário do «Avante!», como foi o caso dos vespertinos "A Capital", "Diário de Lisboa" e "Diário Popular", e o matutino "O diário".

A todos os trabalhadores desses jornais, o colectivo do «Avante!» envia os seus agradecimentos e saudações.

O GLORIOSO EXÉRCITO VERMELHO FOI CRIADO POR LÉNINE HÁ 59 ANOS

Há 59 anos, em 23 de Fevereiro de 1918, Vladimir Lenine, o imortal guia do proletariado mundial criou o glorioso Exército Vermelho, o poderoso destacamento armado do povo soviético que, anos mais tarde, aniquilando o nazi-fascismo, defendeu triunfalmente a pátria soviética e tirou os povos da Europa e do Mundo das garras assassinas de Hitler.

Hoje, passados quase 60 anos da fundação do primeiro Estado operário-camponês, o povo soviético, guiado pelo glorioso Partido de Lenine, prossegue na via da edificação do comunismo. Nestas novas condições, importante papel está reservado às Forças Armadas Soviéticas.

Proteger o trabalho criador do povo soviético, defender as conquistas socialistas contra uma eventual agressão imperialista — tais são as históricas tarefas das Forças Armadas da URSS, a sua razão de ser e o sentido das suas actividades.

Internamente, a URSS não necessita de ter um exército. No entanto, tal facto não significa que as suas Forças Armadas não desempenhem um importante papel no desenvolvimento da Pátria do Socialismo. Parte integrante do povo soviético, as Forças Armadas participam activamente na realização prática das mais variadas tarefas da edificação comunista.

Um outro aspecto importante da realidade das Forças Armadas Soviéticas consiste no seu carácter internacionalista, na sua extrema

devoção aos ideais do internacionalismo proletário.

As Forças Armadas Soviéticas cumprem o seu dever internacionalista para com a classe operária e os trabalhadores de outros países. Basta recordar o apoio prestado ao heróico povo de Espanha em luta contra as forças fascistas, aos povos da China e da Mongólia, que enfrentavam a ameaça dos militaristas japoneses.

Já depois da guerra, o povo soviético, fiel aos princípios leninistas e às gloriosas tradições de solidariedade de classe com os trabalhadores de todos os países, prestou a sua fraternal ajuda aos povos da Coreia e do Vietname, em luta pela independência nacional contra as forças unidas da reacção nacional e do imperialismo internacional.

Deste modo, a tarefa histórica das Forças Armadas Soviéticas — proteger o trabalho pacífico do povo soviético e das conquistas do socialismo, ser o guardião da paz universal — e o seu carácter nacional e internacionalista constituem uma base importante da educação dos combatentes soviéticos no plano ideológico.

É nesta base que os chefes e os oficiais políticos, as organizações do Partido nas Forças Armadas, fundamentam o seu trabalho tendo em vista formar nos militares a concepção marxista-leninista do mundo, educá-los na convicção comunista, dar-lhes um alto sentimento de responsabilidade para a defesa das conquistas

revolucionárias do socialismo.

As Forças Armadas Soviéticas, sob a direcção do glorioso Partido Comunista da União Soviética, constituem, por todo isto, a garantia do triunfo dos princípios leninistas da coexistência pacífica entre Estados de regime social diferente.

Conforme salientou o camarada Fidel Castro na sua intervenção no XXV Congresso do PCUS, realizado há um ano: *Pela primeira vez na história, a força militar de um grande Estado não se desenvolveu para oprimir outras nações, para a exploração dos povos, para a conquista e para a guerra.*

Ao contrário, acentuava o camarada Fidel Castro, as Forças Armadas Soviéticas constituem o escudo indestrutível que trava os impetus agressivos do imperialismo contra os povos pequenos e débeis.

E Fidel Castro concluiu muito justamente que, sem as Forças Armadas Soviéticas, o mais sólido baluarte da paz mundial, nesta época de escassez energética, as potências imperialistas não teriam hesitado em repartir de novo o mundo entre si.

As Forças Armadas Soviéticas, herdeiras das gloriosas tradições do Exército Vermelho criado por Vladimir Lenine continuam hoje, passados 59 anos, a ser aquilo que sempre foram na longa e vitoriosa caminhada do povo soviético para o comunismo: um exército popular, um exército saído do povo, um exército que defende os interesses do povo soviético.

SEMANA INTERNACIONAL

PASSOS EM FRENTE NUMA VIA PROGRESSISTA

Pontilhando o mundo em vias de desenvolvimento, diversos regimes progressistas, que apontam como meta o socialismo, abrem o seu caminho, defendendo-se contra as investidas do imperialismo e da reacção interna aliadas, dando novos passos positivos no rumo por que os seus povos optaram. Pelos níveis de desenvolvimento que vão alcançando, pelos progressos registados, surgem como exemplo numa zona em que as únicas possibilidades de libertação de um atraso imposto pela dominação colonial e monopolista, são medidas tendentes à socialização da economia e da vida do País, o apoio amigo dos países socialistas.

ETIÓPIA — O desmascaramento e neutralização da conspiração da direita abriu mais amplas possibilidades ao povo etíope para prosseguir a sua via progressista. Em Shoa, Erythrae, Harar, Arusi, Sidamo, Bale, nas cidades e aldeias de muitas outras províncias, multiplicam-se as manifestações de apoio às medidas energéticas adoptadas pelo governo com a participação de dezenas de milhares de trabalhadores e camponeses. Os manifestantes afirmam a sua determinação de defenderem as conquistas da revolução etíope que pôs definitivamente termo ao regime monárquico-feudal e abriu as portas para uma nova sociedade.

Entretanto, face à violência da reacção, em que na Etiópia surge particularmente nítida a unidade objectiva entre «maoístas» e a direita, o novo chefe de Estado etíope cumpre a sua promessa de distribuição de armas a organizações populares de base, nomeadamente às milícias de camponeses e comissões de moradores de algumas cidades. Onde o poder serve as massas populares, o Estado pode assentar parte importante da sua defesa nos trabalhadores, como a sua mais segura base.

SOMÁLIA — Falando num seminário que reuniu durante trinta dias membros das cooperativas agrícolas e camponesas de todas as regiões do país, o presidente da República da Somália sublinhou que o socialismo científico corresponde inteiramente aos interesses dos trabalhadores e destacou o papel da classe operária. «Ela é e será a base sólida da sociedade socialista» — disse.

GUIANA — A Guiana acaba de fazer o seu pedido de vinculação ao Conselho onde Ajuda Mútua Económica. O ministro do Desenvolvimento Económico, Desmond Hoyte, tendo destacado que o seu governo segue uma orientação socialista, afirmou que o CAME procura e estabelece fortes laços de cooperação com países de fraco desenvolvimento, dentro dos princípios de coexistência pacífica, cooperação equitativa, mútua vantagem e respeito pela soberania: todos os princípios ausentes dos tratados e relações de países economicamente débeis com o mundo capitalista, em que sempre se reforça uma situação de dependência e mais não se pretende que perpetuar essa fraqueza económica e tirar dela o maior lucro possível.

Hoyte recordou que para os países socialistas a cooperação com países subdesenvolvidos é encarada como uma forma de apoio à luta contra o imperialismo, os monopólios e a reacção.

BENIN — A campanha de alfabetização lançada nas regiões rurais da República Popular de Benin — país progressista recentemente vítima de uma tentativa falhada de golpe da reacção — tem obtido êxitos consideráveis.

As várias províncias do país — numa proveitosa emulação — disputam o primeiro lugar nos resultados desta importante tarefa. Actualmente é a província de Borgo que se encontra à cabeça nos resultados da campanha.



Irlanda: terror colonial

COMPROVADO O USO DA TORTURA PELOS INGLESES NA IRLANDA

Em Estrasburgo, o Tribunal Internacional procedeu ao exame do relatório da Comissão Europeia para os Direitos do Homem sobre a prática de tortura nas prisões do Ulster, na sequência de uma queixa apresentada pelo governo da República da Irlanda.

A prática de tortura pelas autoridades britânicas ficou provada. Foram referidas cinco "técnicas" diferentes para levar as vítimas das forças de repressão do Ulster à traição e encapuçamento, que leva à sensação de asfixia parcial, violentos estímulos luminosos e sonoros durante longos períodos, a tortura do sono, a estúmia, a privação de comer e beber.

Isto passa-se sob o domínio das autoridades inglesas, em nome do "restabelecimento da legalidade e da ordem".

Mas a prática da tortura, prática vergonhosa que desvenda a verdadeira face das "democracias" ocidentais, não passa de um elemento do círculo vicioso da violência que a Inglaterra diz pretender travar, mas de que é de facto o principal responsável.

Há oito anos o governo britânico dissolveu a Assembleia Legislativa da Irlanda do Norte, onde os protestantes estavam em maioria e tomou nas suas mãos o poder no Ulster.

Isto passou-se em nome da "ordem". Mas nem sequer a ordem do terror foi implantada na Irlanda do Norte. Nem poderia sê-lo.

Na raiz da questão irlandesa está a táctica preferida do imperialismo britânico de "dividir para reinar": está a situação discriminatória da minoria católica — cerca de meio milhão de habitantes privados dos direitos políticos. Uma discriminação de classe mascarada de discriminação religiosa, de oposição entre uma minoria e uma maioria, que em alguns casos opõe criminosamente trabalhadores contra trabalhadores.

A população católica pobre está sujeita a uma discriminação não dissimulada nas empresas e administrações, desde a nomeação para cargos administrativos ao aluguer de alojamentos. Os patrões protestantes não os empregam a não ser em caso de força maior. A taxa de desemprego, nos guetos católicos, ultrapassa, por vezes, 30 por cento (contra 12 por cento, em média, no Ulster). Até agora, os

filhos dos católicos e dos protestantes estudam em escolas diferentes.

VIOLENCIA EM NOME DA "ORDEM"

Em nome da "ordem", Londres enviou para o Ulster 15 mil militares, um corpo da Polícia e um "regimento de defesa do Ulster". A táctica de "dividir para reinar", teve e tem frutos sangrentos: nos últimos nove anos, 1700 mortos e mais de 1500 feridos graves.

As manifestações da população do Ulster por direitos iguais para todos os habitantes do país, pela liquidação da discriminação política e resolução pacífica de todos os problemas que surgissem nas relações entre os católicos e os protestantes, tiveram como única resposta a intensificação da prática do terror por parte das autoridades britânicas, e dos "ultras" protestantes.

As forças da "ordem" entregam-se a actos de violência, espancam ou matam pessoas nas ruas, torturam nas prisões, procedem a verdadeiros assassinatos colectivos, como é o caso da fuzilaria contra a manifestação pacífica de irlandeses, em Londonderry, a 30 de Janeiro de 72.

QUEM FOMENTA O TERROR?

Estamos habituados a ouvir falar da tortura sob o fascismo, da tortura no Chile, no Brasil, no Paraguai. Não na "democrática", na "livre" Europa capitalista.

Estamos habituados a ouvir falar de terror na Irlanda. Mas ele surge sempre, nos cabedinhos da imprensa burguesa, como um terror vestido espantoso da esquerda. Terroristas são os explorados, os que contestam o poder de Londres. Londres limita-se a tentar servir de medianoite, a impor, dentro das suas possibilidades, a famosa "ordem".

O processo de Estrasburgo desmistifica tudo isto.

É o próprio exército britânico que pratica o terrorismo no Ulster, é a política divisionista traçada em Londres que o alimenta. São as autoridades britânicas, da civilizada e democrática Grã-Bretanha, que torturam segundo os mais sofisticados métodos.

O que se passa no Ulster é um exemplo. Mas de forma alguma uma aberração dentro do sistema

Entrevista de Rodney Arismendi à Novosti

Em entrevista à Novosti, o camarada Rodney Arismendi, secretário-geral do Partido Comunista do Uruguai, afirmou, referindo-se às recentes libertações de comunistas paraguaios, nomeadamente de Maidana: «Somos hoje testemunhas da crueldade do fascismo latino-americano, das tentativas desesperadas do imperialismo americano e dos regimes mais reaccionários, que beneficiam do apoio das forças da extrema-direita e do Exército, para travar o movimento de libertação na América Latina que desde a vitória histórica da revolução cubana, que trouxe o socialismo ao continente, continua a desenvolver-se, alcançando grandes vitórias e sofrendo naturalmente derrotas.

«A ofensiva do imperialismo americano que começou nos anos 70, e levou primeiro ao derrubamento do governo de Torres, na Bolívia, e posteriormente aos golpes de Estado no Uruguai e no Chile, não conseguiu quebrar a resistência dos patriotas dos nossos países, nem tão pouco encontrar solução para os problemas fundamentais colocados pelas realidades económicas e sociais do nosso continente que levam os nossos povos à luta pela autodeterminação política e económica.

«Esta fraqueza do fascismo, inserida no conjunto de mudanças registadas no panorama internacional, o papel imenso da União Soviética e de toda a comunidade socialista, dos países do socialismo, dos povos do "terceiro mundo", do movimento dos não-alinhados, de todas as forças democráticas na luta pela paz e a independência, pelo aprofundamento da distensão, estão estreitamente ligados com a grande campanha mundial de solidariedade. É um exemplo da força do internacionalismo proletário, do internacionalismo democrático, da força da opinião internacional».

Reunião do Bureau Político do CC do POUP

O Bureau Político do Comité Central do Partido Operário Unificado da Polónia, em reunião efectuada no princípio de Fevereiro, considerou os resultados da visita do secretário-geral do CC do POUP à Índia de grande importância em si e simultaneamente para o desenvolvimento das relações da Polónia com os países em vias de desenvolvimento. O Bureau Político examinou também os princípios chave do programa de actividades na política estrangeira, para 77. A direcção principal desta actividade é o reforço multilateral das relações fraternais com a União Soviética. A Polónia prosseguirá a sua actividade a favor do desenvolvimento do processo de distensão. No conjunto da política estrangeira da Polónia, é dedicada uma atenção crescente à cooperação com os países em vias de desenvolvimento, ao apoio à sua luta pelo reforço da independência e o estabelecimento de novas relações económicas internacionais, livres de qualquer discriminação.

As comemorações do 60.º aniversário do Grande Outubro

O CC do PCUS decidiu ampliar as manifestações do programa do 60.º aniversário da grande revolução socialista, «memorável festa dos trabalhadores do nosso país e de toda a humanidade progressista, festa da luta revolucionária e de construção do comunismo».

Para comemorar o 107.º aniversário do nascimento de Lenine e o 60.º aniversário da revolução de Outubro, será organizado um sábado comunista a 16 de Abril. Os promotores deste sábado comunista garantirão ao CC do PCUS que os soviéticos darão uma nova prova da sua determinação em cumprir as tarefas do plano quinquenal.

Será realizado este ano, na URSS, um encontro internacional de jovens, «Outubro e a Juventude», consagrado ao 60.º aniversário da revolução de Outubro. O encontro reunirá jovens dos países socialistas, da Ásia, da África e da América Latina. Serão igualmente promovidos um festival da canção política e encontros bilaterais de jovens soviéticos com os seus camaradas de Angola, do México, da Somália, da Finlândia, da Índia e de outros países.

QUEM VIOLA OS DIREITOS HUMANOS?

O abismo que separa as palavras dos actos é uma constante da política do imperialismo. Muito haveria a dizer sobre os períodos eleitorais em que se multiplicam promessas destinadas a ser de imediato desmentidas após a realização dessa expressão da democracia que o capitalismo aponta como única e reveladora da «liberdade» que impera nos seus territórios. São períodos em que se torna mais saliente uma prática que faz parte da rotina do dia-a-dia.

No campo das relações internacionais, o abismo não é menos pronunciado, e atinge as dimensões do escandaloso, que seria ridículo se não se destinasse a uma monstruosa mistificação de massas, parcialmente conseguida, se não se inserisse na dura batalha ideológica, elemento importante na luta de classes internacional dos nossos dias.

Hoje é de todos conhecida a famosa campanha dos «direitos do homem», contraditoriamente dirigida contra os países socialistas. Toda a imprensa burguesa que se preze, a portuguesa inclusive, reflecte diariamente nas suas páginas os suspiros venenosos do sr. Bukovsky, com quem Walter Mondale, vice-presidente dos EUA, anuncia encontrar-se ou as dissertações do sr. Sakharov, que recebe amistosas cartas de Carter (ou pelo menos diz recebê-las, sem desmentido).

Face à propaganda burguesa tudo se passa como se nos países capitalistas reinasse a mais saudável democracia, a mais ilimitada das liberdades, devidamente apadrinhadas pelo beneplácito dos monopólios e pelas multinacionais, e no mundo socialista, no mundo de que são senhores as massas trabalhadoras, o terror fosse a atmosfera onde esses mesmos trabalhadores mal sobreviveriam... uma ironia de que só a propaganda burguesa seria capaz.

ONDE A TEORIA E A PRÁTICA SE CHOCAM...

A Comissão dos Direitos do Homem da ONU terminou recentemente o seu inquérito sobre a violação dos direitos do homem nos territórios ocupados por Israel. Ficaram provadas a sociedade as detenções em massa, as torturas e maus tratos infligidos às populações árabes das regiões controladas pelos invasores. Por maioria esmagadora de votos,

a Comissão condenou os actos criminosos de Telaviv: a anexação de uma parte dos territórios ocupados, a instalação de Kibutz, a destruição massiva de povoações árabes, a expulsão da população árabe dos seus territórios, a proibição dos árabes expulsos voltarem aos seus lares, que são frequentemente destruídos ou «emparedados» (portas e janelas tapadas com tijolos e cimento).

A Comissão aprovou uma resolução em que se apela a todos os Estados, organizações internacionais e instituições especializadas a não reconhecer as modificações introduzidas por Israel nos territórios ocupados. Apenas três países se opuseram à condenação do principal responsável pelas atrocidades cometidas contra a população dos territórios árabes ocupados. Um destes países foi os Estados Unidos da América.

«APARTHEID» — UM CRIME SÓ POSSÍVEL COM O APOIO DO IMPERIALISMO

Mais um homem morreu nas prisões de Joanesburgo. O 13.º se este ano, dos muitos presos e torturados ao abrigo da «lei antiterrorista». As aplicações da política de Vorster primam pelo cinismo. O homem teria tentado fugir a partir de um décimo andar.

A morte de Mablane insere-se nas muitas outras mortes que são um lugar comum na África do Sul. O relatório do Comité de Descolonização da ONU, que denuncia a crueldade, a tortura e as prisões arbitrárias na África do Sul, regista os depoimentos do antigo militar do exército sul-africano de ocupação da Namíbia, Bill Andersen.

Bill Andersen relata pormenores da famosa operação «Cobra», executada pelas tropas sul-africanas, em Junho, na parte Norte da Namíbia.

O batalhão de Andersen «varreu» uma zona de 100 quilómetros quadrados e prendeu 1000 homens, 110 dos quais foram condenados com base na lei sobre o «terrorismo».

Andersen continua o seu relato dizendo que todos os prisioneiros, incluindo algumas crianças de 13 anos, foram espancados e torturados com cigarros acesos.

Durante outra operação, a «Águia», fizeram o «controle» dos bilhetes de identidade dos habitantes de Owam Bolend. Os africanos que não tinham documentos foram presos, levados para o campo militar de Oshakati, e cruelmente torturados.

Isto passa-se na RSA, onde o regime de «apartheid» vive e sobrevive graças ao apoio incontestável dos Estados Unidos e de outros países capitalistas, em particular a RFA.

Numa manobra para lançar poeira aos olhos dos povos, a propaganda imperialista acaba de inventar a infâmia de que países socialistas violariam a decisão de boicote económico à RSA, pura e simplesmente ignorada em Washington, Bona e outras capitais do sistema capitalista, mesmo quando a nível oficial se afirma o contrário. Então, enquanto o governo dos monopólios surge mascarado de inocência, o comércio desses mesmos monopólios segue o seu curso normal.

Trata-se de uma das muitas tentativas de apresentar os dois sistemas como evitados de vícios idênticos, de uma política hipócrita, pelo que seria destituída de sentido a luta das massas trabalhadoras por uma sociedade socialista.

VIETNAME: ONDE CHEGA A DESVERGONHA DA PROPAGANDA BURGUESA

No seu afã de descobrir «dissidentes» e «mártires» pelo mundo socialista, a propaganda burguesa chegou a extremos inimagináveis. Decidiu-se a atacar o Vietname heróico, onde o exército norte-americano fez da violação a todos e quaisquer direitos humanos a base da sua estratégia, numa arma fundamental. Não vão tão longe os tempos em que toneladas de bombas eram lançadas sobre as terras do Vietname, em que se mantinha a divisão artificial de um povo, em que no Sul reinava a maior

miséria, e os patriotas capturados eram lançados nas famosas jaulas de tigres. Não é assim tão curta a memória dos homens. Mas parece que a propaganda burguesa o pensa de maneira bem diferente. Pelo menos o suficiente para se aventurar a falar de direitos do homem num país em que outrora o imperialismo os negou em bloco.

A falta de melhor, fizeram «mártir» um certo Phan Van Co, criminoso acusado do assassinato de duas mulheres, e que se escondia protegido por um monge. E não se limitaram ao mártir, construíram também toda uma questão religiosa. Hoje proclamam aos quatro ventos que o «caso» Phan Van Co mostra que as opiniões religiosas são objecto de perseguições no Vietname.

Isto num país onde milhões de pessoas que outrora estavam no outro lado da barricada e que agora se arrependem sinceramente, sob o novo governo, têm direito a voto. Num país em que o decisivo esforço nacional se dirige para a liquidação do desemprego massivo nas cidades do Sul (ou será que o direito ao trabalho não é também um direito fundamental do homem?), para a satisfação dos interesses do desenvolvimento da economia. Onde depois da libertação, centenas de milhares de pessoas, na sua grande maioria camponeses que desejavam deixar as cidades superpopulosas e as localidades concentradas em favelas, regressar às regiões de origem, encontraram da parte do governo todo o apoio de que necessitavam.

Um país em construção, orientado para a felicidade do seu povo. E que o imperialismo tinha devastado com alguns dos mais mortíferos meios nas suas mãos.

Ao atacar o Vietname talvez a propaganda burguesa se tenha enganado. Talvez esteja, sem o querer, a fazer contrapropaganda. Quando a mentira atinge as raízes do absurdo, muitos haverá que, ainda que não esclarecidos, duvidarão das outras «verdades», cuidadosamente servidas pela «informação» ao serviço do capital. E possam ver claro que o que se pretende é lançar sobre o mundo socialista a sombra dos crimes cometidos pelo imperialismo. E só por ele.

TRABALHADORES EM LUTA NO MUNDO CAPITALISTA

No conjunto dos países capitalistas industrializados, cresce em envergadura a luta das massas trabalhadoras contra os esforços dos monopólios e dos seus governos para fazer recair o peso das contradições e dificuldades económicas do sistema sobre os ombros dos trabalhadores.

Da Holanda, da Bélgica, de Itália, de Tóquio, chegamos as notícias de amplas lutas contra certos aspectos mais salientes da exploração do poder do capital.

Em Londres, acumularam-se cerca de 4 milhões de cartas e encomendas postais nas estações dos correios da zona do "East-End". Os carteiros da zona, recorreram à greve como arma para conseguir melhores condições de trabalho e o aumento do número de funcionários.

Em Copenhague, um sindicalista, trabalhador dos correios, que havia sido arbitrariamente despedido pela administração, foi readmitido, na sequência da luta reivindicativa de várias centenas de carteiros da capital da Dinamarca.

Em Helsínquia, mais de 5 mil trabalhadores da indústria têxtil e de confecções de Turku, paralisaram o trabalho durante duas horas. Os operários exigem um aumento salarial e a assinatura de um novo contrato colectivo de trabalho mais de acordo com a alta de preços que ocorre no país. O antigo contrato expirou em fins de Janeiro.

A diminuição dos impostos, o aperfeiçoamento do sistema da assistência médica e o aumento das reformas foi exigido, em Tóquio, durante um comício em que participaram mais de 10 mil

trabalhadores e estudantes japoneses.

Estes alguns dados dispersos sobre as lutas dos trabalhadores em curso no mundo capitalista.

Mas onde essa batalha assume dimensões verdadeiramente nacionais, neste momento, é na Holanda, na Bélgica e na Itália.

AS COMPENSAÇÕES SALARIAIS

Um objectivo comum imana os trabalhadores holandeses e belgas; o mesmo porque as forças de esquerda se estão a bater na Itália — as compensações salariais relativas ao aumento do custo de vida, conquista das massas trabalhadoras que os monopólios pretendem, anular ou limitar de forma a torná-la inoperante.

Na Holanda, os sindicatos mobilizam hoje mais de 30 mil grevistas. O porto de Roterdão, o maior do mundo, está 85 por cento paralisado. Nas negociações entre representantes sindicais e do patronato, conseguiu-se um acordo parcial: indexação dos salários com o custo de vida nos contratos para 1977 e participação dos trabalhadores na política de investimentos das empresas.

Entretanto o patronato continua a recusar um aumento salarial de dois por cento.

Os trabalhadores belgas iniciam amanhã uma série de greves selectivas de 24 horas contra a política económica do governo, contra um anunciado plano para aumentar os impostos e, sobretudo, contra a política governamental que visa acabar com as



Manifestação do Partido Comunista Holandês em Amsterdão

compensações salariais relativas ao aumento do custo de vida. As acções reivindicativas irão iniciar-se com uma greve nacional de ferroviários. A 4 de Março será a vez dos transportes urbanos, além de manifestações de rua que envolverão trabalhadores de diversos sectores públicos.

Na Itália, os trabalhadores e as forças políticas de esquerda, nomeadamente o Partido Comunista e o Partido Socialista, contestam um conjunto de medidas económicas governamentais, que limitaria a escala móvel salarial, de adaptação automática às variações do custo de vida, para além de impedir quaisquer aumentos salariais à margem dos acordos colectivos de trabalho.

Por outro lado, os trabalhadores ingleses denunciam uma campanha anti-sindical lançada pela imprensa burguesa britânica. Numa conferência promovida em Londres pelo Congresso Britânico dos Sindicatos

(TUC), o seu secretário geral disse: "A imprensa britânica, escrita e falada, dá uma imagem deformada da actividade dos sindicatos. Muitas vezes culpa-os dos problemas com que se debate a Grã-Bretanha. Procedimento que, como todos sabemos, não é de forma alguma exclusivo da burguesia britânica". (Em Portugal, não o ignoramos...)

INTENSIFICA-SE A LUTA

Uma das características destes últimos anos é a intensificação da luta organizada das massas trabalhadoras contra os monopólios, contra a política antipopular dos meios dirigentes dos países capitalistas. Em 1975, registaram-se nos países capitalistas industrializados números record de grevistas: 50 milhões. O ano passado foi marcado pelo recrudescimento da luta de massas.

Com a presença de José Magro

COMÍCIO-FESTA DO PCP NA MADEIRA GRANDE JORNADA ANTIFASCISTA

«O PCP concordou e concorda com um regime especial de autonomia para os povos dos Açores e da Madeira, regime que se fundamenta, como diz a Constituição, nos condicionais geográficos, económicos e sociais e nas históricas aspirações autonomistas das populações insulares. É que o PCP pensa que os trabalhadores da Madeira são pela autonomia, mas não pelo separatismo, que tornaria a ilha presa fácil do imperialismo estrangeiro e do fascismo e lhes roubaria a possibilidade de virem a gozar das conquistas da Revolução» — sublinhou o camarada José Magro, do Comité Central do nosso Partido, durante um comício-festa promovido recentemente no Funchal pela Direcção da Organização Regional dos Açores e da Madeira do PCP, e que foi presidido pelo camarada Fale, membro daquele organismo.

A jornada, a que assistiram cerca de mil pessoas, desenrolou-se numa atmosfera de grande

entusiasmo e alegria, tendo contado com a participação de Paulo de Carvalho, Adriano Correia de Oliveira, Fernando Tordo e José Barata Moura. No decorrer deste comício-festa — que constituiu uma vibrante jornada democrática de unidade e luta, e que uma vez mais reflectiu o espírito de combate e de firmeza revolucionária dos comunistas dos democratas, de todos os verdadeiros antifascistas da Madeira, face às provocações quotidianas das forças reacçãoárias a soldo do imperialismo — o camarada José Magro, cuja intervenção seria frequentemente interrompida com aplausos da assistência, referiu que «o principal objectivo de todos nós é defender a democracia e impedir, para sempre, que o fascismo volte à nossa terra». No entanto, «a tarefa não tem sido fácil: foram muitas as arremetidas do inimigo para esmagar o novo regime e para lançar o País numa onda de terror e violência de que nem só os comunistas seriam as vítimas».

Mais adiante, afirmou:

«Felizmente, graças aos esforços de todos nós, a reacção e o fascismo têm fracassado nos seus intentos. Falharam sucessivamente os seus múltiplos golpes de força. E falharam até nas esperanças de o conseguirem legalmente, através de eleições, embora sejam muitas as restrições às liberdades em parte importante do País, incluindo, como bem sabeis, a Ilha da Madeira. A verdade é que apesar disso a grande maioria do eleitorado votou sempre na democracia e na esquerda e nos seus dois principais partidos: PS e o PC. Lamentavelmente, e apesar dos apelos do PC, a direcção do PS não tem querido levar à prática a escolha de esquerda do eleitorado. E, assim, em vez de um forte governo unitário que tivesse a confiança dos que trabalham, avemos esse minoritário e fraco governo central do PS, com uma política de «corda bamba», quando não abertamente de concessões à direita».

A SITUAÇÃO NAS ILHAS

Depois de denunciar as leis antioperárias do ministro do Trabalho, as provocações lançadas por elementos do Governo contra CGTP-Intersindical, a ofensiva contra a Reforma Agrária e os congelamentos de salários, o camarada José Magro afirmou:

«A grande burguesia da ilha, os reacçãoários e os fascistas, organizados clandestinamente em grupos como a Flama, quando falam em autonomia pensam no separatismo; e quando falam em separatismo, pensam na entrega da ilha aos americanos. Mas isso é mais uma razão para o PC defender o contrário, ao lado dos trabalhadores. A verdade é que a Constituição não está a ser cumprida, e muito especialmente

nos Açores e na Madeira, sob a égide de governos regionais de maioria PPD. Vejamos só dois exemplos: reza a Constituição, no Art.º 101.º N.º 2: **Serão extintos os regimes de aforamento e colónia e criadas as condições aos cultivadores para a efectiva abolição do regime de parceria agrícola.** Ora a Constituição foi aprovada há quase um ano, o que se fez até agora para resolver esse complexo problema da colónia na Madeira? Praticamente nada, excepto no que respeita aos esforços do PCP, cujo grupo de deputados na Assembleia da República tem já elaborado e pronto a apresentar ao plenário um projecto de lei que leva à extinção dessa forma tão antiga de explorar o trabalho dos camponeses. Outro exemplo flagrante de desrespeito pela Constituição são as descaradas restrições das liberdades democráticas que ainda se verificam na ilha».

Referindo-se ao regime de opressão que reina nas ilhas adjacentes, o camarada José Magro declarou:

«Nos Açores a situação é tal que os comunistas foram expulsos do Arquipélago, contra todos os direitos dos cidadãos. Na Madeira, embora não se chegasse a tanto, os membros do PCP têm sido e são perseguidos, afastados do seu trabalho profissional, queimados os seus carnos, caluniados em jornais, e impedidos muitas vezes de fazerem a propaganda do seu Partido. Mas nem só os comunistas têm sido perseguidos. Ainda há 11 dias li declarações de um dirigente sindical madeirense a um jornal do Continente. Ele mostrava alguma coragem e precisava para levar aqui a efeito o trabalho sindical, dadas as pressões do patronato, da mais alta hierarquia da Igreja, da Flama e da Cia, que reúnem com perfeito «a-vontade nos hotéis do Funchal, graças ao apoio e facilidades com que contam a nível oficial».

A campanha da informação reacçãoária

MENTIR EM GRANDES TÍTULOS E SILENCIAR DEPOIS A VERDADE

1. Com pretexto em diversos acontecimentos susceptíveis de impressionar a opinião pública — nomeadamente, os registados numa unidade militar de Estremoz e a mutilação sofrida por um cidadão residente na vila de Cuba — intensificou-se nos últimos dias a campanha de especulações sobre a situação no Alentejo, acompanhada de rivas calúnias e insinuações lançadas pela imprensa reacçãoária contra o PCP.

2. O PCP regista com a maior indignação que alguns jornais estatizados e a RTP, ao divulgarem as fantasiosas especulações lançadas pela imprensa reacçãoária, estão a colaborar objectivamente numa grande operação de manipulação da opinião pública que é contrária aos mais elementares princípios de dignidade profissional e ao próprio estatuto constitucional a que devem respeito.

O PCP denuncia, ao mesmo tempo, o carácter completamente irresponsável e provocatório — mas significativo quanto aos objectivos políticos desta operação de manipulação — de um comunicado emitido pelo secretariado da Zona B do PPD/PSD sobre o acidente de Cuba.

O PCP condena severamente tais atitudes que, segundo métodos de inspiração nazi, procuram, na base de invenções, fomentar o ódio e a perseguição política.

3. A campanha em curso assenta em conhecidas técnicas de manipulação e guerra psicológica que a reacção vem usando na sua conspiração contra o regime democrático e que se limitam a ser novas versões das já utilizadas, antes do 25 de Abril, pelo fascismo contra as forças democráticas.

Mentir e especular durante vários dias com grandes títulos de primeira página, silenciando depois o restabelecimento da verdade ou — quando a isso é obrigada — restabelecendo-a em poucas linhas de páginas interiores, tal é a tática da imprensa reacçãoária e de alguns órgãos de informação estatizada que, vergonhosamente, se prestam a ampliar as suas

calúnias. Assim aconteceu, nomeadamente, com a invenção dos 30 000 cubanos pretensamente estacionados em Portugal, com a campanha caluniosa contra o então Secretário de Estado Vítor Louro, com as constantes calúnias contra dirigentes do PCP, com a especulação em torno do número de funcionários da embaixada de um país socialista, com as notícias falsas e provocatórias atribuindo, durante a campanha eleitoral, actos terroristas a elementos da FEPU, com numerosos acontecimentos e situações na zona da Reforma Agrária.

Apesar da total falta de fundamento daquelas calúnias que foram oportuna e implacavelmente desmascaradas e do ridículo que cobriu algumas delas, a reacção persiste em inventar novos pretextos para continuar a incitar ao ódio, a provocar, a intrigar, a tentar confundir a opinião pública.

Mas uma mentira mil vezes repetida — mesmo que circulando com o patrocínio da RTP e de órgãos de Informação estatizados — continua a ser, apenas e sempre, uma mentira.

4. O PCP reafirma que o recurso à calúnia como arma política não deve ter lugar na vida democrática do novo Portugal nascido da Revolução de 25 de Abril.

O PCP acentua uma vez mais, que não é no Alentejo da Reforma Agrária, no Alentejo pacífico que trabalha ao serviço dos interesses de todo o povo português e da economia nacional que se encontra a violência, a intolerância e o ódio. É para as zonas do território nacional onde proliferam impunemente as actividades fascistas e separatistas, é para os próprios jornais reacçãoários e fascistas que encontram na mentira a razão da sua existência e na conspiração antidemocrática o objectivo principal da sua actividade, que se devem voltar urgentemente as atenções das autoridades e da informação estatizada.

Lisboa, 22 de Fevereiro de 1977

A SECÇÃO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

NÃO ESQUECEREMOS GABRIEL PEDRO!

Passados cinco anos sobre a sua morte, evocar o nosso querido camarada Gabriel Pedro, membro do Partido desde a década de 20, é falar de um militante revolucionário que esteve sempre na primeira linha da luta contra o fascismo, que esteve entre as vítimas da repressão e entre os militantes operários e democratas que a ditadura fascista lançou no Tarrafal, Campo da Morte Lenta.

Perseguido, torturado nas masmorras que o aprisionaram durante mais de 10 anos e marcado pelo assassinato de um filho, pela PIDE, o camarada Gabriel Pedro nunca deixou de combater pela libertação do nosso Povo. A sua vida — exemplo para todos quantos lutam neste momento pela consolidação das conquistas alcançadas pelos trabalhadores, contra as manobras do fascismo e da reacção — ligou-o definitivamente à luta do Povo português, à luta da classe operária, à luta do nosso Partido.

Uma vez em liberdade, voltou ao combate. Mais tarde, perseguido novamente pelos esbirros da polícia política fascista, viu-se obrigado a emigrar para França. Durante a década de 60 desenvolveu em Paris uma intensa actividade política de mobilização e esclarecimento junto das comunidades de emigrantes portugueses. Apesar de doente, o camarada Gabriel Pedro participa em manifestações e colabora em todas as iniciativas promovidas pelos emigrantes para denunciar o regime fascista português e para protestar contra as condições de vida e de trabalho a que estavam sujeitos os trabalhadores portugueses em França.

Atingido por uma doença grave, faleceu em Paris. Após o 25 de Abril e cumprindo um dos seus desejos, a sua companheira trasladou para Portugal os seus restos mortais.

Não esqueceremos o exemplo de Gabriel Pedro!

964 ASSINATURAS EM ALPIARÇA PROTESTAM CONTRA «BENEVOLÊNCIA»

Foi a população de Alpiarça uma das grandes vítimas do regime fascista. Assim começa uma carta de protesto dirigida por 964 cidadãos daquela vila ribatejana ao Presidente do Supremo Tribunal de Justiça. Protestando contra a forma como têm decorrido os julgamentos dos pides, os democratas de Alpiarça continuam:

Nesta vila funcionou durante anos um posto onde criminosos da PIDE impuseram o terror através de provocações nos lugares públicos, de prisões arbitrárias, de torturas e de espancamentos que levaram a efeito.

Estão vivos muitos dos que sofreram os efeitos do ódio desses criminosos. A memória de todos nós regista ainda o que foram esses tempos de terror. É grande a nossa indignação ao verificar a benevolência com que tais indivíduos estão a ser tratados nos tribunais encarregados de os julgarem, muitos dos quais, além de saírem em liberdade, ainda são louvados.

Não poucos desses homens são assassinos que abateram friamente a tiro ou por espancamentos e maus tratos, nas cadeias ou mesmo na via pública, muitos antifascistas portugueses.

Reclamamos que os julgamentos dos agentes da ex-PIDE se efectuem através de legislação adequada que permita que seja feita justiça.

FESTA POPULAR EM BENFICA

Os militantes comunistas de Benfica levam a efeito no próximo dia 5 de Março, pelas 21 horas, nas instalações do Clube Futebol de Benfica — Sede (R. Cláudio Nunes 30), uma grandiosa festa popular que, entre outras iniciativas e surpresas, terá baile, espectáculo e Canto Livre.

A intervenção política estará a cargo dum camarada do Comité Central do nosso Partido.

2.º FESTIVAL DE CANTO LIVRE EM ÁGUEDA

As letras das canções concorrentes ao 2.º Festival de Canto Livre Amador de Águeda — jornada de convívio promovida pela União da Juventude Comunista (UJC) — devem ser enviadas até ao próximo dia 1 de Março para o Centro de Trabalho do nosso Partido de Águeda (R.

Vasco da Gama, n.º 66 — 1.º).

Tal como todas as outras jornadas culturais e de convívio organizadas em todo o país pela UJC, este Festival de Canto Livre tem como objectivo dinamizar a luta unitária das massas juvenis e possibilitar o aparecimento de novos intérpretes da música revolucionária, contribuindo assim para o desenvolvimento da cultura popular.

FALECEU UM CAMARADA

Ligado ao Partido Comunista Português desde os mais negros anos da clandestinidade faleceu recentemente o nosso camarada Francisco Mósca, sargento-ajudante, firme democrata e antifascista que recebeu várias condecorações, nomeadamente como combatente na Grande Guerra.

O colectivo do "Avante!" apresenta pêsames à família do camarada falecido.

Comício no Pavilhão dos Desportos

A UNIDADE É INDISPENSÁVEL NO COMBATE À AMEAÇA FASCISTA

Integrada na crescente tomada de posição contra as manobras reacçãoárias e contra os perigos que ameaçam a democracia portuguesa, as liberdades, a legalidade democrática e as conquistas alcançadas e defendidas pelos trabalhadores decorridos quase três anos sobre a gloriosa data de 25 de Abril, efectuou-se na passada semana, no Pavilhão dos Desportos, um grande comício unitário subordinado ao tema «**Contra a Ameaça Fascista, Unidos pelo Portugal Livre e Democrático.**»

Respondendo ao profundo sentimento dos antifascistas portugueses, que vêm levantando em todo o País enérgicos protestos contra a libertação dos pides e os julgamentos de farsa que os libram dos seus crimes, contra a rede terrorista, contra a reintegração de antigos serventuários da ditadura fascista no aparelho de Estado e nas empresas e contra a imprensa fascista — este comício, promovido pela Direcção da Organização Regional de Lisboa do nosso Partido e a que assistiram milhares de pessoas, demonstrou claramente que, tal como sublinhou o camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP e director do «Avante!», **nós, os comunistas, estamos abertos à busca conjunta de soluções que salvaguardem a democracia portuguesa, estamos abertos ao encontro com socialistas, democratas e antifascistas de todas as tendências para o estabelecimento de uma barreira invencível ao avanço do fascismo.**

A sessão, para a qual foram convidados diversos democratas, personalidades dos meios sociais e intelectuais do País e outros antifascistas sem filiação partidária, foi presidida pela camarada Alda Nogueira, do Comité Central do nosso Partido, estando igualmente presentes os seguintes camaradas do Comité Central do PCP: Sérgio Vilarigues e Carlos Costa, do Secretariado e da Comissão Política; Dias Lourenço, da Comissão Política; Georgete Ferreira, Margarida Tengarrinha, Abolim Inglês, José Pedro Soares, José Casanova, Marília Moraes Cabral e Armando Moraes. Também presentes na tribuna do comício, os camaradas Lino Lima, deputado comunista na Assembleia da República; Cecília Antunes, operária da Petrol; alguns resistentes do Campo do Tarrafal — entre

eles, José Gilberto Oliveira, Aníbal Bizarro, Joaquim Amado e Manuel Alpedrinha, e ainda, Alcina Bastos, José Maria do Rosário, Cecília Areosa Feio, José de Castro, Casimiro de Brito, Orlando Silva Santos e Mário Murteira.

A DENÚNCIA DAS TORTURAS E DA REPRESSÃO

No decorrer do comício foram lidos vários telegramas de saudação aos presentes e de apoio ao combate contra o fascismo, enviados, nomeadamente, pelos antifascistas portugueses Virgínia Moura, Rui Luis Gomes e José Morgado, pela Comissão Central do MDP/CDE, por um grupo de doentes internados no hospital de S. António dos Capuchos e pelo Movimento Antifascista de Participação no Ensino (MAPE).

A primeira intervenção coube ao camarada Manuel Alpedrinha, que denunciou as torturas praticadas pela extinta polícia política do fascismo, a PIDE/DGS. Frequentemente interrompido pelas palavras de ordem da assistência (Justiça! O fascismo não passará!), aquele ex-prisioneiro do Tarrafal recordou as condições a que estavam sujeitos os portugueses que passaram pelas masmorras do fascismo, comunistas e outros democratas que lutaram contra a ditadura salazarista. As palavras de Manuel Alpedrinha reflectiram a imagem do sofrimento, da coragem, da firmeza e da fé revolucionária dos que resistiram no Tarrafal, em Caxias, em Peniche, dos que lutaram, por todos os meios, contra a opressão

e a exploração do nosso povo. Nas palavras de Manuel Alpedrinha a denúncia dum passado que nunca mais poderá reinar em Portugal.

JUSTIÇA

As sentenças dos tribunais que julgam os pides não são só uma grave ofensa às suas vítimas. São um perigo real para todos os antifascistas e para a democracia em Portugal. Podemos dizer que é pela

democráticas, os ataques à Constituição, tolerados ou até mesmo feitos, muitas vezes, pelos próprios juizes, são um incitamento descarado aos cerca de 2300 pides e aos milhares de bufos para que se organizem em organizações fascistas, terroristas e bombistas — denunciou a camarada Margarida Tengarrinha, segunda oradora da sessão, que, mais adiante, sublinhou:

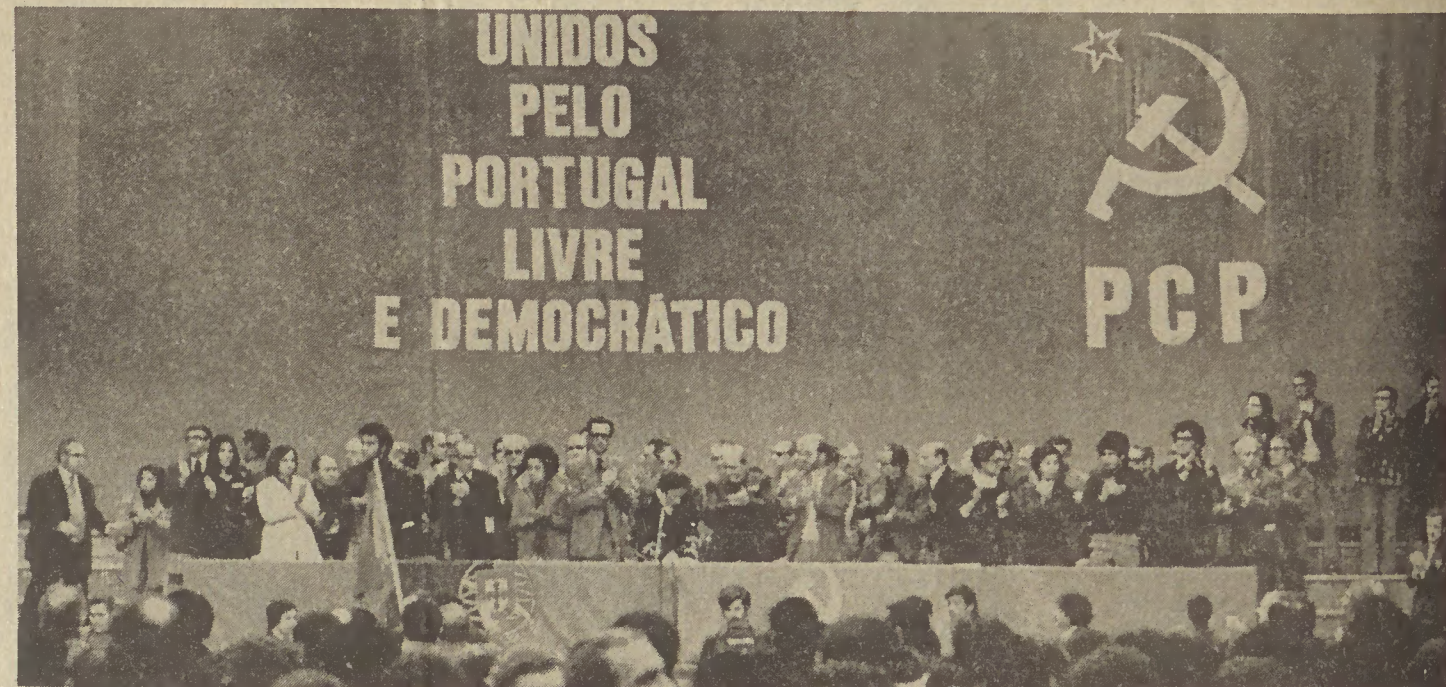
Os juizes nomeados para julgar os pides em Coimbra,

exploração brutal sobre trabalhadores obrigaram mais de um décimo da população portuguesa a expatriar-se, o poder dos que fizeram uma guerra colonial que matou mais de 10 mil portugueses, estropeou mais de 30 mil, custou mais de 200 milhões de contos, o poder daqueles que reduziram o povo português à situação de povo mais atrasado da Europa.

A sua actividade. contra o povo e a Constituição

(...), está na benevolência, na tibieza, na levandade política de certas forças democráticas que não querem encarar de frente a ameaça das forças mais reacçãoárias da sociedade portuguesa.

Depois de ter frisado que o demissionismo de certas forças dmocráticas, se penetrasse nas massas do nosso Povo, poderia tornar-se o maior perigo do fascismo em Portugal, o camarada Dias Lourenço acentuou: Não se pode



em Tomar e nalguns tribunais de Lisboa são notórios fascistas saneados e agora reintegrados nessa função, que exigiria uma elevada consciência democrática e antifascista. Será esta a chamada «isenção» e «independência» do poder judicial? — interrogou Margarida Tengarrinha.

— frisou o deputado Lino Lima — é, portanto, criminoso a todas as luzes; deve ser impedida e punida por uma lei de defesa da Democracia. Devemos exigir essa lei (...). É o passado fascista que a exige. É o presente e o futuro democrático de Portugal que a requerem. É a Constituição que a impõe.

O perigo fascista é real mas não impossível de conjurar. As forças capazes de o enfrentar e vencer existem e podem e devem ser mobilizadas antes que seja tarde — salientou o camarada Dias Lourenço, último orador da sessão, que mais adiante afirmou: A direita reacçãoária, que traz no bojo o fascismo, procura adensar artificialmente a sua força real para intimidar o povo, para desarmar as forças democráticas, para dificultar a vigilância popular, para criar as condições próprias para o seu assalto ao poder. Deve ficar claro — afirmou — que o perigo principal do fascismo está nas actividades das forças reacçãoárias, no seu trabalho subterrâneo ou legal para o assalto ao poder

enfrentar e vencer a ameaça fascista em Portugal se se atropela a Constituição, se se atacam as liberdades e os direitos dos trabalhadores, se se abre o caminho à divisão do movimento sindical, se se promulgam leis que afectam os trabalhadores sem os ouvir como manda a Constituição.

E a concluir a sua intervenção, frequentemente interrompida pelos vibrantes aplausos da assistência, Dias Lourenço, apelou, «em nome do PCP», à «adesão de todos os portugueses amantes da democracia e da liberdade para a multiplicação de acções e lutas nas formas adequadas à defesa da Constituição e das conquistas democráticas do nosso Povo».

A unidade é uma condição de vida ou de morte da Democracia portuguesa.

O comício terminou com a aprovação, por unanimidade, de uma moção dirigida ao Presidente da República, Conselho da Revolução, Assembleia da República e Governo, onde se apela para a tomada de «medidas decididas contra o ressurgimento do fascismo».